

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARCO ARLINDO AMORIM MELO NERY

**A REGENERAÇÃO DA INFÂNCIA POBRE SERGIPANA NO INÍCIO
DO SÉCULO XX: O PATRONATO AGRÍCOLA DE SERGIPE E SUAS
PRÁTICAS EDUCATIVAS**

São Cristóvão – SE
2006

MARCO ARLINDO AMORIM MELO NERY

**A REGENERAÇÃO DA INFÂNCIA POBRE SERGIPANA NO INÍCIO
DO SÉCULO XX: O PATRONATO AGRÍCOLA DE SERGIPE E SUAS
PRÁTICAS EDUCATIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento.

São Cristóvão – SE
2006

**A REGENERAÇÃO DA INFÂNCIA POBRE SERGIPANA NO INÍCIO
DO SÉCULO XX: O PATRONATO AGRÍCOLA DE SERGIPE E SUAS
PRÁTICAS EDUCATIVAS**

**APROVADO PELA COMISSÃO EXAMIDADORA EM
03 DE MARÇO DE 2006**

Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento

Prof. Dr. Milton Ramon Pires de Oliveira

Prof. Dr. José Rodorval Ramalho

Suplente

*A minha esposa, Angélica, pelo amor compartilhado durante o processo de elaboração deste trabalho.
Aos meus filhos, Marco e Matheus, por existirem e servirem como fonte de inspiração. A minha mãe, Eneida, por privar-se de uma vida mais confortável para proporcionar a todos os filhos uma educação de melhor qualidade*

AGRADECIMENTOS

Foi uma longa jornada que começou bem antes do processo seletivo para o Mestrado. Neste percurso muitas pessoas foram de fundamental importância, e com elas devo dividir os créditos deste trabalho e estender-lhes meus agradecimentos:

A meus avós maternos, Érico e Beatriz (*in memoriam*), por terem participado de maneira efetiva no processo educativo dos onze primeiros anos de minha vida. A eles devo, certamente, a formação do meu caráter e personalidade. Muito obrigado por tudo!

A minha mãe, Eneida, por estar sempre presente e apoiar-me nos momentos alegres e tristes. Exemplo materno, a quem devo um dos traços mais marcantes da minha personalidade que é a emotividade “à flor da pele”. Obrigado, mãe, pela compreensão, respeito, incentivo, companheirismo, afeto e tantos outros bons sentimentos que carregarei comigo por toda a vida.

A minhas tias, Erbene e Ceminha, por terem sido de fundamental importância, dando-me o auxílio necessário para que eu pudesse preocupar-me somente com os estudos. Sem vocês tudo seria mais difícil e, talvez, as barreiras ficassem intransponíveis.

Aos meus colegas de trabalho e alunos da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, especialmente ao professor Herivelto, pela primeira revisão do trabalho, mesmo durante as férias; ao professor Reginaldo, pelas conversas e pela amizade dispensada, e ao professor Joaquim Tavares, pelas discussões frutíferas acerca do conteúdo do trabalho, pelas entrevistas que me possibilitaram uma melhor visão sobre o objeto de estudo e pela amizade que se consolidou durante a execução deste texto.

Aos amigos Roger Carlos, Ricardo e Antoniel Filho (Zinho), que me acompanharam desde a graduação e que sempre estiveram presentes nos momentos importantes da minha vida desde então.

A todos os colegas do Mestrado, em especial a Ricardo Abreu, Simone Amorim, Orlando Rochadel, Betânia, Cristina e Maria Lúcia Marques, pela amizade, respeito e a disposição para auxiliar-me sempre que necessário.

Aos eternos professores da graduação: Tarcísio Grunnenvaldt, Sérgio Dorenski, José Américo e Hamilcar Silveira Dantas Júnior, por terem sido essenciais para que despertasse em mim a necessidade e importância da pesquisa. Muito obrigado a todos vocês!

A todos que compõem o Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, em especial a Carlos e Edson, este último por ter tornado o mestrado, para mim, menos formal por meio de suas brincadeiras.

À profª Drª Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, por ter participado de maneira fundamental na construção deste trabalho desde o primeiro momento em que ingressei no Mestrado. Há de ressaltar-se, também, as excelentes contribuições no Seminário de Pesquisa e na Qualificação. Grato pela paciência, atenção, carinho e respeito concedidos ao longo de todo o processo.

Ao prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento, a quem devo grande parte da construção deste trabalho, sempre com a orientação sábia, as indicações de pesquisa, os desafios lançados, as conversas esclarecedoras. Muito obrigado por ter acreditado no meu potencial e pela atenção dedicada ao longo da construção deste texto.

Ao prof. Dr. José Rodorval Ramalho, pela participação no processo de qualificação e defesa, com suas colocações precisas e questões levantadas a fim de serem aprofundadas, contribuindo sobremaneira para a qualidade do trabalho.

Aos meus filhos, Marco e Matheus, por terem suportado minha ausência em virtude das pesquisas em arquivos, das viagens para participações em eventos e da própria escrita da dissertação. Vocês tornam minha vida mais prazerosa e fazem problemas desaparecerem toda vez que chamam “papai”, que me dão um beijo, enfim, que demonstram seu afeto. Amo vocês!

A minha companheira, amiga, esposa, Angélica, cujo nome já a define: angelical, anjo. Você deu um novo brilho a minha vida. Ao seu lado sou mais forte, mais alegre. És um anjo materializado que, ao longo destes quase quatro anos, esteve ao meu lado, incentivando-me, unindo forças, acreditando em mim, dizendo sempre: “você consegue”. Saiba que sem você eu não chegaria até aqui. Esta é mais uma vitória das muitas que compartilhamos. Você é especial para mim, meu porto seguro, meu abrigo, minha luz, minha fonte de inspiração... meu amor.

RESUMO

Este trabalho busca compreender o processo de implementação, os objetivos e as práticas educativas do Patronato Agrícola de Sergipe, criado pelo Presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso, no ano de 1924. A delimitação temporal do estudo dá-se entre o ano da criação do estabelecimento e a sua transformação em Aprendizado Agrícola Federal, no ano de 1934. Com base neste período, através de leis, decretos, atos, pareceres, relatórios, ofícios, jornais, dentre outras fontes, são ressaltados os personagens que fizeram parte da história dessa instituição, além de uma análise sobre suas práticas educativas, como: o ensino primário, as aulas de Educação Física e Escotismo, as oficinas profissionalizantes (marcenaria, ferraria e sapataria) e o ensino agrícola, além de outras atividades que contribuíam também como ferramentas educativas, tais quais as festas, as solenidades e as visitas. Durante o trabalho interpretativo ao longo do texto, percebeu-se que apesar de o Patronato de Sergipe ter um duplo objetivo: a regeneração dos menores e a formação de mão-de-obra agrícola, o que sobressaiu ao longo dos dez anos de funcionamento foi a correção moral.

ABSTRACT

This work seeks to understand the implementation process, the goals and the educative practices of the Patronato Agrícola de Sergipe, created by the President of the State, Mauritius Graccho Cardoso, in 1924. The timing delimitation of this study is between the year of its creation and the year it was transformed in Federal Agricultural Learning, in the year 1934. Based on this period of time, through laws, decrees, acts, opinions, reports, letters, newspapers, among other sources, the characters who took part of this institution's history are pointed out. Besides, it is made an analysis of the educative practices carried out in it such as the primary teaching, the Physical Education and Scouts classes, professionalizing crash courses (the woodworker, shoe maker, work with iron) and the agriculture teaching, beyond other activities that also contributed as educative tools like the parties, the solemn celebrations and the visitors. During the interpretative work throughout the text, I realized that, even though the Patronato Agrícola de Sergipe had a double objective, the regeneration of the under age kids and the teaching of agriculture workers, what really overcame thru ten years of work it was the moral correction.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO.....	01
Capítulo I: A assistência à infância em instituições educacionais nos oitocentos e início dos novecentos.....	08
I. Regeneração da infância pela educação e pelo trabalho entre os séculos XIX e XX e a gestação do projeto dos Patronatos Agrícolas.....	08
Capítulo II: O Patronato Agrícola de Sergipe: implantação, organização e finalidades.....	23
2.1 Da Tebaida ao São Maurício: o longo percurso.....	23
2.1.1 A Festa de Inauguração.....	31
2.1.2 O ideal civilizador: fragmentos de um discurso.....	33
2.1.3 É fim de festa.....	38
2.1.4 Concluindo o discurso.....	42
2.2 Organização, espaços e tempos do Patronato.....	44
Capítulo III: Os personagens do Patronato e a manifestação do poder, da disciplina e da resistência.....	56
3.1 Os atores da educação do Patronato: professores, inspetores, guardas, alunos... ..	56
3.2 Os diretores do Patronato e suas manifestações de poder.....	72
3.3 Disciplina e resistência.....	82
Capítulo IV: Higiene, moral e civismo: a ótica da educação pelo trabalho no Patronato Agrícola de Sergipe.....	89
4.1 Educação, higiene e trabalho: as práticas educativas do Patronato.....	89
4.2 A formação de corpos fortes, disciplinados e moralizados: Educação Física e escotismo.....	92
4.3 A alfabetização dos desvalidos: o ensino primário no Patronato.....	102
4.4 Marceneiros, ferreiros e sapateiros: as oficinas profissionais do Patronato.....	106
4.5 O ensino agrícola no Patronato: educar para ou pelo trabalho?.....	114
4.6 Solenidades, visitas e festas no Patronato.....	122
Capítulo V: De Patronato a Aprendizado: o fim do projeto de uma época.....	128
Epílogo	136
REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO.....	142
FONTES PESQUISADAS.....	147
ANEXOS	

LISTA DE QUADROS

QUADRO1 – Relação dos Patronatos Agrícolas em funcionamento entre os anos de 1918 e 1924.....	17
QUADRO 2 – Rede de Patronatos Agrícolas Federais e número de alunos entre os anos de 1918 e 1926.....	17
QUADRO 3 – Número de menores internos nos Patronatos Federais no ano de 1924.....	18
QUADRO 4 – Doações à caixa de menores do Patronato entre os anos de 1925 e 1926.....	45
QUADRO 5 – Atividades diárias do Patronato Agrícola de Sergipe nos dias úteis.....	50
QUADRO 6 – Cardápio mensal dos menores do Patronato Agrícola.....	52
QUADRO 7 – Funcionários do Patronato Agrícola de Sergipe entre os anos de 1924 e 1934.....	57
QUADRO 8 – Folhas de pagamento do Patronato Agrícola de Sergipe de outubro de 1925 a junho de 1926.....	61
QUADRO 9 – Mapa mensal dos alunos que freqüentaram as aulas do ensino primário durante o mês de fevereiro de 1925.....	63
QUADRO 10 – Relação de alunos do curso primário noturno que freqüentaram as aulas durante o mês de novembro de 1930.....	65
QUADRO 11 – Demonstrativo de matrícula entre dezembro de 1926 e junho de 1927.....	66
QUADRO 12 – Relação de alunos matriculados no ano de 1928.....	69
QUADRO 13 – Comparativo da procedência dos menores internos nos anos de 1927 e 1929.....	70
QUADRO 14 – Diretores do Patronato entre os anos de 1924 e 1934.....	74
QUADRO 15 – Mapa de acompanhamento do peso dos menores do Patronato.....	91
QUADRO 16 – Relação dos menores que prestaram a 1ª prova de escotismo no Patronato...98	
QUADRO 17 – Produção de botinas entre junho de 1925 e maio de 1926.....	109
QUADRO 18 – Despesas e receitas da oficina de sapataria entre abril e junho de 1927.....	110
QUADRO 19 – Despesas e receitas da oficina de marcenaria entre abril e junho de 1927...112	

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Maurício Graccho Cardoso, presidente do Estado de Sergipe, no período de 1922 a 1926.....	24
FIGURA 2 – São Maurício, santo padroeiro do Patronato Agrícola de Sergipe.....	27
FIGURA 3 - Senador Leandro Ribeiro da Silva Maciel.....	41
FIGURA 4 – Farmacêutico Francisco Alberto Bragança de Azevedo.....	68
FIGURA 5 – Engenheiro Agrônomo Urbano de Oliveira Lima Neto, diretor do Patronato agrícola de Sergipe no ano de 1932.....	75
FIGURA 6 – Engenheiro Agrônomo Heitor Airlie Tavares, diretor do Patronato Agrícola de Sergipe no ano de 1932.....	76
FIGURA 7 – Engenheiro Agrônomo Bernardino Dantas, diretor do Patronato Agrícola de Sergipe, entre os anos de 1928 e 1931.....	78
FIGURA 8 – Flor de Liz, símbolo do movimento escoteiro.....	97

INTRODUÇÃO

A criação do Patronato Agrícola São Maurício, no dia 31 de outubro de 1924, foi mais uma das iniciativas tomadas pela administração pública no sentido de assistir os menores desvalidos, principalmente aqueles que andavam perambulando pelas ruas das cidades, “enfeando-as”, isto é, desfigurando um cenário que se queria ordeiro, harmônico e higiênico. Além desse objetivo, havia o de formar trabalhadores embasados nas modernas técnicas agrícolas, com o intuito de dinamizar a agropecuária sergipana.

O Patronato São Maurício esteve sob a administração do governo do Estado de Sergipe entre os anos 1924 e 1934, recebendo, além desta primeira denominação, mais duas designações: Patronato “Francisco de Sá” (1926-1931) e Patronato “Cyro de Azevedo” (1931-1934). Para não confundir o leitor, ao longo do trabalho utilizarei apenas as denominações de Patronato Agrícola São Maurício ou a de Patronato Agrícola de Sergipe, pois, independentemente da nomenclatura, não houve alterações no direcionamento da instituição.

Esse estabelecimento não foi nenhuma invenção do governo sergipano, haja vista que, antes mesmo da criação do Patronato sergipano, já haviam sido construídos pelo Governo Federal catorze estabelecimentos congêneres em outros estados brasileiros. Desta forma, a implantação do “São Maurício” foi uma iniciativa tomada pelos administradores estaduais em sintonia com as medidas tomadas em nível federal.

Estudar o Patronato de Sergipe é buscar compreender como se deu o ensino agrícola em nosso estado, e mais ainda: é perceber as iniciativas tomadas na seara da assistência à infância pobre, desamparada. A análise do Patronato contribui, também, para entender a história da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, instituição que em outubro de 2006 completará 82 anos de existência e que guarda sua origem naquela instituição.

O Patronato de Sergipe foi fruto de um esquecimento por parte dos historiadores da educação sergipanos, ou, teve sua importância secundarizada, como alude Milton Ramon Pires de Oliveira (2003) em pesquisa desenvolvida sobre a rede de Patronatos Federais. As menções feitas ao Patronato são muito poucas, sendo o trabalho mais aprofundado o do professor Jorge Carvalho do Nascimento (2004) e, mesmo assim, o autor não se dedica à análise da instituição no período entre 1924 e 1934, fazendo apenas pequenas alusões a este, enfatizando a instituição a partir de sua fase posterior, já como Aprendizado Agrícola Federal. Outros trabalhos fazem referências ao Patronato Agrícola de Sergipe de forma desencontrada como a expressa no trabalho da professora Maria Thétis Nunes (1984), que leva a crer que essa instituição foi criada para atender a menores internos já existentes no Centro Agrícola Epitácio Pessoa. Desta forma, faz-se necessário um estudo mais acurado sobre a instituição.

Para estudar o Patronato sergipano, alguns dos trabalhos que deram maior subsídio foram o de Milton Ramon Pires de Oliveira (2003), já citado aqui e o de Sônia Regina de Mendonça (1997), a respeito dos debates e iniciativas tomadas acerca da propalada “vocação agrícola” brasileira, no qual essa autora apresenta um conciso estudo sobre o ensino agrícola brasileiro. Outras autoras utilizadas para dar respostas ao bin mio educação/trabalho foram: Marta Maria Chagas de Carvalho (1998) e Vera Regina Beltrão Marques (1994). Além destas, foram utilizados outros escritores para melhor compreender problemas pontuais que permeavam a instituição, como, por exemplo, o higienismo, a disciplina, o poder, dentre outros.

Há de se considerar que o estudo do Patronato traz à luz um debate que estava muito presente no século XIX e início do XX, o trato educativo que deveria ser destinado ao menor, devendo-se primeiro definir quem seria esse menor. O Código Criminal de 1830 foi a primeira tentativa de classificação feita sobre a criança, na qual era observada sua idade e o grau de discernimento sobre seus atos (MOURA, 2003). Foi a partir dos oitocentos que se convencionou designar a criança pobre de “menor” e quando desprovida de família, de “menor abandonado”. Segundo Vera Lúcia Braga de Moura, “esta imagem do menor abandonado era caracterizada pela criança pobre desprotegida moral e materialmente” (2003: 50). A criança de família não era considerada “menor”; porém, caso necessitasse de assistência em alguma instituição, t b m receberia essa denominação.

Somente a partir da implementação do Código de Menores, de 1927,   que o conceito ganhou nova significação, passando a ser cobrada uma intervenção mais direta do Estado, sendo uma delas a criação de instituições apropriadas para recebê-los, o que não quer dizer, todavia, que os administradores públicos já não tivessem tomado iniciativas nessa direção, com a criação de Asilos Infantis, das Casas de Educandos Artífices e dos Patronatos Agrícolas, por exemplo, sendo essas iniciativas um reflexo das discussões sobre a assistência ao menor travadas desde o século XIX.

Durante o século XIX ocorreu uma alteração significativa no que concerne ao perfil e às finalidades das instituições de assistência   infância. No início dos oitocentos, a assistência ao menor era quase exclusividade da Igreja Católica, recebendo algum subsídio por parte dos administradores públicos. Era um sistema basicamente caritativo, observando somente a proteção aos menores desamparados que perambulavam pelas ruas das cidades:

O recolhimento às instituições assistenciais era a forma de enquadrar estas crianças, tirá-las da rua, que apresentava uma grave ameaça a ordem social e prejudicava a tão propalada pedagogia higi nica. Criança na rua representava, falta de assiduidade e limpeza. Portanto, os pressupostos do

poder público através da assistência social da Igreja Católica era retirar esta criança da rua e fornecer proteção a infância desvalida (MOURA, 2003: 34).

Esse sistema de assistência ao menor baseado na caridade foi perdendo espaço e paulatinamente substituído por outro modelo que via na assistência a possibilidade de passar valores, hábitos e condutas sociais aos menores, além de dar-lhes a possibilidade de aprender um ofício, o que era uma forma de se pensar no futuro do menor, formando um profissional que deixaria, então, de ser um estorvo para a sociedade. Neste sentido, em diversos estados brasileiros foram criados estabelecimentos como os Institutos Profissionais, as Casas de Educandos Artífices, as Escolas de Aprendizes e Artífices já no século XX, como também os Patronatos Agrícolas, consolidando, assim, um novo modelo de assistência ao menor saindo do plano caritativo para o formativo.

Isso não quer dizer, porém, que as novas instituições tivessem se desvinculado da idéia de amenizador dos problemas sociais, isto é, estabelecimentos como os Patronatos Agrícolas continuaram respondendo por uma dupla função: a regeneradora e a formativa. Contudo, nos Patronatos, o peso dado à regeneração era bem maior que o da formação. Para Milton Ramon Pires de Oliveira (2003) era uma educação pobre direcionada a uma clientela pobre. E, neste momento, a pobreza era vista como um empecilho à modernização do país:

Os pobres considerados potencialmente perigosos, deveriam ser controlados bem como sua prole, a infância pobre, deveria ser conduzida desde cedo para o mundo do trabalho, em instituições capazes de moldar comportamentos a fim de constituir o futuro cidadão trabalhador, amante da ordem. A pobreza “matriz do abandono” serviu como justificativa para a criação de instituições cujo objetivo era a regeneração de crianças pobres, pelo trabalho (SANTOS, 2004; 103).

Foi nesse emaranhado de idéias e propostas que surgiu o Patronato Agrícola de Sergipe; e é nesse contexto que procurarei, ao longo do texto, compreender o processo de implantação e de funcionamento dessa instituição ao longo dos dez anos (1924-1934) que esteve sob os auspícios do Governo do Estado. Neste percurso, procuro apanhar-lhe as práticas educativas, a saber: o ensino primário, as aulas de escotismo e Educação Física, as oficinas profissionalizantes (marcenaria, ferraria e sapataria), o ensino agrícola, além dos festejos, solenidades e visitas que se transformavam, também, em significativas ferramentas educativas.

Busco, através das fontes, adentrar o cotidiano da instituição, na execução do seu código disciplinar, nas práticas de poder presentes no seu ambiente e, ainda, fazer um estudo do seu aparato organizacional, seus espaços e tempos, ou seja, aspiro penetrar na caixa preta escolar “apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; pôr em

cena a perspectiva dos agentes educacionais” (CARVALHO, 1998: 32). Assim, espero contribuir para que o Patronato de Sergipe seja retirado das sombras em que foi deixado pela historiografia educacional sergipana, fazendo evidenciar-se um pouco da cultura escolar da instituição, entendendo por cultura escolar:

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001: 10).

Para tentar responder aos anseios levantados, busquei vestígios da instituição em diversos arquivos públicos e particulares e páginas da Internet. No início da pesquisa uma surpresa: o fato de a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão não possuir qualquer relato sobre a sua célula *mater*, isto é, nenhum registro de que em sua trajetória havia sido um Patronato Agrícola; era como se quisesse apagar da sua memória esse momento, que seria uma mácula em sua história. Contudo, fui encontrar os primeiros registros sobre o Patronato no Arquivo Público de Sergipe (APES), onde consegui o maior manancial de fontes. Entretanto, foram de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) e a Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED), principalmente no seu acervo de impressos, como também o Arquivo do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, com os processos da Vara Privativa de Menores. Conteí, ainda, com a colaboração da família de um dos diretores do Patronato que serviu para compreender um pouco mais a trajetória dos personagens que marcaram a história da instituição, em pauta.

Foi grande o número de fontes levantadas e de natureza variada; foram leis, decretos, regulamentos, jornais, ofícios expedidos, ofícios recebidos, listagem de alunos, quadro de notas e frequência, dentre outros. A partir das fontes, busquei fazer um processo de crítica documental, espelhando-me em Le Goff, para o qual:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1984: 102).

Mesmo após a feitura desse exercício, muito do que está contido neste trabalho traz impregnada em si a memória daqueles que produziram os documentos. Por exemplo, muito do que aparecerá na obra pertencerá ao período em que Bernardino Dantas foi diretor, o qual, ao que parece, teve maior zelo pela sua documentação, pela produção de relatórios, pelas

análises internas e externas. Isto faz com que, de certa forma, não consiga desvencilhar-me do que estava contido nessas fontes. Senti, neste momento, o que assevera Le Goff sobre a inocuidade dos documentos, sendo estes uma “montagem consciente ou inconsciente da história da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver (...) a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (1984: 103). Diante deste fato, assumo a mesma postura de Carlo Ginzburg em relação às fontes, para o qual “as fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes” (2002: 44).

Não obstante esse trato minucioso com as fontes, tenho clareza das limitações do trabalho. Uma delas é o fato de não terem sido encontradas informações consistentes acerca do período compreendido entre os anos de 1927-1928 e 1931-1934. Desta forma, o trabalho é, em si, uma visão parcial, inacabada, não só do ponto de vista das fontes, como no que diz respeito às análises estabelecidas. Isto faz parecer mais claro o que afirma Carlo Ginzburg, para o qual

Os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si (2002: 43).

Depois do processo de crítica documental, busquei perceber o Patronato a partir da compreensão de Jean-Pierre Briand e Jean-Michel Chapolie (1994), para os quais a “instituição escolar está submetida às exigências de funcionamento de qualquer organização que trata de pessoas (aqui os alunos), a partir de um conjunto de regras que definem, ao mesmo tempo, a entrada, a saída, assim como o percurso no interior da instituição” (1994: 08). Tentarei compreender, também, as políticas e encaminhamentos direcionados para o Patronato e por ele, tendo o entendimento de que

a política escolar não deve se preocupar apenas em examinar separadamente os dois elementos que a definem: a política e a instituição. É indispensável apreender as interações entre as duas ordens de fatos. Isso exige analisar, em sua singularidade as conjunturas históricas, levando-se em conta as suas dimensões políticas, financeiras, culturais e institucionais (BRIAND e CHAPOLIE, 1994: 33).

A partir dessa construção metodológica, o trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro intitulado A assistência à infância em instituições educacionais nos oitocentos e início dos novecentos, que traz uma discussão acerca dos estabelecimentos destinados à assistência dos menores que atrelavam trabalho e educação, almejando a regeneração dessa

infância que se encontrava em abandono. Neste sentido, o capítulo procura demonstrar que não foi a República quem inaugurou o processo de assistência à infância, unindo educação e trabalho. Nele ainda consta uma discussão sobre as medidas tomadas no plano nacional com relação ao ensino agrícola, especificamente voltado para a infância, ou seja, um ensino agrícola em nível primário, chegando, com isso, até a criação da rede de Patronatos Agrícolas a qual durou dezesseis anos, entre 1918, com a criação do primeiro estabelecimento desse tipo; e 1934 com a derrocada do modelo e a sua substituição pelos Aprendizados Agrícolas.

O segundo capítulo, sob o título Patronato Agrícola de Sergipe: implantação, organização e finalidades; enfoca o processo de criação do Patronato Agrícola de Sergipe, começando das primeiras iniciativas no plano do ensino agrícola em Sergipe, ainda no século XIX, passando pelas Escolas São José da Tebaida, dos Padres Salesianos até a efetiva construção do Patronato, nas primeiras décadas do século XX. Faz parte do capítulo uma análise da sua festa de inauguração, com uma atenção especial para o discurso do Presidente do Estado, Graccho Cardoso, além de uma breve análise sobre os ideais propagados com a criação do estabelecimento. Consta desse capítulo, ainda, uma abordagem sobre a organização geral do Patronato, tendo como principal fonte para tal seu Regulamento¹, além de um debate referente aos espaços e tempos da instituição.

O terceiro capítulo deste trabalho, denominado Os personagens do Patronato e a manifestação do poder, da disciplina e da resistência; lança luz sobre as pessoas que participavam do cotidiano da repartição, como, por exemplo, os professores, inspetores de alunos, guardas, almoxarife, mestres de oficinas, diaristas, alunos, além de outros que tiveram breve contato com a instituição, como os colonos alemães e os presos correccionais que prestavam serviços obrigatórios ao Centro Agrícola Eptácio Pessoa. Esse capítulo traz, ainda, um debate acerca do poder representado pela figura dos diretores, refletindo tanto sobre o poder palpável, no que concerne à legalidade, quanto sobre o poder simbólico, demonstrando como o título de engenheiro-agrônomo foi importante para que o diretor pudesse ter um bom desempenho à frente da instituição. Há, também, uma discussão sobre a resistência à aplicação da disciplina dentro da instituição sendo, neste sentido demonstrado que tanto os funcionários quanto os menores sentiam a aplicação do código disciplinar e resistiam a ele.

O capítulo quatro, intitulado Higiene, moral e civismo: a ótica da educação pelo trabalho no Patronato Agrícola de Sergipe é o mais extenso. Nele são apresentadas as práticas curriculares do Patronato e ainda algumas das visitas, solenidades e festas. O primeiro item desse capítulo aborda os ritos de entrada na instituição, através dos seus exames, como as práticas de acompanhamento regular, no tocante ao ganho de peso e asseio dos menores e da

¹ O Regulamento Geral do Patronato Agrícola de Sergipe encontra-se no anexo 1 deste trabalho.

instituição, enquadrando-as enquanto atividades pertencentes ao pensamento higienista. O item dois adentra duas das práticas curriculares do Patronato que eram trabalhadas associadas: a Educação Física e o Escotismo, fazendo uma discussão sobre as duas em separado e as suas convergências. O terceiro tópico trata do ensino primário, ressaltando suas finalidades, além de atentar para algumas atividades e conteúdos utilizados na aprendizagem dos menores. O quarto subcapítulo faz alusão às oficinas profissionalizantes, refletindo sobre suas práticas, sua produtividade e suas dificuldades de funcionamento. O quinto item traz a discussão sobre a condução do ensino agrícola no Patronato, chamando a atenção para seu conteúdo, suas atividades e produtividade, reflete-se, ainda, sobre a dificuldade em implementar-se um ensino técnico de fato. O último tópico desse capítulo discorre sobre as visitas realizadas ao Patronato por pessoas ilustres, atentando para a maneira como eram recebidas pelos menores. Faz parte desse item uma reflexão sobre as solenidades e as festas de que os menores participavam, compreendendo-as como um ato educativo, responsável por passar valores éticos, morais e cívicos.

O último capítulo do trabalho, denominado De Patronato a Aprendizado: o fim do projeto de uma época, discute com brevidade o processo de derrocada do modelo de Patronatos Agrícolas, aludindo possíveis causas para a contestação do sistema. Nesse ínterim, é abordado o processo de federalização do Patronato sergipano e sua transformação em Aprendizado, enfatizando fatores internos que teriam contribuído para que a instituição não correspondesse plenamente aos seus objetivos de origem.

O trabalho tem, ainda, um Epílogo, no qual são retomadas algumas questões e conclusões expostas ao longo dos capítulos.

CAPÍTULO I: A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA EM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS NOS OITOCENTOS E INÍCIO DOS NOVECENTOS

1. REGENERAÇÃO DA INFÂNCIA PELA EDUCAÇÃO E PELO TRABALHO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX E A GESTAÇÃO DO PROJETO DOS PATRONATOS AGRÍCOLAS

Ao longo do século XIX muitos debates foram travados no sentido de solucionar o problema “menor abandonado”. Outro ponto de discussão era a difusão de uma política de educação atrelada ao trabalho, especialmente o trabalho agrícola. Neste sentido, apesar de a historiografia republicana descartar a existência de um direcionamento governamental para esse fim no século XIX, foi neste período que surgiram instituições destinadas a controlar o contingente de menores desvalidos que deviam ser preparados para o convívio em sociedade.

No entanto, até os oitocentos as iniciativas estatais no campo da assistência não eram relevantes. A forte relação existente, no período colonial, entre a Igreja e o Estado fez com que a primeira ocupasse o lugar do segundo no plano assistencial. A pesquisadora Leilah Landim afirma que “onde quer que encontremos, nos primeiros séculos da colonização, organizações encarregadas da assistência social, do ensino, da saúde, encontraremos a Igreja – com mandato do Estado – na sua promoção” (1993: 13). Essa autora assevera que as entidades formadas a partir de então guardavam uma fronteira ambígua entre o público e o privado, com objetivos que permeavam tanto o aspecto confessional quanto o civil.

Para a estudiosa Leilah Landim (1993) foi no século XIX, com a progressiva quebra dos laços que uniam a Igreja ao Estado, que este tomou para si a responsabilidade de assegurar os serviços públicos, dentre eles a educação, provendo-se de recursos técnicos e humanos, imbuído de uma concepção leiga e racional, retirando, assim, paulatinamente o domínio da Igreja nesse meio. Este mesmo entendimento é compartilhado pelo pesquisador José Rodorval Ramalho (2004), que ressalta o enfraquecimento da Igreja nesse campo a partir das iniciativas estatais e de outras organizações, como a Marçonaria², que começou a atuar nos mesmos espaços ocupados pela Igreja.

A autora Vera Lúcia Braga de Moura (2003), ao analisar a participação do Estado na assistência ao menor no século XIX, afirma que este amparo era prestado basicamente por instituições de caridade particulares, sendo a maioria gerenciada pela Igreja e mantida com

² O trabalho do professor José Rodorval Ramalho analisa a Marçonaria brasileira, ressaltando seus aspectos tradicionais que se perpetuaram ao longo dos anos bem como as alterações ocorridas. Cf. RAMALHO, José Rodorval. **ANTIQUAE SED NOVAE** – Tradição e modernidade na Marçonaria brasileira. São Paulo: PUC, 2004 (Tese de Doutorado).

subsídios governamentais. A pesquisadora Maria Conceição dos Santos chegou a essa mesma conclusão, afirmando que “o papel dos poderes públicos foi por longo período o de simples colaborador, a partir de subvenções a instituições particulares, e também por meio da isenção de impostos” (2004: 142).

Alguns estudos apontam a presença em diversas Províncias brasileiras, ao longo do século XIX, o esforço das autoridades em dar um direcionamento para a educação dos menores abandonados. Em trabalho desenvolvido sobre o problema do menor desamparado no Rio de Janeiro, na última década do Império, Luciana de Araújo Pinheiro afirma que

as propostas formuladas por chefes de polícia e ministros da justiça para a infância pobre resumiam-se basicamente em tirá-la de sua suposta situação de desamparo, para usar um termo corrente à época, através da educação elementar atrelada ao trabalho. Grande parte das atitudes destinadas a essa criança visava encaminhá-la às escolas primárias, onde teriam acesso ao ensino elementar e aprenderiam diversos ofícios, os quais pudessem ser amplamente utilizados pelo mercado de trabalho que se formava. No que diz respeito a que atividade profissionalizante inserir menores carentes, ficou claro nas fontes policiais a intenção de encaminhá-los ao trabalho agrícola. Se sistematizada, esta prática supriria a propalada falta de braços para a produção e diminuiria o contingente que ocupava as ruas da capital imperial cotidianamente (PINHEIRO, 2003: 13).

A preocupação com a educação que seria dada aos menores desvalidos ao longo do século XIX foi acima de tudo uma medida preventiva, já que eles eram o futuro da sociedade. O problema de assistência ao menor, ao longo dos oitocentos, somente cresceu, principalmente com a outorgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, que fazia as crianças negras passarem a ser tuteladas pelo Estado Imperial (PINHEIRO, 2003).

A solução encontrada por diversas Províncias brasileiras para a resolução do problema do menor era a junção entre a educação e o trabalho, criando-se instituições específicas com a finalidade de controlar esses menores, de forma a evitar um problema maior no futuro, ou seja, que eles viessem a tornar-se delinquentes, causando, assim, prejuízo ao convívio social. Segundo Irma Rizzini, “os governos de nove províncias instalaram Casas de Educandos Artífices em suas capitais, entre 1840 e 1865, preocupados com a formação para o trabalho e em evitar que crianças desvalidas se tornassem futuros vadios, inúteis ou mesmo perigosos à sociedade” (RIZZINI, 2004: 160-161).

Além das Casas de Educandos e Artífices, outras instituições que guardaram uma estreita relação com o problema do menor abandonado foram as Escolas de Aprendizes de Marinheiro. Tais instituições visavam a fazer as crianças terem contato com as artes militares, aprendendo a ter disciplina, respeito à hierarquia, além de incutir todo o arcabouço moralizante de tais práticas.

Outro fator que contribuiu para a propagação de idéias que viessem dar respostas ao problema da educação a ser direcionada aos menores desvalidados foi o discurso médico-higienista que já se mostrava presente nas teses de conclusões de cursos de vários médicos, desde meados do século XIX. O ideal médico-higienista consolidou-se com os problemas advindos do processo de urbanização vivido pelo país. Segundo Moysés Kuhlmann Júnior e Rogério Fernandes, nas últimas três décadas dos oitocentos

Observa-se um aumento da preocupação com as relações entre a cidade, a infância pobre e a educação, em que a disciplina e o trabalho são elementos fundamentais das instituições, corroboradas por um processo de divulgação dos saberes que sustentaram as propostas pedagógicas existentes (KUHLMANN Jr. e FERNANDES, 2004: 27).

Esse aumento da preocupação existente com a cidade, infância pobre e educação guarda estreita relação com os médicos e o discurso higienista que se legitimava na sociedade, buscando

definir tanto o espaço exterior como o espaço interior dos colégios, para que, com essa dupla combinação, pudessem ser construídos edifícios capazes de abrigar uma grande população de estudantes, impondo-lhes o modelo de ‘bom ambiente’, considerado então como o ambiente civilizado, porque higienizado (GONDRA, 2004a: 179).

O discurso médico-higienista preconizava, então, tanto uma higienização dos corpos, quanto uma higienização urbana, e nestes dois casos, a escola desenvolveria um papel fundamental. Este direcionamento dado ao discurso médico em fins dos oitocentos traz impregnada outra forte marca que era o movimento eugênico, que preconizava uma transformação social e, para tanto, os indivíduos deveriam submeter-se ao crivo médico.

A eugenia vinha assim qualificar a higiene como impositora de normas para regular a vida social das populações urbanas, ampliando consideravelmente aquele campo de atuação. Isso porque a eugenia se utilizaria de todos os dispositivos já experimentados pela higiene, desde a ordenação do meio ambiente até os padrões de habitação das diferentes classes sociais, atingindo finalmente o que ainda restaria disciplinar: a espécie (MARQUES, 1994, p. 27).

Como já mencionado, os médicos, através do discurso higiênico e depois através da eugenia, estiveram sempre presentes no encaminhamento das políticas educacionais ao longo do século XIX. A relação entre os médicos e os educadores, principalmente nas últimas décadas daquele século, foi de interdependência, pois ao mesmo tempo em que o discurso médico tinha uma legitimidade social que perpassava para os educadores uma grande importância nos destinos sociais, esses educadores, ao sustentarem-se nas teses médicas, conferiam aos médicos maior respaldo junto à sociedade. O pensamento higienista contagiou,

também, os intelectuais que se reuniam em torno da Associação Brasileira de Educação (ABE), os quais viam o perfeito entrelaçamento desse ideal com o proposto pelos membros da Associação para o ambiente educacional, marcando um direcionamento saneador das práticas formativas:

A inexistência de fronteiras nítidas entre a ação higienista, assim concebida, e a educação, pensada também no horizonte intelectual do determinismo como alteração do meio ambiente, permite que a metaforização da ação educacional em obra de saneamento seja procedimento discursivo de grande força descritiva das expectativas que os intelectuais engajados na ABE nutriam com relação à educação (CARVALHO, 1998: 147).

Foram os médicos, nos anos oitocentos, que definiram normas e padrões institucionais de funcionamento e também a forma como deveria ser tratado o menor desvalido com o intuito de regenerá-lo. Segundo José Gonçalves Gondra, “desde o século XIX, ao recobrir a infância pobre, o discurso médico fez emergir e legitimou instituições e práticas, delineando, do mesmo modo, um destino quase inexorável para ela: abrigo, cuidados básicos, instrução rudimentar e trabalho manual” (GONDRA, 2004b: 136).

Com relação ao trabalho manual em que os menores deveriam ser inseridos, um dos encaminhamentos eram as práticas agrícolas, tidas como mais adequadas e saudáveis. A inserção dos menores no trabalho agrícola tornou-se mais comum a partir do fortalecimento do debate acerca dos problemas agrícolas do país, sendo este encaminhamento tido como de fundamental importância para a qualificação do homem do campo. Para tanto, seria necessário iniciar as crianças nas práticas relacionadas ao setor primário da economia.

Já em 1860, o Imperador Pedro II criou em algumas Províncias brasileiras Institutos que tinham por finalidade a modernização agrícola do país, a exemplo dos Institutos da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe. O Instituto Baiano teve tanto sucesso que em 1875 criou-se naquela Província uma instituição destinada a formar engenheiros agrônomos (NASCIMENTO, 2004). Nessa mesma década outras Províncias, como a da Paraíba, evidenciavam a necessidade de criação de escolas práticas destinadas ao aprendizado das fainas agrícolas (PINHEIRO, 2002).

A necessidade de criação de institutos que pudessem promover a difusão das práticas agrícolas também fez parte das discussões da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), que começou a pressionar os gestores públicos a fim de subsidiarem a modernização agrícola do país, atestando ser essa uma necessidade que se impunha à nação, já que o Brasil era um país eminentemente agrícola (MENDONÇA, 1997).

Os discursos de modernização agrícola comandados pelos membros da SNA não visualizavam, no entanto, a criação de institutos específicos voltados para os menores

desvalidos com o objetivo do aprendizado de técnicas agrícolas. Ao que parece, a influência de iniciativas de outros países como os Estados Unidos da América e a Alemanha foi de grande importância para o direcionamento dos menores a instituições que unissem a educação ao trabalho agrícola. Segundo Luciana de Araújo Pinheiro,

A idéia de educar e/ou regenerar menores pobres a partir de seu encaminhamento a colônias ou asilos também deve ser inserida numa perspectiva internacional. Ao longo do século XIX diversos países europeus e os EUA optaram pelo esquema de internação de crianças e jovens pobres em instituições onde seriam educados e, muitos deles, corrigidos, através da prática de atividades profissionalizantes (...) a Alemanha foi o primeiro país a tentar resolver o problema do encaminhamento de seus menores através de sua internação em instituições, através da fundação da colônia agrícola Rauhe Haus, criada próxima de Hamburgo, em 1833 (PINHEIRO, 2003: 69).

Entre 1870 e 1880 alguns países regulamentaram a prática de encaminhar crianças e jovens para instituições agrícolas e industriais. É o que aconteceu com os Estados Unidos da América, Alemanha, França, Inglaterra e Holanda (PINHEIRO, 2003). No Brasil, a preocupação no momento era a construção de asilos onde os menores pudessem ser internados. A entidade responsável pela criação desses estabelecimentos foi a Associação Brasileira Protetora da Infância Desamparada, criada no ano de 1883, na Capital do Império, por eminentes personagens da corte, dentre eles o Conde D'Eu, que presidiu a Associação. Segundo Alessandra Frota Martinez Schueler (2000: 121), “a finalidade da Associação era fundar Asilos Agrícolas, para onde seriam levadas as crianças e os menores que circulavam ‘abandonados’ nas ruas das grandes cidades do Império, destacando-se a Corte”.

O primeiro estabelecimento educativo fundado pela Associação Protetora foi o Asilo Agrícola de Santa Izabel, fundado no ano de 1886, devendo atender “os filhos das escravas, lado a lado com os demais ‘desamparados’ e deserdados da fortuna. Para essa clientela, o currículo de ensino abrangeria, em primeiro lugar, a educação moral e religiosa, o ensino das primeiras letras e as noções práticas de agricultura” (SCHUELER, 2000: 122).

Na Província de Sergipe, ao longo do século XIX, alguns administradores chamaram a atenção para o problema da divulgação das técnicas agrícolas. No ano de 1836 o Presidente da Província, Manuel Joaquim Fernandes de Barros, mostrou-se preocupado em transmitir os conhecimentos agrícolas para as crianças. Segundo Jorge Carvalho do Nascimento,

a discussão sobre o ensino agrícola na Província de Sergipe se iniciava com a característica de ser esta uma modalidade destinada a homens e mulheres livres e pobres, sem outra perspectiva de sustento. Todos que se envolviam na discussão afirmavam que o modelo que lhes inspirava era o germano-suiço (NASCIMENTO, 2004: 50).

Na segunda metade do século XIX, os administradores da Província de Sergipe começaram a materializar nos currículos de instituições educacionais recém-criadas disciplinas que tratavam das questões relativas ao meio agrícola. O Liceu Sergipense, no ano de 1862, tinha a Cadeira de Noções Gerais de Botânica e Agricultura; a Escola Normal, criada em 1874, possuía a Cadeira de Noções gerais de Física, Química e Agricultura e, em 1882, o Atheneu, transformado em Liceu Secundário de Sergipe, tinha a Cadeira de Princípios Gerais de Física e Química, sendo seus fundamentos aplicados à indústria e à agricultura (NUNES, 1984).

No entanto, em Sergipe, o problema do menor abandonado, ou desvalido, com a criação de uma escola agrícola para atender a essa clientela, só veio a ocorrer de fato em 1902 com a criação da Escola São José da Tebaida, por intermédio dos Padres Salesianos. No entanto, tal instituição ainda não tinha um caráter exclusivista no que concerne à assistência ao menor desamparado, tendo também como educandos meninos que pagavam por sua permanência no estabelecimento. Antes desta iniciativa, em 1856, a Assembléia Provincial de Sergipe, por meio da resolução n. 441, já havia permitido ao Presidente da Província instalar um Colégio de Educandos; todavia, tal projeto não foi levado adiante (RIZZINI, 2004).

A maioria das crianças abandonadas, apesar da criação da Escola da Tebaida, tinha como principal destino a Escola de Aprendizes de Marinheiros³. Esta instituição recebia menores que tivessem cometido pequenos delitos, que se encontrassem em situação de abandono, ou seja, que pudessem causar algum dano ao convívio social.

No limiar do século XIX não eram somente educadores e médicos que se preocupavam com a atenção destinada à infância desvalida. Um outro grupo formado por juristas também agia de forma a intervir em um problema que só fazia ganhar maiores proporções com o processo de concentração da população nos centros urbanos. Segundo Marco Antonio Cabral dos Santos (2004), a criminalidade na cidade de São Paulo crescia à medida que aumentava a população da cidade; e um dos grupos que mais contribuía para isso era o dos menores de idade. Na visão daqueles juristas, “a solução para o problema passava não só pela escola como também pela fábrica, repousando na pedagogia do trabalho uma

³ A Escola de Aprendizes e Marinheiros de Sergipe foi fundada no ano de 1868, com a nomenclatura de Companhia de Aprendizes e Marinheiros, contudo não teve vida longa vindo a fechar suas portas ainda durante o Império. Entretanto, no ano de 1905, foi reaberta sob um novo regulamento, sendo colocada como uma escola de 2ª classe que deveria comportar 100 menores e a cada ano enviar um contingente destes para a escola de 1ª classe, que se situava na Bahia e comportava 200 menores. Após este período alguns menores eram destacados para integrarem a Marinha brasileira. A escola de Sergipe situava-se à margem direita do rio Cotinguiba, na cidade de Aracaju. Cf. BRASIL. *Relatório do Ministro da Marinha enviado ao Presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1867-1906-1922.

solução eficaz e ao mesmo tempo rentável para o problema da delinquência infantil” (SANTOS, 2004, p. 220).

Era patente, desde o século XIX, a preocupação de médicos, educadores, juristas, administradores públicos com a infância, gerando iniciativas com o intuito de tornar essa infância menos rebelde, dando-lhe melhores hábitos, inculcando valores, enfim civilizando-a. Tal preocupação adentrou o século XX, ganhando novos contornos, assumindo ora um tom mais assistencial, ora um aspecto mais educativo.

Em todo o país, ao longo das primeiras décadas do século XX, foram criados Abrigos, Asilos, Casas de Correção, Institutos, todos com a finalidade de prestar amparo às crianças, revestindo-se também de uma ótica corretiva/regeneradora, por meio da qual a instituição educacional deveria transformar não só as crianças, mas também a sociedade da qual faziam parte, passando-lhes hábitos e condutas que deveriam contrapor-se ao que elas aprendiam nas ruas e no próprio seio familiar de que provinham (CUNHA, 2003). Em estudo desenvolvido sobre o Instituto João Pinheiro, no Estado de Minas Gerais, que funcionou nas primeiras décadas do século XX, o pesquisador Luciano Mendes de Faria Filho assevera que

a temática da incorporação dos ‘pobres’, dos trabalhadores, do povo à República será uma constante durante todo o período estudado. Ela é apresentada como uma das principais justificativas, ao lado da formação do trabalhador e do combate à criminalidade, párea a maioria das reformas na área da educação e dos diversos documentos referentes à assistência à criança abandonada (FARIA Filho, 2001: 17).

Para o pesquisador Jorge Nagle, as primeiras instituições criadas no início dos novecentos vinculadas a um ensino técnico-profissional baseavam-se menos numa ótica educacional e mais “como um plano assistencial aos ‘necessitados da misericórdia pública’; o seu objetivo inequívoco – muitas vezes, explicitamente proposto – era o da regeneração pelo trabalho” (NAGLE, 2001: 213).

Um outro estabelecimento que surgiu na segunda década dos novecentos foram os Patronatos⁴ Agrícolas, instituições que atrelavam assistência a infância, educação e trabalho agrícola. Os primeiros estabelecimentos desse tipo foram criados pelo decreto nº 12893 de 28 de fevereiro de 1918. No Estado de Minas Gerais criaram-se os Patronatos Visconde de Mauá e Pereira Lima; no Estado de São Paulo, o Patronato Monção e em Santa Catarina, o de Anitapolis. Surgiam nesse momento os quatro primeiros Patronatos Agrícolas Federais, que se espalhariam por diversos estados brasileiros ao longo de dezesseis anos, tendo em vista que

⁴ Patronato é uma palavra que tem origem no latim, *patronatu*. Possui quatro diferentes significados na língua portuguesa, dois deles aplicam-se aos estabelecimentos aqui citados, são eles: instituição de assistência, na qual se abrigam e educam menores, pensionato e estabelecimento público ou particular, que se destina a proporcionar aos liberados condicionais os meios necessários à sua readaptação à vida social (HOLANDA, 2002).

em 1934 a rede de Patronatos Agrícolas foi desarticulada, dando lugar aos Aprendizados Agrícolas que deveriam ter um encaminhamento diferente com relação ao adotado pela instituição anterior. Os Patronatos estavam vinculados a outras instituições agrícolas, procurando responder a uma melhor qualificação técnica em sua formação, bem como dar oportunidades de trabalho aos egressos do estabelecimento, conforme consta em seu decreto de criação,

Art. 1º - Fica autorizado o Ministro dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio a criar Postos Zootécnicos, Fazendas-Modelo de criação, Núcleos coloniais e em outros estabelecimentos do Ministério patronatos agrícolas destinados a ministrar, além da instrução primária e cívica, noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária a menores desvalidos (BRASIL, 1918: 143).

Os Patronatos responderiam a um duplo aspecto: aquele voltado para o aprendizado de técnicas profissionais ligadas ao trabalho agropecuário e o voltado para a regeneração das crianças, tendo por arcabouço um rigoroso código disciplinar. Em relatório ao Presidente, o Ministro da Agricultura Indústria e Comércio atestava:

Em todos os centros populosos cresce, dia a dia, o sombrio exército de meninos abandonados, criminosos e malfeitores de amanhã, pejando os tribunais, enchendo as cadeias, em vez de constituírem elementos computáveis da economia. Dar a mão a essas crianças – órfãos de pais vivos – impelidas à ociosidade e ao vício, assegura-lhes uma atmosfera oxigenada de bons sentimentos, prendê-las à fecundidade da terra ou habilitá-las na tenda da oficina ou de uma profissão é transformar cada uma delas em fator de engrandecimento coletivo (BRASIL, 1918: 137).

Em outra passagem do mesmo relatório, o Ministro da Agricultura enfatizava, ao lado do objetivo de regeneração, o de formação técnica agrícola de braços trabalhadores que serviriam para impulsionar a economia do país, e para tanto, seria necessária a criação de uma rede de Patronatos Agrícolas nos diversos estados brasileiros, com o intuito de garantir os futuros lavradores, que deveriam ter um melhor conhecimento técnico de forma a aproveitar a terra de maneira mais racional. Desta forma caberia ao Governo Federal

a missão de organizar a assistência pública em favor dos pequeninos enjeitados da sorte e de preparar, com essa matéria-prima, uma geração nova de trabalhadores familiarizados com a mecânica agrícola, versados na prática dos manejos e execução dos misteres que conduzem à obtenção inteligente e conscienciosa dos produtos agrícolas, afigurou-se-lhe que o problema social e humano tão longamente procrastinado encontraria satisfação útil, prática e imprescindível na criação de Patronatos Agrícolas numerosos e espalhados pelo interior de todos os Estados da República (BRASIL, 1918: 138).

Essa marca que os Patronatos traziam do seu nascedouro, enfatizando a assistência aos menores desvalidos, contribuiu de maneira decisiva no processo que levou à extinção dessas instituições no ano de 1934. Apesar de ser exposto que as instituições deveriam contribuir para a modernização agrícola com a inserção de conhecimentos científicos que levassem a uma racionalização das práticas agropecuárias, o que sobressaía era a sua função de regeneradora social. Com isso, os Patronatos foram subcategorizados no que concerne ao ensino agrícola.

Os Patronatos agrícolas eram colocados numa posição periférica no debate sobre o ensino agrícola, em especial na sua vertente de formação técnica e profissional: os patronatos estavam voltados para o atendimento da infância pobre, incorporando os que permaneciam nas ruas das cidades, voltando-se para o preparo do trabalhador rural com um número de conhecimento sobre a organização e as técnicas pretendidas e que deveriam acompanhar as novas relações sociais de produção na agropecuária (OLIVEIRA, 2004: 55).

O Patronato Agrícola de Sergipe somente foi criado no ano de 1924, não como uma iniciativa do Governo Federal mas sim do Presidente do Estado. O fato de em alguns estados a União não ter criado essas instituições deve-se, segundo Milton Ramon Pires de Oliveira (2004), à representatividade política de cada unidade federativa. Antes da criação do Patronato de Sergipe, por iniciativa do Governo Federal, já haviam sido criados dezessete estabelecimentos entre os anos de 1918 e 1924, sendo eles:

QUADRO 1: RELAÇÃO DOS PATRONATOS AGRÍCOLAS EM FUNCIONAMENTO ENTRE OS ANOS DE 1918 E 1924

Nome do Patronato	Localização	Decreto de criação	Data da Inauguração
Pereira Lima	Sete Lagoas – Minas Gerais	Nº 12.893 de 28/02/1918	26/06/1918
Visconde de Mauá	Ouro Fino – Minas Gerais	Nº 12.893 de 28/02/1918	03/07/1918
Monção	Sta. Bárbara do Rio Pardo – SP	Nº 12.893 de 28/02/1918	15/07/1918
Wenceslau Braz	Caxambu – Minas Gerais	Nº 13.070 de 15/06/1918	12/11/1918
Delphim Moreira	Silvestre Ferraz – Minas Gerais	Nº 13.112 de 20/07/1918	10/08/1918
Casa dos Ottoni	Serro – Minas Gerais	Nº 13.111 de 20/07/1918	18/10/1921
Campos Salles	Passa Quatro – Minas Gerais	Nº 13.674 de 07/01/1919	15/11/1919
Sen.Pinheiro Machado	Porto Alegre – Rio Grande do Sul	Nº 13.508 de 10/03/1919	01/07/1919
Vidal de Negreiros	Bananeiras - Paraíba	Nº 14.118 de 27/03/1920	07/09/1924
Barão de Lucena	Jaboatão - Pernambuco	Nº 14.275 de 28/07/1920	01/07/1921
Lindolpho Coimbra	Muzambinho – Minas Gerais	Nº 14.386 de 01/10/1920	18/11/1920
Visconde da Graça	Pelotas – Rio Grande do Sul	Nº 15.102 de 09/11/1921	12/10/1923
José Bonifácio	Jaboticabal – São Paulo	Nº 15.150 de 01/12/1921	01/05/1922
Manuel Barata	Outeiro - Pará	Nº 15.149 de 01/12/1921	07/09/1922
Diogo Feijó	Ribeirão Preto – São Paulo	Nº 15.803 de 11/11/1922	28/11/1923
Dr. João Coimbra	Tamandaré – Pernambuco	Nº 16.105 de 21/07/1923	05/11/1924
Annitapolis	Palhoça – Santa Catarina	Nº 12.893 de 28/02/1918	12/09/1918

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. 1924. Relatório do Ministro ao Presidente da República. Rio de Janeiro: Imprensa oficial.

Dos dezessete Patronatos federais existentes até 1924, 41,17% localizavam-se no Estado de Minas Gerais e 17,64%, no Estado de São Paulo. Os estados do Sudeste e do Sul compreendem um total de 13 instituições com um percentual de 76,47% do total de Patronatos federais. Já no ano de 1926, o Presidente Arthur Bernardes demonstrava ao Congresso Nacional o avanço do número de matrículas e de instituições. Segundo Arthur Bernardes, a lotação foi a seguinte:

QUADRO 2: REDE DE PATRONATOS AGRÍCOLAS FEDERAIS E NÚMERO DE ALUNOS ENTRE OS ANOS DE 1918 E 1926

ANO	Nº DE INSTITUIÇÕES	Nº DE ALUNOS
1918	05	708
1920	08	908
1921	10	1243
1922	12	1511
1923	14	1685
1924	17	2174
1925	17	2272

Fonte: BRASIL. Mensagem Apresentada ao Congresso Nacional na abertura da 3ª sessão da 12ª Legislatura pelo Presidente da República Arthur da Silva Bernardes, 1926.

Desse quadro 2, depreende-se que entre os anos de 1918 e 1924 em média foram construídas duas instituições a cada ano, o que reflete o investimento do governo federal no desenvolvimento desse tipo de estabelecimento. Nota-se, porém, que o número de menores

internos nas instituições não seguia o mesmo crescimento do número de instituições, pois enquanto o número de Patronatos cresceu 340% em seis anos, o número de menores internos teve um aumento de 307,06%, o que reflete a dificuldade que tinham alguns estabelecimentos em preencher o número de vagas disponíveis.

O quadro a seguir demonstra de forma mais detalhada o número de menores por instituição no ano de 1924.

QUADRO 3: NÚMERO DE MENORES INTERNOS NOS PATRONATOS FEDERAIS NO ANO DE 1924

Nome do Patronato	Nº de Menores Internos
Senador Pinheiro Machado	220
Campos Salles	62
Delfim Moreira	97
Lindolpho Coimbra	50
Annitapolis	98
Pereira Lima	252
Monção	140
Wenceslau Braz	120
Visconde de Mauá	131
Casa dos Ottoni	46
José Bonifácio	294
Diogo Feijó	111
Visconde da Graça	90
Barão de Lucena	115
Manuel Barata	80
Vidal de Negreiros	200
Dr. João Coimbra	68

Fonte: BRASIL. *Relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao Presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1924.

Diante desse quadro, percebe-se que dos dezessete estabelecimentos existentes até o ano de 1924, apenas quatro alcançavam a marca de duzentos menores internos, inclusive três deles excediam este limite, que era a base para todos os Patronatos da rede. Percebem-se, ainda, oito instituições que não comportavam nem 50% de sua capacidade máxima de menores, ou seja, em cada uma delas havia menos de cem internos, sobressaindo-se os Patronatos Lindolpho Coimbra e Casa dos Ottoni, com apenas 1/3 de suas vagas preenchidas, ambos situados no Estado de Minas Gerais. Apesar disso, por ter um maior número de estabelecimentos, o estado de Minas Gerais tinha 34,86% de todos os menores internos nos Patronatos Agrícolas Federais, enquanto que o Estado de São Paulo respondia por 25,06%, seguido do Rio Grande do Sul, com 14,25%.

Deve-se ressaltar que o número de internos na maioria dos Patronatos Agrícolas criados não alcançou a marca dos duzentos menores, prevista em seu regulamento de funcionamento. Talvez este fato decorra da falta de investimentos do Governo Federal em

alguns desses estabelecimentos. Notadamente havia um maior investimento para aqueles estabelecimentos que conseguiam ter um melhor desempenho no que tange à sua produtividade. Isto fez com que estabelecimentos como o Patronato José Bonifácio mantivessem sempre um excelente número de internos, chegando no ano de 1929 a um total de 398 (trezentos e noventa e oito) internos, respondendo sozinho por 14,08% do número de internos em todo o país, que alcançava a marca dos 2.825 menores (BRASIL, 1929).

A renda produzida com o trabalho desenvolvido pelos menores em todos os Patronatos Agrícolas Federais, nas oficinas profissionalizantes e nas práticas agrícolas durante o ano de 1924, foi de 149:147\$930 (cento e quarenta e nove contos, cento e quarenta e sete mil e novecentos e trinta réis) (BRASIL, 1924). No entanto, o ponto máximo de produtividade dos Patronatos ocorreu no ano de 1928, quando a rede contava com vinte estabelecimentos, e as oficinas profissionais de todas as instituições obtiveram uma renda de 189:920\$696 e a produção agrícola, a marca de 155:471\$707, num total de 345:392\$403 (trezentos e quarenta e cinco contos, trezentos e noventa e dois mil quatrocentos e três réis) (BRASIL, 1929). Esta renda era obtida a partir da comercialização do excedente do que era produzido no campo e também pelo que era produzido nas oficinas profissionalizantes.

O ensino de ofícios ou arte ocupava grande parte do tempo dos alunos na instituição. As atividades produtivas implementadas para dar suporte ao ensino profissional tinha, entre suas atribuições, a de concorrer para a manutenção dos serviços oferecidos aos alunos e funcionários; este era o destino de determinadas parcelas do que era produzido na instituição, outra, era comercializada (OLIVEIRA, 2004: 33).

Até o ano de 1930, o Brasil contava com uma rede de vinte Patronatos Agrícolas Federais, sendo sete no Estado de Minas Gerais, quatro em São Paulo, três em Pernambuco, dois no Rio Grande do Sul, dois na Bahia, um no Pará e outro em Santa Catarina. Ainda era o Estado de Minas Gerais que contava com o maior número de Patronatos 35%, e em segundo lugar estava São Paulo, com 20% do total de instituições.

A criação dos Patronatos Agrícolas era divulgada pelos jornais de todo o território nacional, destacando-se a importância dos estabelecimentos para a modernização agrícola do país que incorreria em desenvolvimento econômico. Outro fator a ser destacado era a perspectiva de formação intelectual, moral e física dos menores internos nesses estabelecimentos. Neste ponto se inferia que tudo que fosse feito em benefício da criança concorreria para o engrandecimento nacional. Em Sergipe, o Diário da Manhã anunciava a criação de mais um Patronato e destacava a iniciativa do Governo Federal, e em especial do Ministro da Agricultura, Miguel Calmon:

O nosso governo tem demonstrado que não se descuidava do importante assunto e, dentro das atuais possibilidades financeiras, vem realizando uma obra de verdadeira benemerência nacional, com a sucessiva instalação, nos Estados, de Patronatos Agrícolas dotados de todos os aperfeiçoamentos indispensáveis (...) O eminente titular da Agricultura, dr. Miguel Calmon, dá assim o mais cabal cumprimento ao seu brilhante programa administrativo, que não é de palavras e simples promessas, mas de efetivo labor, de realizações capazes de impulsionar, decisivamente, os maravilhosos surtos de progresso do nosso país (DIÁRIO DA MANHÃ, 1925^a: 01).

Os Patronatos viriam então responder perfeitamente ao anseio da sociedade brasileira, principalmente com a ótica estabelecida a partir da década de vinte dos novecentos com o processo de “republicanização da República”, ou seja, era a perspectiva de ruptura em relação aos padrões oligárquicos que moviam a sociedade, um processo civilizacionista gestado por vários administradores e intelectuais.

A instituição educacional era vista como partícipe importante do processo, haja vista que ela serviria para regenerar a população de forma a colocar o país nos “trilhos do progresso”, isto é, “regenerar pela educação passa a ser a tônica do discurso educativo dos anos 20, que colocava a escola com seus rituais como espaço aberto para as reformas morais e intelectuais propostas pelos republicanos” (MARQUES, 1994: 101).

A educação oferecida pelos Patronatos Agrícolas Federais, marcadamente agrícola, deveria ter sua maior carga horária destinada às atividades práticas, nas quais os menores aprendessem o fazer a partir da experimentação. Este direcionamento do ensino nessas instituições guardava uma estreita relação com os pressupostos divulgados pelos reformistas educacionais que atuaram em diversos estados brasileiros ao longo da década de vinte do século XX. Tais reformistas estavam fortemente embebidos pelos ideais da Pedagogia Moderna. Para esses intelectuais, metas como a promoção da autodisciplina e a educação pelo trabalho, presentes nos Patronatos Agrícolas, eram de grande importância para o desenvolvimento da nação.

Apesar de os Patronatos serem instituições práticas por natureza, ao que parece tal encaminhamento não estava sendo seguido a contento, já que no ano de 1925, Miguel Calmon, Ministro da Agricultura, enviou a todas as instituições da rede federal ou estadual ordens no sentido de que se priorizassem atividades práticas no campo e nas oficinas profissionalizantes, além de indicar quais seriam as atividades a serem desenvolvidas prioritariamente nas instituições:

- a) as áreas cultivadas com todas e quaisquer plantas e expressas em metros quadrados;
- b) toda e qualquer cultura feita pelo estabelecimento, precisando a variedade da planta cultivada;

- c) em que consistiu ou consiste o preparo do terreno para as diversas culturas feitas ou a fazer, e qual o instrumento agrícola com o qual foi feito o preparo do solo;
- d) em que consiste ou consistiu o trato cultural desta ou daquela cultura e qual o instrumento com o qual ele é feito;
- e) qual é o rendimento do hectare ou fração de hectares em litros ou quilos de grãos; tubérculos; raízes; caules; etc; ou dúzias e centos de frutas;
- f) quais os instrumentos com os quais os alunos trabalham e quantas vezes por semana trabalham eles com esses instrumentos e em que cultura;
- g) quais os trabalhos práticos de trabalhadores rurais, aradores e pequenos proprietários agrícolas explorando culturas ou criações, nos quais são exercitados os alunos e quantas vezes por semana e quantas horas de cada vez;
- h) quais os trabalhos das oficinas de carpintaria e ferraria nos quais praticam os alunos, e quantas vezes por semana e quantas horas de cada vez;
- i) em que consiste o trabalho do trato dos animais de cria e de corte, nos quais os alunos tomem parte e quantas vezes por semana e quantas horas de cada vez (SERGIPE, 1925a).

Todas essas nove medidas direcionadas pelo Ministério da Agricultura tinham por finalidade fazer os alunos aprenderem as técnicas agrícolas através da experimentação destas. Para tanto, era necessário um determinado número de horas para que tal objetivo fosse alcançado, por isso a preocupação com o número de semanas e horas em que os meninos executavam as atividades.

Entretanto, o direcionamento dado pelo Ministro da Agricultura infere, também, uma intenção em retirar dos Patronatos Agrícolas uma preocupação meramente disciplinar, moralizante, regeneradora. No entendimento do Governo Federal, era necessário não só adestrar as crianças, mas também, ao mesmo tempo, dar-lhes um ofício, um conhecimento técnico.

Ao longo dos dezesseis anos⁵ de funcionamento da rede de Patronatos Federais, a discussão entre a regeneração e a formação profissional foi o foco dos embates e, ao que parece, a função regenerativa foi a que se sobressaiu, inclusive, uma das causas da falência do modelo. Todavia, pensar a educação de crianças desvalidas naquele momento era refletir sobre instituições balizadas em uma ótica regenerativa, na qual educação e trabalho caminharam juntos para responder a tal perspectiva.

Cuidar da infância é cuidar de sua inserção social. As principais necessidades da sociedade moderna eram a formação para o trabalho e a incorporação de atitudes positivas frente ao ato de trabalhar, e sobre esses pontos se centrará a educação nos institutos de regeneração das crianças pobres, dada a sua trajetória social e o perigo que ofereciam à sociedade (VEIGA e FARIA Filho, 1999, p. 41).

⁵ Trabalho com a escala temporal de dezesseis anos, pois a criação do primeiro Patronato Agrícola deu-se no ano de 1918, e no ano de 1934 essas instituições passaram por profundas transformações, criando-se em lugar delas os Aprendizados Agrícolas.

Como visto, a ótica regenerativa destinada a instituições escolares não é uma especificidade do século XX, ou mesmo dos republicanos e menos ainda do movimento da Escola Nova, fazendo parte de um projeto gestado por iniciativas de administradores de Províncias brasileiras ao longo dos oitocentos. No entanto, as ações voltadas para resolver o problema do menor desvalido foram tomando novos contornos e proporções ao longo dos anos a partir da inserção do pensamento de médicos, educadores e juristas. Neste sentido, a assistência ao menor e sua vinculação a instituições educacionais que tinham o trabalho como um dos seus principais elementos formativos responderam a anseios diferentes em cada época, haja vista que as necessidades individuais e coletivas se alteravam com o passar do tempo. Segundo Jorge Carvalho do Nascimento,

As mudanças registradas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX são, assim, parte de um processo que se produziu no Brasil ao longo dos anos oitocentos e que obedece a uma dinâmica própria que não se subordina diretamente ao processo de substituição do regime monárquico pelo republicano. Portanto, não são novidades introduzidas no século XX, ou por uma intervenção direta de políticos republicanos, ações como o estímulo à imigração de trabalhadores ou à europeização, por exemplo, processos que, de resto, foram vividos intensamente durante o século XIX, sob a Monarquia (NASCIMENTO, 2004: 71).

Dessa forma, apesar de a República dar maior visibilidade ao problema a fim de formar-se uma memória acerca do mito fundador republicano sobre o problema da criança e de qual educação deveria ser destinada a este segmento, foi no século XIX que esses temas ganharam fóruns de discussões e que se transformaram em ações por parte dos administradores provinciais e do governo monárquico.

Contudo, é necessário saber como se deu o processo de implementação e a organização do Patronato Agrícola de Sergipe, já que este, embora tenha estado em consonância com as iniciativas da União, foi uma iniciativa da administração estadual em meados da década de vinte dos novecentos.

CAPÍTULO II: PATRONATO AGRÍCOLA DE SERGIPE: IMPLANTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FINALIDADES

2.1- DA TEBaida AO SÃO MAURÍCIO: O LONGO PERCURSO

Desde o século XIX era grande a preocupação de intelectuais e políticos em diversas províncias do país quanto à necessidade de educar-se as crianças, especialmente os menores abandonados. Uma das possibilidades de reintegração social dessas crianças dava-se por meio do binômio educação/trabalho. Como uma das preocupações também era formar mão-de-obra para o serviço no campo, respondendo à eminente “vocação agrícola do país” (MENDONÇA, 1997), atentou-se para a possibilidade de atrelar essa educação destinada aos menores abandonados às práticas agrícolas.

A primeira iniciativa no Estado de Sergipe, no início do século XX, quanto à criação de uma instituição especializada em educar os menores através de práticas agrícolas, foi a *Escola São José da Tebaida*, criada em 1902 pelos padres salesianos, sob os auspícios do Presidente do Estado, Monsenhor Olímpio Campos (NASCIMENTO, 2004). Inicialmente, a instituição abrigava duas categorias de alunos: os estudantes, que pagavam pensões trimestrais, e os aprendizes, que geralmente eram meninos pobres, cujo ensino era totalmente gratuito. Contudo, o Estado subvencionava a instituição, alocando recursos para o desenvolvimento dela (NASCIMENTO, 2004).

Conforme referenciado por Jorge Carvalho do Nascimento (2004), muitas eram as reclamações dos padres quanto à localização da escola e a impossibilidade de desenvolvimento dos trabalhos nela. Tal entendimento corrobora com o do professor Helvécio de Andrade, publicado no Correio de Aracaju, de 28 de maio de 1924.

A ‘Tebaida’ aceita e patrocinada pelo Estado, resultou inútil não só por falta de interesse geral, como pela impropriedade do terreno em que se localizou. Recordo que foi indicado o antigo engenho ‘Conceição’, entre S. Amaro e Maroim, cujas terras magníficas muito teriam concorrido para o desenvolvimento da escola, com a vantagem capital de ficar esta em contato direto com vastas zonas de lavoura (ANDRADE, 28 de maio 1924: 01).

Tais dificuldades foram aumentadas com a morte de Olímpio Campos, no ano de 1906 e, mais ainda, com a constante redução do repasse de verbas públicas para a instituição. Com isso, ao longo da segunda década do século XX, a escola sofreu com a diminuição gradativa do número de alunos, principalmente daqueles que pagavam pensão ao estabelecimento.

A situa o difícil podia ser observada pela redu o do número de alunos. Do grupo inicial de 54 matriculados de 1902, oito anos depois, em 1910, eram apenas 32, dos quais 23 aprendizes e nove estudantes. Em 1913 não havia

mais nenhum estudante como pensionista, mas apenas aprendizes. Nos anos seguintes a matrícula continuou muito baixa. Contudo, a Escola São José da Tebaida funcionou e manteve o ensino agrícola até 1922, quando então encerrou suas atividades (NASCIMENTO, 2004: 80).

No ano em que foram suspensas as atividades na Escola da Tebaida, o Presidente do Estado de Sergipe era Maurício Graccho Cardoso, que desde sua primeira experiência parlamentar como deputado federal pelo Estado do Ceará, no ano de 1906, tinha como uma das suas preocupações o desenvolvimento do setor primário da economia⁶.



Figura 1: Maurício Graccho Cardoso, presidente do Estado de Sergipe no período 1922-1926. Fonte: Acervo do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura – ITBEC.

Essa preocupação acompanhou-o durante sua vida como político (BARRETO, 2003), revestindo em iniciativas principalmente quando esteve à frente do executivo sergipano, como o incentivo ao desenvolvimento do Centro Agrícola Epitácio Pessoa, da Estação de Monta do Ibura, do Horto Botânico e da criação de uma instituição educacional, que teria por fim regenerar a infância pobre sergipana através das práticas agrícolas. Tal instituição era o Patronato Agrícola São Maurício.

⁶ O interesse de Graccho Cardoso pelo setor primário da economia deve ter crescido quando lecionou na cadeira de Legislação Rural da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária no Rio de Janeiro em 1921 e durante sua passagem como consultor do Ministério da Agricultura (GUARANÁ, 1925).

Para instalar um Patronato Agrícola em Sergipe, o Presidente Graccho Cardoso utilizou-se de terras que o estado já havia adquirido desde o ano de 1912, quando o Presidente Siqueira de Menezes resolveu criar o Centro Agrícola de Sergipe. Para tanto, o General Siqueira de Menezes, através do Decreto nº 566, de 29 de março de 1912, desapropriou a fazenda denominada de Quissamã, situada no Município de Socorro, que se somaria às propriedades denominadas de Palestina, Bomfim e Patrimônio, para assim formar a área destinada ao Centro Agrícola de Sergipe. Como forma de abonar os donos das terras do Quissamã, o Governo do Estado pagou a seus herdeiros, já que o proprietário havia falecido, a quantia de 10:000\$000 (dez contos de réis). Entretanto, esta quantia não foi tida como suficiente, levando-se em consideração a condição de orfandade dos herdeiros, como demonstra Mensagem do Presidente do Estado à Assembléia Legislativa:

Por essa desapropriação, obedecendo à Lei que rege a matéria, pagou o Estado a quantia de dez contos de réis aos seus legítimos herdeiros, importância reconhecidamente abaixo do valor da propriedade. Hoje esses herdeiros, que são na maioria órfãos, reclamam, e com fundo de razão, o pagamento de uma certa soma para completar a devida indenização (SERGIPE, 1914: 05).

Mesmo antes de ser resolvido o pagamento do terreno adquirido, já se encontrava em funcionamento o Centro Agrícola Sergipense, desde o ano de 1913, recebendo subsídios do Governo Federal, desenvolvendo atividades no sentido de dinamizar a economia agrícola do Estado de Sergipe. A criação do Centro Agrícola, no entanto, não resolveria os problemas de deficiência técnica do agricultor sergipano. Diante deste fato eram grandes as discussões em torno da criação de uma Escola Agrícola em nosso estado. Em Mensagem enviada à assembléia legislativa, aludia o Presidente Manuel Presciliano de Oliveira Valadão a favor da criação de uma instituição com tais finalidades:

Estabeleçamos, pois, o ensino agrícola: cuidemos da fundação de uma Escola de Agricultura, não um estabelecimento aparatoso, incompatível com as rendas do Estado, mas um estabelecimento profissional, de molde exclusivamente prático, onde os alunos do último ano do curso primário possam receber os ensinamentos da agricultura, onde aprendam a produzir, amar e dar valor à terra, e onde também o nosso lavrador aprenda a servir-se, a utilizar-se racionalmente de aparelhos aperfeiçoados, a fazer a seleção de sementes, a conhecer a natureza dos terrenos e certifiquem-se pessoalmente das vantagens de tais processos (SERGIPE, 1916).

Todavia, apesar dos debates e do apoio de muitos intelectuais e políticos a favor da criação de uma instituição de ensino agrícola por iniciativa do governo estadual, tal fato só veio tornar-se concreto no segundo ano do mandato do Presidente Graccho Cardoso, quando começou o processo de instalação de um Patronato Agrícola no Estado de Sergipe, que

deveria funcionar nas terras adquiridas para a criação do Centro Agrícola de Sergipe, anexo a este. Desde o início de 1923, mais de um ano antes do decreto de criação da instituição, as obras para a construção do Patronato Agrícola São Maurício já se encontravam em andamento. O primeiro registro encontrado é de 9 de março de 1923, dando conta de que oito carpinteiros trabalhavam a madeira que iria fazer parte da construção do Patronato, recebendo do estado por uma semana de serviço a quantia de 255\$200 (duzentos e cinqüenta e cinco mil e duzentos réis) (SERGIPE, 1923a). Ao longo dos anos 1923, 1924 e início de 1925, os relatos se sucederam e o número de trabalhadores variava conforme a necessidade das obras.

A demora na realização das obras do Patronato pode ser explicada em virtude da quantidade de obras empreendidas ao mesmo tempo pelo Presidente do Estado, bem como pela falta de material e dificuldade de acesso ao estabelecimento, conforme explica o encarregado pela obra, o superintendente da Seção Técnica de Engenharia, Alfredo de Guimarães Aranha:

Ao quesito referente ‘aos trabalhos do Patronato, indicando a época provável em que ficará em estado de funcionar e o que atualmente está embaraçando a breve conclusão do mesmo’, devo responder que os trabalhos não estão mais avançados, pela multiplicidade de serviços que estão sendo efetuados ali, e sobretudo por falta absoluta de material ao pé da obra, devido à dificuldade de transportes. Mesmo assim, penso que as obras daquele centro estarão terminadas de janeiro a fevereiro de 1924 (SERGIPE, 1923b).

Um outro empecilho à concretização das obras era a falta de veículos de transporte para o deslocamento de material da capital para o local onde elas estavam sendo realizadas, ficando, muitas vezes, semanas, até que um proprietário de terra da região cedesse um carro para fazer o transporte do material necessário, e ainda o número de trabalhadores variar conforme as prioridades do Governo. Nesse sentido, as obras do Patronato, quase que invariavelmente, eram secundarizadas em detrimento de obras no Centro Agrícola Epitácio Pessoa e também da construção das casas dos colonos alemães (SERGIPE, 1924a).

Apesar de ainda não haverem terminado as obras, o Presidente criou oficialmente o Patronato Agrícola São Maurício⁷, em 31 de outubro de 1924 (SERGIPE, 1924b).

⁷ A primeira denominação do Patronato Agrícola de Sergipe foi São Maurício, talvez uma auto-homenagem do Presidente do Estado Maurício Graccho Cardoso, idealizador da instituição.



FIGURA 2 – São Maurício, soldado de Tebas que morreu como mártir da fé cristã (DE VARAZZE, 2003: 784-786). Fonte: Acervo pessoal.

A criação do estabelecimento viria responder à expectativa de vários intelectuais que pensavam a educação naquele momento, como, por exemplo, o professor Helvécio de Andrade, que já em maio de 1924 asseverava a necessidade de haver um entrelaçamento entre o trabalho da polícia e das instituições educacionais, quanto à correção dos menores desvalidos:

Não vejo outros meios; a instrução que ensina a aquisição de bons hábitos morais e sociais, a polícia de costumes que colhe a juventude desocupada, ambulante, e a encaminha para os estabelecimentos agrícolas, onde uma legislação sábia, benéfica, humana, saiba prendê-la pelas vantagens que lhe oferece, compensando quanto possível o sacrifício da suposta privação da liberdade, palavra tão mal compreendida pela maioria dos homens (ANDRADE. 29 de maio de 1924: 01).

Todavia, entre o processo de criação e de inauguração do estabelecimento um longo percurso sucedeu-se, pois o Presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso, esperava que a instituição comportasse um número mínimo de educandos: “Logo que o número de internados atinja a 50, será oficialmente inaugurado o aludido instituto de ensino profissional agrícola,

inscrito entre os de maior utilidade com que o atual Governo vem dotando o Estado” (SERGIPE, 1924c).

A demora para a inauguração do Patronato Agrícola São Maurício pode ter sido em vista da dificuldade em chegar-se a este número mínimo, pois no mês de dezembro de 1924 a instituição só contava com 22 (vinte e dois) menores matriculados (SERGIPE, 1924c). Contudo, outros elementos contribuíram para esse prazo de seis meses entre a criação da instituição e a sua efetiva inauguração.

Um desses elementos, como já mencionado, é que quando do ato de criação do estabelecimento ainda não existiam as condições para receber os menores. Apesar de serem utilizadas diversas instalações já existentes do Centro Agrícola Eptácio Pessoa, o prédio-sede do Patronato ainda estava por ser construído, fato que só foi efetivamente consumado entre os meses de novembro e dezembro de 1924. Em Mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa, o Presidente Graccho Cardoso descreveu a arquitetura do Patronato São Maurício: “O corpo central, todo construído de tijolo e alvenaria e coberto de telhas, tipo nacional, mede treze metros de largura e treze metros de comprimento, constituído por duas alas distintas, dispondo cada uma de dez metros de largura e sete metros de comprimento” (SERGIPE, 1925b).

No prédio central encontravam-se: “gabinete do diretor, secretaria, museu, biblioteca, quatro salas de aulas, medindo cada uma 10,10m x 5,60m, refeitório, dormitórios, enfermaria, almoxarifado, cozinha, gabinetes” (SERGIPE, 1925a). Além do prédio central e de suas alas, o espaço destinado ao Patronato era provido de um pavilhão, onde estavam postas as oficinas de marcenaria, ferraria, sapataria e selaria. Havia ainda um aviário, uma pocilga, um espaço destinado à horta e um galpão onde se encontrava a padaria (SERGIPE, 1925b). Todos os espaços referentes ao Patronato Agrícola São Maurício eram providos de energia elétrica gerada pela Usina do Quissamã, que era uma benfeitoria do Centro Agrícola Eptácio Pessoa, situado a dois quilômetros da sede do Patronato. Ainda constavam dos prédios que compunham o Patronato São Maurício três casas destinadas ao pessoal de direção e ensino do estabelecimento (SERGIPE, 1925b). Não obstante os espaços já construídos, estava em fase de construção uma Capela, que serviria, dentre outras atividades, para louvar São Maurício, santo padroeiro da instituição.

Depois de construídas, as instalações do Patronato Agrícola ainda não dispunham de água, elemento de suma importância para as práticas higiênicas que marcaram o pensamento intelectual brasileiro desde o final do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX (VEIGA e FARIA Filho, 1999). O fornecimento de água destinada a servir ao Patronato

somente seria normalizado em dezembro de 1924, como informa o Diário Oficial do Estado de Sergipe, de 4 de dezembro de 1924:

O sr. Presidente do Estado, acompanhado do engenheiro Selmi-Dei e de seu ajudante de ordens, esteve ontem pela manhã no Centro Agrícola Eptácio Pessoa.

S. Ex. esteve ali assistindo aos preparativos para o assentamento da bomba que fornecerá do Poxim água para os serviços do Patronato Agrícola (SERGIPE, 1924d).

O Presidente do Estado ainda esteve em visita às obras do Patronato nos dias 12 e 15 de dezembro de 1924 (SERGIPE, 1924e). Após esta última visita, provavelmente após ter acesso ao número de matrículas existentes até então desde a abertura das inscrições em 2 de dezembro de 1924 (SERGIPE, 1924f), ordenou ao Secretário Geral que expedisse nota a todas as autoridades⁸ no sentido de que se cumprisse o disposto no Regulamento do Patronato:

Art. 2º. Serão admitidos e recolhidos:

1º Os órfãos de pai e mãe privados do amparo de parentes e protetores;

2º Os menores cuja internação for solicitada pelas autoridades policiais e judiciárias, depois de concluídos os respectivos processos e inquéritos;

3º Os menores filhos de Pais indigentes, provada essa circunstância pela autoridade competente;

4º Os menores encontrados habitualmente vagando nas vias públicas ou privadas de qualquer socorro, cumprindo a autoridade judicial averiguar se de fato virem desamparados de toda a assistência e não são delinquentes; (SERGIPE, 1925c).

A partir desse encaminhamento, algumas autoridades responderam à solicitação do Presidente; uma delas foi o Juiz de Direito da Comarca de Maruim (SERGIPE, 1924g). Contudo, além do baixo número de alunos, outro problema a ser resolvido era a formação do quadro de pessoal da instituição, que até aquele momento só dispunha do diretor, o engenheiro-agrônomo Juvenal Marques Canário. Para tanto, começaram a ser nomeadas algumas pessoas: para o cargo de professor, com vencimentos anuais de um conto e oitocentos mil reis (1:800\$000)⁹, Mosart Faria de Aboim¹⁰ (SERGIPE, 1924h); para o cargo

⁸ Mesmo antes do encaminhamento de ofício a todas as autoridades competentes, jornais da época já haviam publicado as normas para a habilitação de crianças no Patronato. Cf. PATRONATO S. MAURÍCIO. *Gazeta do Povo*, Sergipe, p. 04, 5 de dezembro de 1924.

⁹ No ano de 1925, o salário do professor do Patronato havia aumentado para 2:280\$000 (dois contos, duzentos e oitenta mil réis) anualmente, mesmo assim estava abaixo dos salários de outras instituições tais quais a Escola Normal, onde o professor recebia 5:202\$00 (cinco contos, duzentos e dois mil réis) e Grupo Escolar Manuel Luis que recebia 3:528\$000 (três contos, quinhentos e vinte e oito mil réis) anualmente. Em 1928, o salário de professor do Patronato sofreu um novo aumento, passando para 3:000\$000 (três contos de réis) aproximando-se dos das demais instituições de ensino que se mantiveram inalterados (SERGIPE, Diário Oficial do Estado de 29 de dezembro de 1925; SERGIPE. Diário Oficial do Estado de 29 de dezembro de 1928)

¹⁰ O professor Mosart Faria de Aboim foi o primeiro professor do Patronato Agrícola de Sergipe. Ainda em Sergipe desempenhou a função de jornalista, tendo trabalhado no Sergipe Jornal, o qual representou no ato de criação da Associação Sergipana de Imprensa. Participou da diretoria desta Associação entre os anos de 1938 e 1941, assumindo o cargo de vice-presidente, tendo assumido algumas vezes a cadeira da presidência em virtude

de guarda com gratificação anual de um conto e cento e cinquenta e dois mil reis (1:152\$000), Antonio Cordeiro Manso (SERGIPE, 1924i), e para o cargo de escriturário e almoxarife, com vencimentos anuais de dois contos e quatrocentos mil reis (2:400\$000), Eloy Ferreira do Nascimento (SERGIPE, 1924j).

Além desses profissionais ainda servia ao Patronato São Maurício o médico Aristides Fontes, que se ofereceu para prestar serviços médicos à instituição, e ainda o cirurgião dentista Álvaro Barros, que prestava atendimento ao Batalhão Policial e duas vezes por semana desempenhava a mesma função no Patronato, por determinação do Presidente do Estado (SERGIPE, 1925d). O Patronato ainda contava com um quadro de funcionários diaristas que recebiam seus salários por meio de folhas de pagamento expedidas semanalmente.

O Patronato São Maurício, mesmo antes de sua inauguração, passou por alterações em seu quadro funcional. Para o lugar de Antonio Cordeiro Manso, exonerado por proposta do diretor Juvenal Canário (SERGIPE, 1925e), entrou Pedro Gama (SERGIPE, 1925f); e o inspetor de alunos, Francisco Guilherme Martins, no dia 20 de abril de 1925, deixou sua função de inspetor de alunos do Patronato indo para a Escola General Siqueira, assumindo em seu lugar Alexandre Barreto (SERGIPE, 1925g).

À medida que se aproximava a data da inauguração, alguns jornais já descreviam o ambiente da instituição, bem como felicitavam o governo e a sociedade sergipana de modo geral pelo empreendimento, que visava à prática agrícola rudimentar e à regeneração dos menores desvalidos, ou seja, “formar o operariado agrícola, que ainda não possuímos, e chamar ao bom caminho do trabalho e da instrução os pequenos infelizes que vagueam, ao léo, pelas ruas, entregues aos mais torpes vícios e necessitados de tudo” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1924a, p. 01). Nesta mesma matéria, o Diário da Manhã estimulava as pessoas a irem conhecer a grandiosidade da obra que estava sendo construída.

Mesmo antes da inauguração, o Patronato recebeu algumas visitas, uma das quais foi a do Juiz Paulo Fontes¹¹, que, em companhia de sua senhora e filhos, além de Romero Estelita e Hunald Cardoso, seguiram em excursão pela Penitenciária Modelo, Cristo Redentor, Centro Agrícola e Patronato, no dia 17 de abril de 1925. O fato destas visitas ao Patronato foi assim noticiado:

dos afastamentos de Godofredo Diniz Gonçalves, presidente da instituição. Nesta gestão a Associação Sergipana de Imprensa adquiriu um terreno para construção de sede própria. Após este período, erradicou-se no Estado do Ceará, trabalhando como jornalista em um impresso da família Aboim (ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE IMPRENSA, 1994).

¹¹ O juiz Paulo Fontes encontrava-se em Sergipe para julgar os militares do movimento sedicioso de 13 de julho de 1922.

... dirigindo-se ao Patronato Agrícola São Maurício, onde lhes estava preparada uma ligeira refeição, em virtude da viagem ter sido resolvida de improviso, na manhã de hontem, em caminho da Penitenciária. Nesse departamento estadual, foram os ilustres hospedes recebidos pelos drs. Américo Ludolf e Juvenal Canário, respectivamente diretores do Centro Agrícola Epitácio Pessoa e educandário agrícola de menores abandonados. Servida a refeição improvisada, o dr. Juvenal Canário convidou o dr. Paulo Fontes a visitar as salas de aulas, dormitório, refeitório, secretaria, almoxarifado e demais secções do estabelecimento sob a sua direção. Os menores, a esse tempo, já se achavam formados, no pátio interno, recebendo o eminente magistrado ao som de hinos patrióticos. Realizadas diversas evoluções, entre essas exercícios de ginástica sueca, na presença dos dignos visitantes, postaram-se os menores à frente do novel educandário, para as homenagens das despedidas (SERGIPE, 1925h).

Depois de algumas visitas e ajustes internos, o Patronato Agrícola São Maurício, que em 2 de maio de 1925 já contava com 41 (quarenta e um) alunos internos, segundo mapa demonstrativo encaminhado pelo Diretor da instituição (SERGIPE, 1925i), estava pronto para a inauguração.

2.1.1 A FESTA DE INAUGURAÇÃO

Após alguns meses de espera estava próximo o dia da inauguração do Patronato Agrícola São Maurício. A data do evento estava marcada para 13 de maio de 1925, porém o Presidente do Estado resolveu antecipá-lo para o dia 7 de maio (SERGIPE, 1925j).

No dia 7 de maio o *Diário Oficial do Estado* divulgava em nota: “As pessoas convidadas pelo sr. Presidente do Estado deverão reunir-se às 7 ½ horas da manhã na praça Fausto Cardoso, em frente ao Palácio do Governo, onde estarão a sua disposição os automóveis que os conduzirão ao Centro Agrícola” (SERGIPE, 1925l).

Nesse mesmo dia, o jornal *Diário da Manhã* noticiava a inauguração do Patronato, aludindo à obra de caridade e de visão futura empreendida pelo Presidente Graccho Cardoso, conclamando a todos os sergipanos que congratulassem com o mencionado chefe do executivo pelas benesses que a obra poderia trazer à sociedade (DIÁRIO DA MANHÃ, 1925b: 01).

Não obstante a galhardia com que era dada a notícia da inauguração do Patronato por alguns jornais, outros, como o *Sergipe Jornal*, que fazia franca oposição à administração de Graccho Cardoso, viam com temeridade tal empreendimento, pois segundo esse jornal, tratava-se de mais uma criação de um “gênio multiforme em matéria de invenções e fantasias” (SERGIPE JORNAL, 1925a: 01), e ainda que, apesar dos fins nobres da instituição, estava

em mira acima de tudo a satisfação de sua vaidade inata, o desejo de celebridade que lhe povoa o espírito ávido de exibições que mais das vezes

nada representam na prática, senão superfluidades irrisórias, que, levam o Tesouro à situação ‘invejável’ de penúria em que se debate na hora em que S. Ex. exhibe suas ‘benemerências’ (SERGIPE JORNAL, 1925a: p. 01).

Além de alguns posicionamentos discordantes por parte dos jornais, um outro empecilho ao bom andamento da inauguração do Patronato era a estrada de rodagem Aracaju-São Cristóvão, que, mesmo com todos os esforços da Secretaria de Viação e Obras Públicas, não se encontrava a contento para o tráfego de automóveis. Para minimizar o problema, o Presidente do Estado solicitou ao Secretario de Viação e Obras Públicas, Nello Selmi-Dei, que fizesse os reparos e melhoramentos necessários nessa estrada. Apesar dos esforços empreendidos durante duas noites inteiras, às vésperas da inauguração, uma chuva quase tornou irrelevantes os reparos; porém o pior não aconteceu, e a piçarra e areias colocados para facilitar o deslocamento dos veículos não foram afetados, rendendo elogios por parte dos convidados pela administração de Graccho Cardoso (SERGIPE, 1925m).

A despeito de qualquer posicionamento contrário ou a favor, ou mesmo da dificuldade de acesso ao estabelecimento, por volta das oito e meia da manhã do dia 7 de maio de 1925, saíam da Praça Fausto Cardoso, em cortejo, automóveis levando autoridades e demais convidados em direção ao Patronato São Maurício. O cortejo chegou ao Patronato por volta das 10 horas, depois de percorrer os dezoito quilômetros que separavam o Patronato da capital sergipana. Os convidados foram recebidos pelos alunos, num total de sessenta menores devidamente uniformizados, com entoação do Hino Nacional Brasileiro. Em seguida, os menores desfilaram ao som de canções patrióticas e executaram evoluções ginásticas na parte externa do Patronato (GAZETA DO POVO, 1925a: 01).

Antes do ato inaugural, deu-se espaço à missa em ação de graças, celebrada pelo Bispo de Aracaju, D. José Thomaz, sendo acompanhado pelos sacerdotes frei Cornélio e Padre Jugurtha Franco (DIÁRIO DA MANHÃ, 1925c: 01), em uma das salas do Patronato. Após o ato religioso, no salão nobre daquele estabelecimento, procedeu-se à solenidade de inauguração do Patronato.

O diretor do Patronato Agrícola São Maurício abriu a solenidade afirmando que a honra das primeiras palavras sobre a obra a ser inaugurada deveria caber ao Presidente do Estado, não só pela posição que ocupava mas também por ter sido ele seu idealizador. Levantando-se da mesa à qual estava sentado com o general Marçal de Faria, o juiz federal Paulo Fontes, o desembargador João Maynard, Lupicino Barros, Nobre de Lacerda, senador Lopes Gonçalves e D. José Thomaz, o Presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso, foi acompanhado de um respeitoso silêncio iniciando sua fala. Estavam à mesa representantes da

Igreja, do Estado e do Exército, forças que iriam marcar as disputas no campo educacional ao longo das décadas seguintes, segundo José Silvério Baía Horta (1994).

Além daqueles que estavam sentados com Graccho Cardoso, vale ressaltar a presença de:

Brerillo Leite, Antonio Paryassú, Parreiras Horta e senhora, João Firpo Filho, 1º Tenente Loyola Daker, 1º Tenente José Marinho dos Santos, Alexandre Lobão, Teixeira Coimbra, Capitão Arthur Murtinho e família, Capitão Mario Diniz e senhora, Octaviano Mello e filha, Peretti Guimarães, Archimedes Guimarães, Augusto Leite, Eleyson Cardoso, Cláudio Ganns e senhora, Coronel Manoel Dantas e família, coronel Guilhermino Rezende, coronel Ceciliano Andrade, coronel Affonso Fonseca, coronel Sabino Ribeiro, coronel Estevam Pereira Coelho, Coronel Jorge Calazans, coronel José Couto Farias, Firmo Freire e senhora, professor Arthur Fortes, professor Abdias Bezerra, Alcides Raupp, Coronel José da Silva Ribeiro, Frei Cornélio Neiss, padre Jogurta Franco, Octacílio Oliveira, Hugo Bozzi e família, Orlando Ribeiro, oficialidade do Batalhão Policial, Adherbal Cardoso, desembargador Simeão Sobral, deputado Lourival Sobral, coronel José Amado, coronel José de Barros, Pedro Amado, Alcibiades Paes, Ascendino Garcez, Octavio Cardoso, tenente Luiz Padilha, Orlando Dantas, Humberto Dantas, Povia de Britto e família, professor Clodomir Silva, João Montalvão, Alfredo Aranha, Lauro Andrade, coronel José Sebrão, sr. Manoel Barbosa, Nello Selmi-Dei e irmãs, sr. Pierre Larrue, por si e pelo coronel Manoel Maurício Cardoso, Monteiro de Almeida, Aragão Mello e senhora, Virgínio de Sant'Anna, Jocelym Menezes e família, Armando Mesquita, Vivaldo Fontes, Luiz de Figueiredo Martins, Alfredo Telles, Ezéquio L. da Cruz e Alfredo Busch (SERGIPE, 1925n).

A solenidade contou, então, com a presença de professores, intelectuais, magistrados, militares, políticos, grandes proprietários de terras e outras pessoas de prestígio na sociedade sergipana. Todos em silêncio para ouvir o discurso¹² do Presidente do Estado de Sergipe.

2.1.2 – O IDEAL CIVILIZADOR: FRAGMENTOS DE UM DISCURSO

Todos aqueles que se dirigiam ao Patronato valorizavam o seu aspecto regenerador, de correção da juventude. Outro aspecto levantado era o de preparação de mão-de-obra qualificada para o trabalho agrícola. Embora possam ser vistos como objetivos diferentes, os dois têm por intuito a formação de cidadãos úteis à sociedade.

Esse ideal de formação era carregado de padrões moralizadores e disciplinadores, partindo do entendimento de que a instituição educacional prepararia o indivíduo para o convívio social. Este pensamento guarda uma grande aproximação com a formulação teórica de Durkheim, para quem a educação é um dos elementos pelos quais a sociedade impõe seus

¹² O discurso de inauguração do Patronato Agrícola de Sergipe, proferido pelo Presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso, encontra-se na íntegra no anexo 2 desta dissertação.

padrões de funcionamento aos indivíduos, de forma a conformá-los a viver no contexto em que estão inseridos. Desta forma

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine (DURKHEIM, 1978: 41).

O pensamento durkheimiano acredita que o principal elemento a ser transmitido pela educação é o ensino da moral. Durkheim pressupõe que a moral tem um papel decisivo na perpetuação da sociedade. A escola, então, exerceria função essencial, já que ela, depois da família, é a grande responsável pelo processo formativo do indivíduo que irá responder aos anseios da sociedade.

Enfatizando os princípios assistenciais e educacionais do Patronato Agrícola, aludia o Sergipe Jornal, de 7 de maio de 1925:

Nas suas linhas gerais o patronato que sob os melhores auspícios inicia hoje a sua vida, promete a mais profícua assistência, o mais decidido amparo aos menores abandonados pela sua má estrela, ao léu do infortúnio, a mercê dos embates da sorte, dando-lhes sob o seu teto o carinho que lhe falta, a instrução de que carecem, o trabalho que virá desenvolver-lhes as faculdades e arrancá-los a inércia que já produz o vício e que só gera o crime (SERGIPE JORNAL, 1925a: 01).

O mesmo entendimento expresso nos jornais foi reforçado durante o discurso de inauguração do Patronato Agrícola. Nele, Graccho Cardoso enfatizou a obra humanitária de regeneração das crianças desvalidas, com o fito de formar futuros cidadãos úteis à sociedade sergipana. Todavia, ressaltou ainda os benefícios que essa instituição poderia trazer para a economia sergipana, no que tange à produção agrícola.

Um dos princípios da educação oferecida no Patronato deveria ser o do ensinamento da moral. A idéia de moral pretendida era fortemente embebida pela doutrina cristã. Pode-se perceber a influência moral cristã já no início do discurso de Graccho: “Com o convencimento de um crente, elevo o espírito ao Todo Poderoso que me inspirou a criação deste instituto” (SERGIPE, 1925n).

Prosseguindo o seu discurso, Graccho Cardoso chamou a atenção do público presente para o valor da terra a que pertencia e para os valores intelectuais que esta vinha gerando, estando inclusive alguns deles ali presentes, como os professores Arthur Fortes e Clodomir Silva, além de Orlando Dantas. Dando continuidade à sua fala, Graccho expôs sobre os fins do Patronato:

O principio divino da assistência à infância, da caridade legal, ensaia, pela primeira vez, insinuar-se na legislação do Estado e se estrutura no regulamento desta casa, fadada a reconstruir, pelo ensino, a nossa vitalidade agrária. Reconhecendo indubitavelmente no homem o mais precioso dos capitães, a administração pública espontaneamente se imite na tutela dos menores abandonados (SERGIPE, 1925n).

Tal direcionamento dado ao Patronato por Graccho corrobora a afirmação de Milton Ramon Pires de Oliveira:

aos patronatos agrícolas era atribuída a possibilidade de concorrer para o aumento progressivo da capacidade produtora impulsionando a capacidade produtora do país (...) Ao autorizar a criação dos patronatos agrícolas afirmava-se que era necessário cuidar, antes de tudo, da preparação do elemento produtor (2003: 26).

A idéia de regeneração da infância pela educação e pelo trabalho foi muito difundida durante as primeiras décadas do século XX. Este entendimento pode ser visto nos jornais que noticiaram a inauguração do Patronato, bem como em artigos de intelectuais como Helvécio de Andrade, que afirmava:

Aqueles jovens patricios, afastados do vício e do crime, aproveitados no serviço da sociedade, salvos da perdição, serão amanhã homens dignos e generosos, que saberão amparar outros muitos elementos sociais e, sobretudo, reconhecer os benefícios recebidos da pátria e do seu governo (27 de julho de 1925: 01).

Em alguns estados do território nacional, através das reformas educacionais empreendidas por intelectuais ao longo das primeiras décadas do século XX, a idéia de unir educação e trabalho eram uma tônica (CARVALHO, 2003). Neste ideal de união entre educação e trabalho estava presente o esforço de passar aos menores padrões de comportamento e valores úteis à sociedade. Este entendimento encontra-se explícito em outra passagem do discurso inaugural proferido por Graccho Cardoso, que asseverava:

problema de cuja solução fui um dos primeiros a entrever, por longes encantados, como de um ápice escandido em púrpura, a radiosa perspectiva da pátria rejuvenescida. Aludo ao Brasil de amanhã, regenerado na educação e nos hábitos, na essência e na forma das suas instituições Moraes, civis e políticos, na saúde e nas qualidades exuberantes da raça, em suma, na organização vitoriosa de todas as suas forças naturais; no esplendor dos campos apascentados e das searas copiosas, carregadas de esperanças! (SERGIPE, 1925n).

Em um discurso marcadamente baseado em princípios da fé cristã, Graccho Cardoso afirmava que a criação do Patronato não era fruto de uma iniciativa partidária ou individual, e

sim uma obra imprescindível, impessoal, generosa e de todas as sociedades e governos, cabendo, segundo ele, mais “à moral que à política fundá-los e mantê-los” (SERGIPE, 1925n). Esta obra moral, como já expressei, viria regenerar a infância que se encontrava depauperada tanto física, quanto moralmente. Para tanto, eram necessárias medidas rápidas, pois segundo Graccho, os primeiros dezesseis anos da criança eram de suma importância para a eficácia de toda e qualquer medida profilática. Era imprescindível alicerçar essas crianças nos valores que os fizessem ser no futuro: “os voluntários da civilização, os obreiros do bem-estar social, os operários da honra da pátria, caldeada, purificada e aquilatada pelo trabalho” (SERGIPE, 1925n).

O Patronato deveria contribuir, como já referenciado, também para a melhoria na capacidade agrícola, na preparação de “braços” para a lida no campo:

O Patronato Agrícola São Maurício tem, sob esse aspecto, incontestável finalidade patriótica e educativa. Não é seu objectivo diplomar agrônomos, fabricar doutores nem formar sábios; mas exclusivamente constituir o braço agrícola, torná-lo apto para as fainas do campo, mediante noções práticas rudimentares e imprescindíveis. Pouca theoria; simples aplicações no acto de se executarem as demonstrações no solo (...) E tudo aqui – salas de dormir, compartimentos de aulas, refeitórios – reveste-se de mínima sobriedade, de sorte a desde logo habituar os educandos às singelas condições da vida rústica; para que se predispõem (SERGIPE, 1925n).

Essa visão de Graccho, através da qual a vida no campo é rústica e simples, corresponde ao paradoxo urbano X rural, sendo o primeiro sinônimo do progresso, do moderno, enquanto o segundo era sinônimo do arcaico (MENDONÇA, 1997).

O pensamento durkheimiano, baseado em princípios morais e disciplinadores, estava muito presente no tocante às finalidades do Patronato. Somado a esses direcionamentos estava o da higiene, que já vinha sendo foco de discussão de educadores e médicos desde o século XIX (MARQUES, 1994). Estas finalidades não deveriam ser perseguidas apenas pelos administradores e funcionários da instituição, mas também, e sobretudo, pelos menores internos, sendo cobrado destes uma participação efetiva.

Seria por meio do desenvolvimento da moral, da disciplina e da higiene que a nação caminharia em direção ao progresso. Esta tríade está presente na fala de Graccho Cardoso ao afirmar:

O zelo da pátria, de que se originou o nosso ser, e a obrigação de contribuir para a defesa da Republica e dos seus cânones, deverão ser despertados pela educação moral e cívica. Com essa, correrá parêlhas a cultura física. Do mesmo modo que a profissão das armas, o alenho do solo requer braços robustos, ágeis, ativos e decididos (SERGIPE, 1925n).

A preocupação com a educação moral e cívica e com o fortalecimento dos corpos, tendo como principal propulsor a Educação Física, fez-se presente na maior parte dos discursos educacionais e nas políticas de governo ao longo das décadas de 1930 e 1940 (HORTA, 1994).

Apesar de ter o Patronato marcadamente uma finalidade de regenerar os menores desvalidos, para dar respostas à sociedade, ou seja, formar cidadãos que pudessem ser úteis ao futuro da sociedade, entendo que, ao pressupor um melhoramento agrícola, fica patente que a instituição buscava tanto uma transformação da sociedade quanto do indivíduo. Ao tentar repassar padrões civilizatórios para os menores internos, o Patronato Agrícola estava alterando tanto o indivíduo quanto a sociedade. O sociólogo alemão Norbert Elias afirma:

A ‘civilização’ que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-las, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. Todas as características distintivas que lhe atribuímos – a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer que seja – atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento (1994: 73).

Ao levar determinados padrões civilizatórios para os menores internos, estava o Patronato Agrícola de Sergipe ensinando hábitos, formas de alimentar-se, vestir-se, comportamentos em grupo, dentre outros elementos, que iriam contribuir, inclusive, para o controle das pulsões instintivas do homem. No entanto, não era um controle que viria do exterior para o interior, era sim um autocontrole das pulsões.

A idéia de alteração da sociedade a partir da educação proporcionada no Patronato foi um dos elementos presentes no discurso de inauguração, ensejando que o estabelecimento era um importante centro de “propaganda e vulgarização de exercícios agrários, de modo a incutir no ânimo de todos que possuam terras o desejo de bem aproveitá-las” (SERGIPE, 1925n). Seguindo este raciocínio, afirma que, independentemente da pequena extensão territorial do Estado de Sergipe, o que mais valia era o aproveitamento racional de suas terras, fazendo o seguinte paralelo: “Para a civilização mais vale o minúsculo Uruguai, febrilmente ativo, a Suíça exemplarmente organizada, no seu exíguo perímetro, que a China colossal e sonolenta e a Rússia interminável e anarquizada” (SERGIPE, 1925n).

Todos os encaminhamentos realizados nos Patronato Agrícola de Sergipe visualizavam o alicerçamento de valores e condutas nos menores internos e uma melhoria no que concerne ao encaminhamento das práticas agrícolas no Estado de Sergipe. Tais encaminhamentos correspondiam à passagem por parte da instituição de padrões civilizatórios

que estavam ligados tanto a hábitos de higiene, valores morais, cívicos, modos de se vestir, escrever, portar-se em público, dentre outros, quanto à passagem de técnicas específicas voltadas para o desenvolvimento agrícola.

2.1.3 – É FIM DE FESTA

Após a leitura do discurso por parte do Presidente do Estado, no qual se viu externado o ato de boa vontade para com a regeneração da infância pobre sergipana e também quanto à racionalização do trabalho agrícola, o que se ouviu foram aplausos entusiasmados daqueles que ali se encontravam.

Seguindo o protocolo, Graccho Cardoso passou a palavra para o senador Lopes Gonçalves, “que manifestou sua grande satisfação pelo progresso de Sergipe, discurso que impressionou agradavelmente a quantos o ouviram. Manifestou seus sentimentos de apreço à obra do Presidente Graccho Cardoso, a qual considera patriótica e dignificadora” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1925c: 01).

Após o discurso do Senador Lopes Gonçalves foi servido, a todos os presentes, champagne acompanhada de doces no refeitório do estabelecimento (DIÁRIO DA MANHÃ, 1925c). Depois do lanche, os convidados, em companhia do diretor do estabelecimento, Juvenal Canário, percorreram todas as dependências físicas do Patronato Agrícola São Maurício, que era composto dos seguintes salões e departamentos:

Cel. José de Faro Rollemberg, Dr. Pelino Nobre, Barão de Propriá, Cel. Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, Barão da Estância, Senador Leandro Maciel, três amplos dormitórios, grande cosinha, boas copas e assejados banheiros.

Ao lado do estabelecimento vêem-se dois pavilhões destinados aos serviços de marcenaria, padaria, sapataria e ferraria (GAZETA DO POVO, 1925a: 01).

A homenagem, nomeando os salões do Patronato de personagens de relevância política no cenário sergipano, era uma prática muito freqüente nos primeiros anos da República, quando da inauguração de instituições educacionais. Vários grupos escolares colocaram o nome de lideranças políticas sergipanas em suas salas de aula. Um exemplo disso é o do Grupo Barão de Maroim, que homenageou: Felisbello Freire, Germiniano Paes, Oliveira Ribeiro, Monteiro de Almeida, Possidônia Bragança e Gumersindo Bessa (SANTOS, 2005). Segundo Magno Francisco de Jesus Santos, a escolha dos nomes não estava vinculada ao de pessoas que tivessem alguma relação com a educação, e sim, almejava a construção e preservação da “memória de personalidades do novo regime, mesmo que estas não estivessem vinculadas à instrução pública” (SANTOS, 2005: 35).

O primeiro homenageado no Patronato é o Coronel José de Faro Rollemberg, nascido em fevereiro de 1845, no engenho Murta, município de Capela, filho dos barões de Japarutuba. Faleceu em 1º de outubro de 1889 na cidade de Maruim. Apesar de ter breve passagem pelo Ginásio Baiano do Doutor Abílio César Borges, não concluiu seus estudos, dedicando-se à lavoura. Integrou o partido liberal, no qual foi figura de destaque. Em Maruim assumiu os cargos de delegado de polícia, presidente da Câmara Municipal e Comandante superior da Guarda Nacional. Foi, também, deputado estadual em mais de uma legislatura e vice-presidente da província, a qual administrou no período de 9 a 27 de julho de 1885 (GUARANÁ, 1925).

O segundo homenageado, Pelino Francisco de Carvalho Nobre, guardava fortes relações com a causa dos órfãos, pois em sua trajetória assumiu a função de curador de órfãos. Nasceu em 5 de dezembro de 1839 em Laranjeiras e faleceu em Aracaju no dia 24 de dezembro de 1907. Era bacharel em ciências jurídicas, formado pela Faculdade do Recife, onde concluiu seus estudos no ano de 1866. De volta a Sergipe, além de curador de órfãos, foi promotor público da comarca de Aracaju, deputado provincial por duas vezes, entre 1877 e 1885, procurador fiscal do Tesouro Provincial, diretor do Asilo Nossa Senhora da Pureza, vice-presidente da província, chefe de polícia, juiz substituto, juiz seccional e vice-presidente do Estado. Além disso, fundou em 1860, em Aracaju, o Gabinete de Literário Sergipano, do qual foi presidente. Pertenceu ao Club Conservador Acadêmico do Recife, ao Gabinete Literário da cidade de Caruaru em Pernambuco e foi colaborador do Jornal do Comércio e do Jornal do Aracaju (GUARANÁ, 1925).

Outro nome lembrado foi o do Barão de Propriá, José da Trindade Prado, nascido na antiga freguesia de Santo Amaro das Brotas, no ano de 1804, e faleceu no município de Capela em 1875. Durante sua vida foi partícipe do movimento pela Independência do Brasil, fazendo parte do corpo de voluntários d'aclamação em Sergipe. Foi praça do 26º batalhão de caçadores. Em 1829 foi para Corte, onde assumiu o lugar de instrutor da Guarda Nacional, sendo reformado em dezembro de 1839 já no posto de Major. Regressou a Sergipe onde fundou uma Tipografia no ano de 1841, na cidade de Laranjeiras, criando os periódicos O Triunpho, Guarany e O Telegrapho. Foi deputado por sete biênios na Assembléia Legislativa e vice-presidente da província. Ainda ocupou os postos de Coronel, comandante de vários destacamentos no norte de Sergipe, oficial e comendador da Ordem da Rosa, cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo. Foi membro da diretoria do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e sócio do Gabinete Literário Sergipano, tendo recebido, no ano de 1860, o título de Barão de Propriá (GUARANÁ, 1925).

O quarto nome mencionado é o do Coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, nascido em 10 de julho de 1852, no engenho Varzinhas, município de Laranjeiras, tendo falecido nesta mesma cidade em 28 de julho de 1895. Foi aluno do Atheneu baiano, no entanto não deu prosseguimento aos estudos. Declarou-se secretário da República e no ano de 1888, com Felisbello Freire e Josino Menezes, fundou o Club Republicano na cidade de Laranjeiras. Em 1889 foi aclamado, em Aracaju, membro da junta provisória que comandou Sergipe após a proclamação da República. Nos primeiros anos da República assumiu a função de vice-governador e governador do Estado de Sergipe, deixando de exercer qualquer função administrativa a partir do ano de 1891. Filiou-se ao partido conservador, sendo nomeado, logo após, coronel, comandante superior da Guarda Nacional (GUARANÁ, 1925).

Uma outra sala levava o nome do Barão de Estância, Antônio Dias Coelho e Mello, nascido no ano de 1822, no engenho Colégio, freguesia de Itaporanga, faleceu em São Cristóvão no dia 5 de abril de 1904. Assumiu diversas funções durante o Império, à frente do partido liberal. Foi Juiz de Paz, presidente da Câmara Municipal de Itaporanga, deputado estadual e vice-presidente. Exerceu, ainda, as funções de Comendador das Ordens de Cristo e da Rosa, Presidente da Diretoria do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e recebeu o título de Barão de Estância pelos trabalhos realizados durante a Guerra do Paraguai (GUARANÁ, 1925).

O último dos homenageados foi o Senador Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, nascido em 4 de julho de 1825, no engenho Serra-Negra, em Rosário e falecido no dia 13 de maio de 1909 na cidade de Japaratuba, no engenho Entre Rios. Graduou-se em 1851 pela Academia Jurídica de Olinda, tendo sido no ano seguinte nomeado Juiz Municipal de Órfãos de Rosário, com jurisdição extensiva a Maruim e Santo Amaro. Foi membro do partido conservador, assumindo os postos de deputado provincial e da Câmara Geral Legislativa. Instituída a República, fez parte da Junta Governativa que comandou Sergipe nos primeiros momentos do novo regime. Foi eleito deputado à Câmara Constituinte, ocupando, também, a cadeira de Senador Federal. Foi um dos organizadores do Partido Nacional e do Partido Progressista, última agremiação política da qual fez parte.

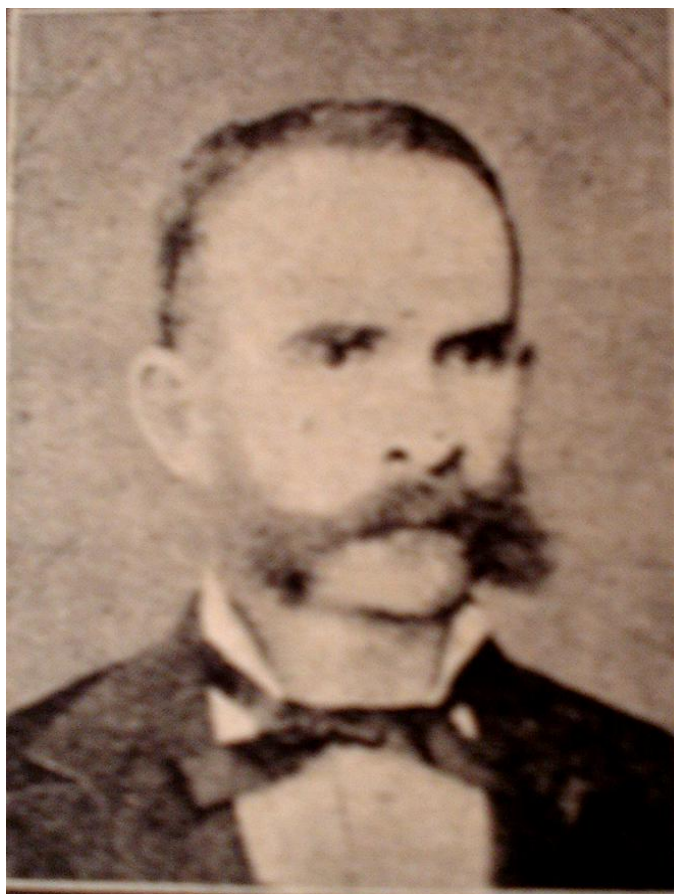


Figura 3: Leandro Ribeiro da Silva Maciel. Fonte: GUARANÁ, Manuel Armindo Cordeiro. **Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & Cia, 1925.

Como pode ser observado, a maioria das pessoas cujos nomes foram dados às dependências do Patronato Agrícola de Sergipe tinham alguma ligação com a lavoura, sendo, também, homens de destaque no cenário político sergipano. Dentre os homenageados, há aqueles que tiveram em sua trajetória uma relação com os problemas advindos da orfandade, assumindo o posto de Juiz de Órfãos. Isto permite inferir-se que ao homenagear tais pessoas, pretendia-se perpetuar a memória de homens que tiveram, além de uma importância política para Sergipe, um destaque na defesa do desenvolvimento agrícola.

Durante a visita realizada às dependências do Patronato, o General Marçal de Farias aproveitou a presença dos educandos no pátio do estabelecimento para conversar com eles e passar-lhes esperança quanto ao futuro que estes poderiam ter servindo à Pátria brasileira (GAZETA DO POVO, 1925a). Ainda durante a festa de inauguração, Couto Faria, comerciante em Aracaju, ofereceu uma peça de fazenda para o uso no Patronato. Houve ainda, antes do término do ato festivo, um recolhimento de donativos junto aos presentes a fim de iniciar a Caixa dos Menores, que deveria ser gerida pelo Conselho de Assistência Privada do Patronato.

2.1.4 – CONCLUINDO O DISCURSO

A longa jornada desde o momento da criação do Patronato Agrícola São Maurício, no dia 31 de outubro de 1924 até sua efetiva inauguração no dia 7 de maio de 1925, foi marcada por ajustes, como a construção dos espaços destinados à instituição, a elaboração do regulamento, a formação do quadro funcional, a matrícula de um número mínimo de alunos, enfim, ajustes das condições básicas de funcionamento.

No que tange à matrícula dos menores, percebe-se que a princípio o número de matriculados foi muito baixo, o que fez Graccho Cardoso encaminhar cópias do regulamento da instituição a todas as autoridades constituídas tanto na capital quanto no interior do estado, no intuito de que estas encaminhassem menores em situação de abandono familiar para essa instituição.

No ato de inauguração, percebe-se a presença de magistrados, professores, intelectuais, militares, religiosos, demais autoridades constituídas e pessoas da mais seleta parcela da sociedade sergipana. É relevante salientar a presença, dentre eles, do senador da república Lopes Gonçalves e do juiz federal Paulo Fontes, o que caracterizava a consonância entre a política encaminhada pelo Presidente da República e pelo Presidente do Estado de Sergipe.

O discurso proferido por Graccho Cardoso na inauguração do Patronato São Maurício foi permeado, conforme já citado, de valores cristãos, ressaltando a obra caridosa que se estava ali inaugurando, os aspectos morais ressaltados pela instituição e a regeneração da juventude, vislumbrando um futuro de esplendor para o Estado de Sergipe.

Somados aos ideais de moral e regeneração da juventude estavam os de racionalização das atividades agrícolas, a educação pelo trabalho, visando, também, ao desenvolvimento agrícola do estado e conseqüentemente ao seu desenvolvimento econômico.

A todo momento, ressaltava Graccho o quanto era imprescindível a edificação de tal obra, observando seu pioneirismo e o desprendimento, para ele um empreendimento suprapartidário, ou seja, uma obra de boa vontade cristã.

2.2 ORGANIZAÇÃO, ESPAÇOS E TEMPOS DO PATRONATO

Mesmo antes de receber seus primeiros alunos, a organização do Patronato, sob a denominação de Patronato Agrícola São Maurício, já estava pronta através do Decreto nº 890 de 14 de novembro de 1924. Com isso, todo o aproveitamento e a dinâmica quanto à utilização dos espaços e tempos da instituição já estavam previamente estruturados.

Toda a organização do Patronato deveria estar em consonância com dois princípios que na verdade estavam imbricados: regenerar e preparar mão-de-obra para o trabalho agrícola. Tal direcionamento é o que mais se destaca no Parecer favorável dado pelo Legislativo, assinado pelos Deputados Sebastião da Costa Carvalho, Arthur Fortes, Lourival Sobral, Arnóbio Baptista de Souza, Ascendino Ezequiel e Rufino Sampaio, quanto à criação do Patronato:

Considerando que um Patronato compreende a escola da agricultura, a das letras e a das artes, condições indispensáveis à formação do sergipano trabalhador e capaz, em que, decerto, se transformará a criança desocupada, são de parecer que o projeto em face seja convertido em lei, para a regeneração da infância abandonada (SERGIPE, 1924l).

Ao fundar o Patronato Agrícola São Maurício, Graccho Cardoso dava mostras em Sergipe de uma política que já vinha sendo implementada pelo Governo Federal desde o ano de 1918, quando foi criado o primeiro Patronato Agrícola. Tal iniciativa, assim como preconizado nos Patronatos Agrícolas Federais, buscava atender a um duplo aspecto, assim descrito por Milton Ramon Pires de Oliveira:

Os patronatos agrícolas foram investimentos voltados para a formação de trabalhadores a partir de concepções fundadas nos conhecimentos científicos, objetivando uma agricultura racionalizada, foram inscritos também, enquanto um dos meios de intervir sobre os setores pobres da sociedade, concorrendo para a modernização social e cultural (2003: 24).

Destinados a um público alvo formado por menores desvalidos, abandonados, que se encontravam perambulando pelas cidades, os Patronatos Agrícolas, diferentes das Escolas Normais e dos Grupos Escolares, que ganharam novos e suntuosos prédios com a República (MONARCHA, 1999), primando por uma visibilidade e um simbolismo de suplantação do velho, eram criados longe dos espaços urbanos, servindo muitas vezes de reformatórios de hábitos e costumes para as crianças ali internadas.

Não fugindo a este direcionamento, o Patronato Agrícola São Maurício foi construído anexo ao Centro Agrícola Eptácio Pessoa, situado no município de São Cristóvão, próximo ao Rio Poxim, na parte superior do terreno servido pela estrada de rodagem Aracaju-São Cristóvão (SERGIPE, 1925a). A própria localização do Patronato, distante dos grandes centros urbanos, de difícil acesso, coadunava com o que vinha fazendo o governo federal desde 1918, com a criação do primeiro Patronato Federal (OLIVEIRA, 2003). O espaço geográfico do Patronato era uma forma de controlar os menores, fazendo-os viver de forma integral o ensino preconizado na instituição.

O Patronato Agrícola, diferente das demais instituições educacionais que estavam subordinadas à Diretoria de Instrução Pública, tinha a superintendência direta da Secretaria Geral do Estado, cujo ocupante do cargo era o Vice-Presidente do Estado. Como co-responsável pela gestão do Patronato Agrícola, foi criado pelo Presidente do Estado um Conselho de Assistência Privada (SERGIPE, 1925o) que tinha finalidade consultiva, fiscalizadora e auxiliar, tanto do Secretario Geral do Estado, quanto do Diretor da instituição. Eram incumbências do Conselho:

- I – Agenciar recursos, donativos e somas que garantam o perfeito funcionamento do Patronato, no caso de lhe vir a faltar o auxilio da administração pública.
- II – Representar ao Presidente do Estado contra a má direção do estabelecimento e qualquer fato ou circunstancia que possa afetar a moralidade e bom nome dos respectivos funcionários.
- III – Facilitar a colocação do menor em fazendas particulares, uma vez concluído o aprendizado no Patronato.
- IV – Instituir obras de fundo moral e educativo com anuência da diretoria e de modo que não perturbem os trabalhos regulamentares.
- V – Fundar uma caixa Econômica pelos Menores Abandonados, cujos recursos serão aplicados em adquirir para os alunos que concluírem o curso os instrumentos agrários ou oficinais mais necessários (SERGIPE, 1925o).

Para formar o Conselho foram nomeados pelo Presidente do Estado: o desembargador Armando Hora de Mesquita, o coronel Manoel Correia Dantas, o coronel Afonso Quintiliano da Fonseca, o coronel Sabino Ribeiro, o coronel José da Silva Ribeiro e o médico Aristides da Silveira Fontes, que também se encarregava da assistência médica aos menores internos.

Ao que parece, o Conselho de Assistência Privada não durou muito tempo, pois dentre as funções estabelecidas, executava somente a de gerenciar a caixa econômica dos menores, com as doações financeiras efetuadas por políticos, proprietários de terras e ocupantes de cargos públicos, conforme quadro a seguir:

QUADRO 4: DOAÇÕES À CAIXA DE MENORES DO PATRONATO ENTRE OS ANOS DE 1925 E 1926

Nome do Doador	Quantia doada
Senador Lopes Gonçalves	500\$000
Presidente Graccho Cardoso	50\$000
Juiz Paulo Fontes	200\$000
Coronel José de Barros Franco	200\$000
Bispo D. José Thomaz	100\$000
Major Firmo Freire	50\$000
Coronel Manoel Dantas	200\$000
Coronel José da Silva Ribeiro	200\$000
Arquiteto Hugo Bozzi	50\$000
Professor Parreiras Horta	200\$000
José Manoel Povia	50\$000
Coronel Leonardo Ribeiro	200\$000
Coronel Francisco Porto	50\$000
Coronel José Sebrão de Carvalho	100\$000
Maurício Ettinger	50\$000
General Nonato de Faria	200\$000
Coronel Sabino Ribeiro	200\$000
Armando Mesquita	50\$000
Empresa Teixeira Chaves & Cia	200\$000
Pedro Amado	200\$000
Berillo Leite	200\$000
Coronel José Amado	200\$000
Hunald Cardoso	50\$000
Marcel Lafont (Presidente de Credit Foncier du Bresil)	500\$000
Total arrecadado	4000\$000

Fonte: SERGIPE. Diário Oficial do Estado. Sessão Secretaria Geral do Estado, ofícios recebidos, de maio de 1925 a dezembro de 1926.

Terminada a gestão do Presidente Graccho Cardoso, iniciada a de Cyro de Azevedo, já não se encontravam mais registros sobre o funcionamento do Conselho de Assistência Privada. De acordo com a nova proposta de Regulamento da Instituição elaborada no ano de 1928, o Conselho de Assistência Privada seria substituído por um Conselho Fiscal que deveria trabalhar juntamente com o diretor, tendo o fim precípua de inspeção (SERGIPE, 1928a).

O Patronato Agrícola de Sergipe passou por três diferentes denominações, entre os anos de 1924 e 1934, sem que fossem alteradas a sua organização e suas finalidades: de 1924 a 1926, chamava-se Patronato Agrícola São Maurício; de 1926 a 1931, Patronato de Menores Francisco Sá¹³, e de 1931 a 1934, Patronato de Menores Cyro de Azevedo¹⁴.

Uma das alterações pretendidas quando da confecção do novo regulamento, no ano de 1928, era a de adequação da realidade do estabelecimento à de uma escola agrícola primária. Uma das alterações mais significativas pretendidas era a tentativa de desatrelamento da

¹³ Francisco Sá foi Ministro da Viação durante o governo de Arthur Bernardes. Recebeu esta homenagem por ter prestado alguns favores ao Presidente Graccho Cardoso.

¹⁴ Cyro de Azevedo foi um literato e jurista sergipano, que comandou o Estado durante um breve período no ano de 1926, vindo a falecer no mesmo ano.

instituição quanto ao seu caráter corretivo, regenerador. A ênfase voltava-se para a produtividade, podendo ser aplicados os seguintes ramos de produção: cultura de plantas industriais, horticultura e jardinocultura, pomicultura, pecuária e indústria animal. A preferência por um destes ramos deveria tomar como parâmetro as necessidades do local (SERGIPE, 1928a).

Uma outra alteração significativa direcionava-se à idade de saída dos alunos, passando dos 14 para os 16 anos, e ainda os alunos estariam divididos em duas categorias distintas: dos 10 aos 13 anos e dos 13 aos 16 anos. Como se isso não bastasse, para que o aluno fosse aceito na instituição, além de atestado médico e de comprovado verdadeiro estado de abandono, era requerido desse menor um atestado de boa conduta, referendado pela autoridade competente ou por pessoa idônea (SERGIPE, 1928a). Outro encaminhamento novo era a reserva de 50% das vagas para crianças provenientes da localidade onde a instituição estava instalada.

Apesar da pretensão de dar uma nova ênfase à educação do Patronato, o novo Regulamento expressava em seu segundo artigo que o trabalho agrícola teria uma função educativa e regeneradora. Esta tentativa de transformação dos corpos, de mudanças nos hábitos das crianças, no entanto, não eram de exclusividade dos Patronatos Agrícolas. Segundo Tarcísio Mauro Vago (2002), os Grupos Escolares em Minas Gerais, já nas duas primeiras décadas do século XX, tinham como um dos seus objetivos transformar os corpos das crianças, fazendo da educação recebida na escola um contraponto à educação recebida em casa. Conforme o mesmo autor, a educação nos Grupos Escolares tinha um triplo aspecto: a educação física, intelectual e moral das crianças. Este mesmo entendimento é compartilhado por Crislane Barbosa de Azevedo (2003) em trabalho desenvolvido sobre os Grupos Escolares situados na cidade de Aracaju. No Patronato Agrícola, além desses três aspectos, seria atendida ainda a formação profissional agrícola (SERGIPE, 1924b).

Quanto às práticas agrícolas, vale lembrar que alguns estados brasileiros, a exemplo da Paraíba, focado por Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (2002), já buscavam, desde o final do século XIX, conhecimentos elementares sobre agricultura nas escolas primárias, demonstrando a inquietação dos legisladores no tocante à criação de práticas escolares que envolvessem os setores produtivos. No Estado de Sergipe, as primeiras iniciativas referentes ao ensino agrícola datam do ano de 1836 quando o presidente da Província, Manuel Joaquim Fernandes de Barros, sugeria um modelo de educação baseado em países europeus que vinham contribuindo para o desenvolvimento da agricultura (NASCIMENTO, 2004). Nas primeiras décadas do século XX, o professor Helvécio de Andrade escrevia artigos defendendo a inserção das práticas agrícolas nas escolas primárias, fazendo as crianças tomarem gosto, mostrando-lhes “por meios eficientes, claros, concretos, como é dos campos

cultivados que vivem as cidades e crescem os povos; é despertar-lhes a atenção e o interesse pela vida agrícola, pela saúde, pelo vigor, moralidade, fortuna e independência que ela faculta” (ANDRADE, 29 de maio de 1924: 01).

Mesmo o Patronato Agrícola sendo uma instituição para receber menores desvalidos, antes de serem aceitos na instituição, os mesmos passavam por exames médicos que iriam detectar se havia algum problema de saúde que os impedisse de ter acesso ao convívio social da instituição. Tal fato é semelhante ao descrito por Rosa de Fátima Souza (1998) sobre como era feita a triagem dos alunos para ocuparem as cadeiras dos Grupos Escolares paulistas, nos quais era também obrigatória a apresentação de atestado médico evidenciando a ausência de qualquer doença infecto-contagiosa¹⁵.

Na chegada ao ambiente do Patronato Agrícola, os menores deparavam-se com a arquitetura dos prédios, regulando os usos dos seus espaços e tempos, de modo a ocupar e controlar os internos para que chegassem ao final do dia exauridos. Espaço e tempo são indissociáveis não somente em se tratando de espaços escolares como também em qualquer atividade humana:

Qualquer atividade humana precisa de um espaço e de um tempo determinados. Assim acontece com o ensinar e o aprender, com a educação. Resulta disso que a educação possui uma dimensão espacial e que, também, o espaço seja, junto com o tempo, um elemento básico, constitutivo, da atividade educativa (FRAGO e ESCOLANO, 1998: 61).

O controle do tempo era também uma forma de disciplinarização dos internos, pois o regulamento do Patronato estabelecia censuras, obrigava repetições determinadas e regulamentava os ciclos de repetição. No entanto, essa ocupação do tempo não deveria ter apenas a finalidade de ocupar as crianças; deveria preocupar-se também com a qualidade desse uso (FOUCAULT, 2004). Para tanto, contribuía o trabalho nas oficinas profissionais, as práticas agrícolas, as aulas do ensino elementar e da ginástica.

Somado ao controle do tempo estava o uso dos espaços que perpassava inclusive pela própria arquitetura escolar, sendo esta parte integrante do direcionamento dado ao ensino no Patronato Agrícola. Segundo Antonio Viñao Frago,

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (1998: 26).

¹⁵ A prática de requerimento de exames médicos para detectar alguma anomalia no pretendente à matrícula era comum em todos os estabelecimentos escolares nesse período.

Com relação à arquitetura, o Patronato Agrícola São Maurício era provido de salas de aula, dois pavilhões de oficinas, nos quais funcionavam a marcenaria, carpintaria e ferraria, além de um jardim, horta e pomar, e ainda um museu e uma biblioteca. Todos esses ambientes foram construídos para que se pudesse manter o controle sobre os menores de forma que estes nunca estivessem desacompanhados, ou pelo menos sob o olhar de um responsável que teria por primazia manter a ordem na instituição. Tal encaminhamento identifica-se com o que Michel Foucault (2004) chamou de vigilância hierárquica, no qual os espaços são construídos de forma a dar possibilidade de um maior controle sobre os corpos, estando as crianças sempre sob os olhares de uma pessoa responsável. No caso do Patronato, às vezes era um dos menores que respondia pelo controle em determinados ambientes, como, por exemplo, nas oficinas, onde menores que se destacavam desempenhavam um papel de ensinar o ofício aos demais, responsabilizando-se por aquele setor.

Os internos passavam por constante acompanhamento médico e dentário. Cabe ressaltar que o Patronato tinha um corpo de funcionários bastante reduzido, contando apenas com o diretor, um professor, dois guardas, um escriturário almoxarife, um médico e um dentista.

O número reduzido de recursos humanos era compensado pelo trabalho em conjunto com o Centro Agrícola Epitácio Pessoa, que tinha dentre outras incumbências organizar as práticas profissionais, cedendo alguns espaços para isso. Este trabalho em conjunto era assegurado e referendado pelo Regulamento do Patronato Agrícola São Maurício, aprovado por Graccho Cardoso, por meio do decreto nº 890, de 14 de novembro de 1924, que preconizava como partes constantes do estabelecimento:

Art. 20º No Patronato Agrícola haverá:

- 1º - uma coleção de quadros de ensino agrícola,
- 2º - coleção de sementes, plantas, terras e rochas do Estado;
- 3º - museu de produtos agrícolas e florestas; mostruários dos trabalhos executados nas oficinas;
- 4º - enfermaria, almoxarifado e rouparia;
- 5º - depósito de máquinas e utensílios agrícolas, inseticidas e fungicidas;
- 6º - galinheiro, estábulo, cocheira, pocilga, apiário, estrumeira, coelheira;
- 7º - jardim, horta, pomar, campos de experiência e campos de exploração, prados naturais e artificiais;
- 8º - viveiros e sementeiras;
- 9º - silo, galpão para feno;
- 10º - posto meteorológico;
- 11 – instalação para beneficiamento e embalagem dos diversos produtos;
- 12 – oficina de carpintaria; ferreiro e correaria.

Parágrafo único. Todas estas construções obedecerão ao critério da maior economia e simplicidade, devendo ser utilizadas como objeto de ensino os que já pertencem ao Centro Agrícola (SERGIPE, 1924m).

A presença no Patronato Agrícola de coleções de quadros do ensino agrícola, de sementes, plantas, terras e rochas do Estado, além do museu de produtos agrícolas e florestas e, ainda, um mostruário dos trabalhos desenvolvidos nas oficinas, permite inferir-se a utilização do método de ensino intuitivo na instituição. O método intuitivo pressupunha que a observação era um elemento fundamental para o desenvolvimento da pesquisa (PALMADE, 1959). O ensino, de acordo com esse método, “deveria partir do particular para o geral, do concreto para o abstrato” (RESENDE, 2002: 441), por essa razão a ênfase na educação dos sentidos. O método intuitivo ficou mais conhecido no Brasil através do trabalho de Normam Allison Calkins, realizado no século XIX, denominado “Primeiras Lições de coisas”. Nesta obra o autor afirma:

Pretender dar primazia aos fatos, criando as condições para a observação e para a experiência, num processo ascendente de compreensão, que tem início nas operações dos sentidos. Os exercícios devem priorizar a observação, criando as condições para que sejam desenvolvidos o raciocínio, a linguagem e a escrita, sempre tendo os sentidos humanos como instrumentos postos a serviço da produção do conhecimento (VALDEMARIN, 2004: 119 - 120).

Dessa forma, a presença de um museu e de coleções de plantas, sementes, dentre outras, teria por finalidade aguçar os sentidos das crianças, estimulando-as a aprender através do contato direto com os objetos, as substâncias e os utensílios do meio agrícola. Os alunos, com isso, poderiam formular seus julgamentos instruídos “pelas próprias coisas e não acerca das coisas” (VALDEMARIN, 2004: 120).

O Regulamento do Patronato ainda previa uma instrução primária que atendesse as necessidades de uma clientela que chegava a ter 70% de analfabetos (SERGIPE, 1925b). Segundo o mesmo regulamento, a educação profissional deveria ser eminentemente prática:

Art. 28º O ensino profissional será essencialmente pratico, não podendo nunca as demais espécies de ensino e exercícios ocupar mais de um terço do tempo útil de cada dia de trabalho, e devendo a instrução teórica limitar-se à explicação do que se executar durante o trabalho (SERGIPE, 1924m).

Durante a semana, de segunda a sexta-feira, os alunos ocupavam-se do ensino primário e do ensino profissional agrícola. Durante as práticas profissionais, as crianças confeccionavam objetos para o seu vestuário (na sapataria), o mobiliário da instituição (na carpintaria), a alimentação (nas práticas agrícolas), para o embelezamento paisagístico do local (na jardinagem), dentre outras. As botas produzidas pelos menores na oficina de sapataria eram destinadas aos próprios internos e ao Batalhão Policial.

Além das práticas já citadas, as crianças tinham ainda a ginástica, a música e, também, práticas como equitação e natação, provavelmente aproveitando-se de elementos constantes do meio em que estavam inseridos.

O Patronato de Sergipe possuía um rigoroso cronograma de atividades que era seguido por todos os alunos durante os três anos de internamento obrigatório.

QUADRO 5: ATIVIDADES DIÁRIAS DO PATRONATO AGRÍCOLA DE SERGIPE NOS DIAS ÚTEIS

ATIVIDADES	HORÁRIOS
Alvorada	05:00
Arrumação dos leitos e higiene Corporal	05:00 às 05:30
Ginástica	05:30 às 06:30
Café/Almoço	06:30 às 07:00
Trabalhos Agrícolas	07:00 às 10:30
Limpeza do estabelecimento	07:00 às 08:00
Ensino Primário	08:00 às 10:30
Revista	10:30 às 11:00
Banho Geral	11:00 às 11:30
Jantar	11:30 às 12:00
Recreio	12:00 às 12:30
Aula teórica de escotismo	12:30 às 13:30
Lanche	13:30 às 14:00
Ensino Primário	14:00 às 16:30
Trabalhos agrícolas	14:00 às 17:30
Recreio	17:30 às 18:00
Ceia	18:00 às 18:30
Descanso	18:30 às 19:00
Banca (estudo geral)	19:00 às 20:15
Revista e preparo para deitar	20:15 às 20:30
Silêncio Geral	20:30

Fonte: SERGIPE. 1930a. Secretaria Geral do Estado. *Documentos recebidos em 18 de junho de 1930.*

Durante o inverno, alguns horários eram modificados. A Alvorada passava das 5h para as 05h30; a Ginástica ocorria entre as 6h e 06h30 e o segundo turno de trabalhos agrícolas ocorria entre as 14h e as 17h.

Dado o toque de Alvorada, os meninos começavam uma extensa rotina de atividades que só terminava às 20h30. Os menores eram separados em dois grupos que desempenhavam as mesmas tarefas em períodos alternados. Das 7h às 10h30 um grupo estava envolvido em trabalhos agrícolas enquanto outro grupo efetuava a limpeza do estabelecimento, seguindo depois para a aula do ensino primário. Às 10h30 os dois grupos reuniam-se nos alojamentos, onde era executada uma revista por parte do inspetor para ver se estava tudo devidamente limpo e se todos os alunos encontravam-se no estabelecimento. Logo após, ocorria um banho coletivo, prática muito comum em internatos. Todos os alunos do Patronato permaneciam juntos durante o jantar, recreio, aulas teóricas de escotismo e lanche. Às 14h, formavam-se

novamente dois grupos. A turma que havia participado dos trabalhos agrícolas pela manhã dirigia-se para as aulas do ensino primário, enquanto a outra que havia tido aula no ensino primário dirigia-se para os trabalhos agrícolas. Há uma lacuna de uma hora na turma que participa da aula do ensino primário. Acredito que entre 16h30 e 17h30 esse grupo era incumbido de algum trabalho de limpeza do estabelecimento (SERGIPE, 1930a).

Após as atividades agrícolas e as aulas do ensino primário, os alunos reuniam-se novamente para um segundo recreio, das 17h30 às 18h. Ao final da tarde era servida a ceia e logo após os alunos tinham direito a um descanso de meia hora. Após este intervalo todos deveriam dirigir-se à banca, na qual eram repassadas todas as lições vistas no decorrer do dia. Terminada a banca, os alunos seguiam para os seus dormitórios, nos quais iriam preparar-se para deitar, passando antes por uma segunda revista. A partir das 20h30 começava o silêncio geral, ou seja, o horário de dormir, no qual os internos não poderiam fazer qualquer tipo de barulho que viesse a atrapalhar o sono dos demais. O horário de silêncio geral só era terminado quando do toque de alvorada ao nascer de um novo dia (SERGIPE, 1930a).

Deve-se ressaltar os horários e as denominações da alimentação dos menores, o que se diferencia em muito do que hoje se pratica. Os horários de refeições no Patronato estão relacionados a um estilo e ritmo de vida diferenciado do que vivemos atualmente, com uma clara influência dos hábitos europeus. Segundo o pesquisador Luis da Câmara Cascudo,

Os nomes é que podem ter outras significações mas nunca finalidades diversas. Almoço é a primeira comida na Europa, *ad morsus*, a dente, comendo às dentadas, rapidamente. Para nós é o café matinal, sempre acompanhado, café-de-duas-mãos, como dizem os caipiras de S. Paulo. O que dizemos almoço diz o europeu Jantar e para nós a Ceia é idêntica na Europa, terminando o dia (CASCUDO, 1983: 699-700).

O lanche, também de influência européia, deveria ser servido entre as duas principais refeições do dia, no caso do Patronato entre o Jantar e a Ceia, valendo como um repositório de energia para que os menores “enganassem” a fome até a próxima refeição. O hábito de tomar-se mate durante o lanche no Patronato talvez se deva à influência européia, notadamente inglesa, com o costume de tomar-se chá. Além disso, há de considerar-se a facilidade em se produzir tal bebida, que é obtida a partir da infusão das folhas da erva-mate, que poderia ser plantada nas terras da instituição.

Não obstante as práticas rotineiras, sendo os horários de alimentação uma delas, executadas de segunda a sexta-feira, o Regulamento do Patronato previa as seguintes atividades aos sábados e domingos:

Art. 47º Os sábados serão reservados à limpeza geral do estabelecimento, excursões a pé pelos arredores, dispensadas as aulas nas classes.

Art. 48º O diretor organizará aos domingos palestras ao alcance dos educandos, versando sobre assuntos de educação cívica, ensinamentos históricos, geográficos, agrícolas, etc (SERGIPE, 1924m).

O controle e a rigidez disciplinares através do reforço de uma rotina de trabalho eram evidenciados inclusive no cardápio estabelecido pela instituição, que seguia um mesmo padrão durante todo o ano:

QUADRO 6 - CARDÁPIO MENSAL DOS MENORES DO PATRONATO AGRÍCOLA

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingos e Feriados
Almoço						
Café Pão	Café Pão	Café Pão	Café Pão	Café Pão	Café Pão	Café Pão
Jantar						
Carne verde Farinha Feijão Arroz Verduras	Carne verde Farinha Feijão F. Milho	Bacalhau ou Charque Farinha Feijão Arroz Verduras	Carne verde Farinha Feijão F. Milho	Carne verde Farinha Feijão Arroz Verduras	Carne verde Farinha Feijão F. Milho	Carne verde Farinha Feijão Arroz Verduras Macarrão Sobre-mesa
Lanche						
Mate Pão	Mate Pão	Mate Pão	Mate Pão	Mate Pão	Mate Pão	Mate Pão
Ceia						
Café Pão Cangica	Café Pão Cangica	Café Pão Cangica	Café Pão Cangica	Café Pão Cangica	Café Pão Cangica	Café Pão Cangica

Fonte: SECRETARIA GERAL DO ESTADO. Documentos recebidos em 18 de junho de 1930. Arquivo Público do Estado de Sergipe. Pasta G3 694.

Toda a alimentação servida tinha um custo diário por menor de 1\$189 (mil cento e oitenta e nove réis), havendo por parte da direção um controle extremamente racional para que todos os internos recebessem a mesma quantidade de ração, com o objetivo de otimizar o consumo dos alimentos em relação aos gastos. De acordo com a tabela de rações dos educandos, os gêneros alimentícios mais consumidos semanalmente eram a farinha de trigo, com 1.400 gramas; a farinha de mandioca, com 840g; a carne de vaca, com 450g; a verdura, com 400g e o açúcar juntamente com o feijão, com 350g cada (SERGIPE, 1930a).

Estabelecer o que deveria ou não ser consumido pelos menores trazia impregnada a marca do discurso médico que buscava intervir de todas as formas sobre os corpos, de maneira a construir um novo corpo mais saudável, afastando-o dos vícios adquiridos. Para tanto, a correção deveria passar inclusive sobre quais os tipos de alimentos deveriam ser ingeridos pelas crianças e em que momento isso deveria ser feito e, também, a quantidade de ração que deveria ser dispensada a cada menor. Ao analisar as teses defendidas pelos médicos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, José Gonçalves Gondra

afirma que uma das grandes preocupações desses profissionais era a alimentação que deveria ser servida nos colégios:

Produzir a ‘boa saúde’ e corrigir as imperfeições do regime alimentar constituem grandes metas perseguidas pelos médicos. Para tanto, a produção de um colégio higienicamente organizado aparece como um imperativo na ordem médica, pois o mesmo, entendido como lugar de formação, é, também, lugar de intervenção no mundo que lhe é exterior. Nesses termos, esse projeto de intervenção na ordem escolar representa parte de um amplo projeto de reordenamento social, o qual, com múltiplas ramificações, desdobra-se e inscreve-se de forma meticulosa no regime alimentar dos colégios. Dentre outros, a adesão e defesa desse procedimento funciona como uma estratégia para fixar, circular e legitimar o código criado e partilhado pela higiene (GONDRA, 2004a: 200).

A alimentação consumida pelos menores do Patronato não destoava do que era ingerido pela maioria dos sergipanos. O consumo da carne verde em detrimento da carne salgada fez-se necessário em decorrência de a segunda ser um produto importado dos estados do Rio Grande do Sul e do Ceará, tornando-a mais cara para compra. Em virtude disto, desde o ano de 1925, por motivo de economia, a carne verde era o derivado protéico animal mais consumido na instituição. Quanto aos demais alimentos que compunham o cardápio do estabelecimento, percebe-se a variedade de produtos ricos em vitaminas, fibras e carboidratos.

A pesquisadora Maria da Glória Santana de Almeida, refletindo sobre a crise da alimentação em Sergipe entre os anos de 1855 e 1860, fez a seguinte observação sobre o hábito alimentar do sergipano:

A alimentação do povo sergipano, ontem como hoje, consistia geralmente na farinha de mandioca, milho, arroz, feijão, carnes frescas e carnes salgadas. Excetuando-se as carnes, a maioria desses produtos era obtida nas pequenas propriedades, geralmente chamadas ‘sítios’ ou em áreas das propriedades canavieiras. A carne salgada ou charque vinha de fora, do Rio Grande do Sul ou do Ceará (ALMEIDA, 1978: 23).

A constatação da autora corrobora com a afirmação feita anteriormente da semelhança existente entre o consumido pelos internos do Patronato e pela maioria da população sergipana.

O pesquisador Luiz da Câmara Cascudo (1983), em sua obra *História da Alimentação no Brasil*, afirma, também, que o feijão, a farinha, o arroz e as verduras faziam parte do hábito alimentar dos brasileiros, formado pela influência dos portugueses, dos africanos e dos ameríndios. Sobre o feijão, por exemplo, o autor afirma que “o brasileiro, filho de portugueses, ameríndios e africanos, foi o consumidor-propagandista do feijão” (CACUDO, 1983: 495). E, já na segunda metade do século XIX, “o feijão e a farinha ficou sendo o mais nacional dos pratos” (CASCUDO, 1983: 502).

Comparando o arroz, a farinha de mandioca e o milho, Câmara Cascudo faz a seguinte observação: “O arroz, *Oryza sativa* Linn., com as muitas variedades, é popular mas não indispensável no Brasil. Não pode competir com a farinha de mandioca ou com o milho” (1983: 510). Tal afirmação corrobora com o apresentado no cardápio do Patronato, pois em três dias da semana, em vez de arroz é servida a farinha de milho. Deve ser ressaltada a presença da canjica em todos os dias da semana, na ceia, o que demonstra a importância do milho na alimentação do estabelecimento.

Quanto às verduras, Câmara Cascudo afirma que estas no Brasil receberam tal denominação porque são usadas verdes, “valendo todos os produtos da horta e mesmo o emprego de ervas silvestres, incluídas n’alimentação normal” (1983: 539). O autor assevera que a introdução dessa cultura alimentar no Brasil deu-se através do colonizador europeu, havendo diminuta influência do africano e do ameríndio (CASCUDO, 1983).

O controle e a otimização do tempo eram certamente um dos grandes desafios dos administradores do Patronato, porque, diferente de outros internatos e demais instituições educacionais, os menores internos não podiam ausentar-se da instituição durante o período de três anos, a não ser que esse desligamento fosse solicitado por autoridade competente ou pelo tutor; ou ainda, caso houvesse completado a idade-limite de 14 anos (SERGIPE, 1924m). Os menores só tinham direito a sair do estabelecimento caso estivessem acompanhados de funcionário competente, e mesmo assim as saídas não deveriam exceder o número de uma a cada mês. Um elemento que daria ao menor a possibilidade de saída do estabelecimento era problema de saúde. Para tanto, era necessária a petição do médico da instituição, a fim de que o interno fosse removido das dependências do Patronato para o Hospital Santa Izabel, onde receberia melhores cuidados.

O tempo também era algo muito importante para os funcionários, já que estes, assim como os menores, residiam na instituição e só poderiam gozar férias por um período máximo de quinze dias com a permissão do diretor do estabelecimento, e este, por sua vez somente poderia usufruir férias por um mês, com o consentimento do Presidente do Estado.

Os internos não tinham liberdade quanto à escolha ou não do comparecimento às atividades. A única exceção feita à não-participação era em decorrência de motivos de saúde. De outra forma, o menor seria punido, conforme o disposto no regulamento, e ainda estaria sujeito à perda de ponto nos exames de apreciação do rendimento.

Depois de um ano internado no Patronato, todos os meses os educandos eram submetidos a um processo avaliativo por parte do diretor do estabelecimento quanto ao trabalho nas culturas, sendo arbitrado um valor a esse trabalho. Todo o excedente da produção do Patronato era destinada à venda. A quantia arrecadada com a comercialização dos produtos

ficava escriturada da seguinte forma para fins de pagamento futuro aos menores: 50% como renda do patronato; 30% como pecúlio do menor, recolhido trimestralmente a uma caderneta do Banco do Estado de Sergipe, a qual só era entregue ao proprietário depois de sua saída do Patronato; 15% para constituir o fundo patrimonial e 5% como salário do educando, a este entregue mensalmente (SERGIPE, 1924m).

Assim, os tempos e espaços do Patronato Agrícola de Sergipe vislumbravam a higienização, o aprendizado das práticas agrícolas racionais, a disciplina, a transformação moral das crianças, a eficiência das práticas; enfim, uma gama de possibilidades e desafios aos quais deveria responder-se com o ensino adotado pela instituição.

CAPÍTULO III - OS PERSONAGENS DO PATRONATO E A MANIFESTAÇÃO DO PODER, DA DISCIPLINA E DA RESISTÊNCIA

3.1. OS ATORES DA EDUCAÇÃO DO PATRONATO: PROFESSORES, INSPETORES, GUARDAS, ALUNOS...

O Patronato Agrícola de Sergipe, nos seus dez anos de funcionamento como instituição administrada pelo Estado, teve um corpo funcional bastante reduzido, ocorrendo também uma constante rotatividade no tocante à ocupação dos cargos, inclusive em sua direção. O corpo discente também foi marcado pela constante alteração no número de alunos internos. Outros personagens também fizeram parte da história dessa instituição, como os funcionários diaristas, os colonos alemães e alguns visitantes que quebravam a rotina de atividades do estabelecimento de ensino.

Faziam parte do cotidiano da instituição, já que o Patronato foi construído nas terras pertencentes ao Centro Agrícola, os funcionários desse estabelecimento e aqueles que dele se utilizavam. Diante disso, é possível que os alunos tivessem algum contato com os presos correccionais que prestavam serviços ao Centro Agrícola Epitácio Pessoa, visto que às vezes alguns deles aproveitavam-se das falhas de segurança para fugirem, como informava o diretor do estabelecimento ao Secretario Geral do Estado:

De referencia a soltura de onze perigosos gatunos que se achavam presos em trabalhos de correção no Centro Agrícola, conforme informa ofício nº 5552, de 24 deste, do Ex. Dr. Chefe de polícia, tenho a honra de comunicar ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do estado que foram soltos apenas quatro correccionais e não onze (SERGIPE, 1926a).

Com relação ao quadro funcional do Patronato, os diretores mereceram atenção especial, principalmente devido às formas de manifestação de seu poder que, muitas vezes, apresentava-se como superior ao do Presidente do Estado no tocante à formação do quadro de pessoal do Patronato. Em virtude disso, o quadro funcional alterou-se significativamente ao longo dos dez anos de funcionamento.

QUADRO 7: FUNCIONÁRIOS DO PATRONATO AGRÍCOLA DE SERGIPE ENTRE OS ANOS DE 1924 E 1934

Nome do funcionário	Ano de entrada	Função
Mozart Faria de Aboim	1924	Professor
Antonio Cardoso Manso	1924	Guarda
Eloy Ferreira do Nascimento	1924	Escriturário-almoxarife
Francisco Guilherme Martins	1924	Inspetor de alunos
João Albuquerque	1924	Encarregado de serviço de água
Aristides Fontes	1925	Médico
Álvaro Barros	1925	Cirurgião-dentista
Alexandre Barreto	1925	Inspetor de Alunos
Pedro Gama	1925	Guarda
João Baptista Rocha	1925	Inspetor de alunos e instrutor de música
José Guilherme	1925	Mestre Sapateiro
Deoclécio Chagas Filho	1925	Mestre Sapateiro
José Oliva Freire	1925	Guarda-vigilante
Leôncio José dos Santos	1926	Professor
José Francerlino da Silva	1926	Inspetor de Alunos
Gervásio da Costa Teles	1926	Escriturário-almoxarife
João Xavier Marques	1926	Mestre Sapateiro
Francisco Felix dos Passos	1927	Guarda
Antônio Carlos	1928	Médico
Vieira Sobral	1928	Médico
Mario Bastos	1928	Cirurgião-dentista
Francisco Vieira Freitas	1928	Inspetor de Alunos
José Epaminondas de Oliveira	1928	Instrutor de escotismo e ginástica
Acrísio Curvêllo de Mendonça	1928	Professor
Orbilio Lima	1929	Professor
Manuel de Oliveira	1931	Professor
Ernesto Agostinho de Sá	1932	Guarda
José Lino da Silva	1933	Guarda

Fonte: SERGIPE. Diário Oficial da União de 1924 a 1934; SERGIPE. Secretaria Geral do Estado. Documentos recebidos de 1924 a 1934.

Nos primeiros dois anos de funcionamento do Patronato, vinte e oito pessoas ocuparam cargos dentro dessa instituição. Um caso a ser ressaltado é o dos inspetores de alunos, cujas alterações totalizaram de quatro entre os anos de 1924 e 1926, e no período subsequente, somente no ano de 1928 sofreu nova alteração, o que leva a crer a dificuldade, principalmente nos primeiros anos de funcionamento, em encontrar uma pessoa capacitada para trabalhar no serviço de inspeção, que era de grande responsabilidade, visto que deveria o profissional proceder diariamente à revista nos alojamentos e à contagem dos alunos, além de aplicar testes com o intuito de acompanhar o desenvolvimento físico dos alunos. Um fato que reforça esta tese é que Francisco Vieira Freitas, empossado como inspetor de alunos no dia 19 de março de 1928, pediu exoneração do cargo antes de dois meses após ter assumido a função, tendo seu cargo suprimido por ordem do Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas:

O presidente do Estado resolve conceder a exoneração pedida pelo cidadão Francisco Vieira Freitas, do lugar de inspetor de alunos do Patronato de Menores 'Francisco Sá', e, no uso da atribuição conferida pelo art. 1º, letra c, da lei nº 1.006, de 7 de novembro de 1927, declara supresso o mesmo lugar (SERGIPE, 1928b).

Algumas vezes, ainda, os funcionários do Patronato eram realocados, indo para outras instituições educacionais na capital, a exemplo de Francisco Guilherme Martins que deixou as funções de inspetor de alunos no Patronato para assumir a função de porteiro do Grupo Escolar General Siqueira (SERGIPE, 1925g). Deve observar-se, também, a contratação de funcionários para exercer mais de uma função, como o caso de João Baptista Rocha, que assumiu o posto de inspetor de alunos, acumulando os serviços de instrutor de música e de auxiliar no ensino primário (SERGIPE, 1925p), dispensando a contratação de um funcionário específico para cada função.

Outro cargo de grande rotatividade no Patronato Agrícola de Sergipe foi o de professor, contando com um total de dez ao longo de uma década de atividades. No entanto, faz-se necessário ressaltar que a partir de 1928, o Patronato passou a contar com dois professores em seu quadro: Acrísio Curvêllo de Mendonça, para as turmas do primeiro ano do ensino primário, e Orbílio Lima, responsável pelas turmas do segundo e do terceiro anos do mesmo grau de ensino. Alguns professores chegaram a ocupar a direção do Patronato: Leôncio José dos Santos, no ano de 1926, por um período de seis meses, e Manuel de Oliveira, que assumiu interinamente a direção entre os anos de 1931 e 1932, tendo como seu auxiliar o professor Acrísio Curvêllo de Mendonça. Apesar de alguns dos que atuavam como professores não terem formação adequada, não foi encontrada qualquer distinção entre habilitados e não-habilitados. Os professores, além de responsabilizarem-se pelas aulas do curso primário, ministrando aulas de Português, Aritmética, História e Geografia, desempenhavam também outras funções como, por exemplo, a de escriturário, ecônomo-almoxtarifado e encarregado do expediente da repartição (SERGIPE, 1930d). Estes ainda desempenhavam um importante papel na formação moral e cívica dos educandos, proferindo palestras sobre datas e personagens importantes de nossa história, bem como discussões acerca dos males do consumo do álcool.

Os profissionais responsáveis pela saúde dos menores internos não tiveram muita regularidade no atendimento. O cirurgião-dentista responsável pela higiene bucal dos alunos foi exonerado do cargo no dia 10 de novembro de 1926, por ordem do Presidente Cyro de Azevedo, que atribuiu o ato à contenção de despesas, já que havia anexo à Escola Normal Ruy Barbosa um gabinete com dois cirurgiões-dentistas que a partir daquela data deveriam responsabilizar-se pela assistência dentária do Instituto Profissional Coelho e Campos, dos

Grupos Escolares do interior do Estado e do Patronato Agrícola (SERGIPE, 1926c). Em 5 de outubro de 1928, por meio da Lei nº 1.017, ficaram os cuidados odontológicos dos menores do Patronato por conta da Sociedade Odontológica de Sergipe, sob a supervisão do Departamento de Saúde Pública (SERGIPE, 1928d). Já o médico Aristides Fontes¹⁶, membro do Conselho de Assistência Privada da instituição, prestou com regularidade seus serviços entre os anos de 1925 e 1926. Todavia, eram muitas as reclamações dos administradores da instituição quanto à falta de assistência médica adequada aos internos. Algumas vezes eram designadas pessoas para executar o serviço profilático nas crianças; no mês de outubro de 1925, Eronildes de Carvalho foi o responsável por proceder à vacinação dos menores internos contra a varíola e outras doenças infecto-contagiosas. Entretanto, os registros do serviço de saúde encontrados com maior frequência foram feitos entre os anos de 1928 e 1930, com todas as guias de visitas, principalmente as executadas pelo médico Vieira Sobral, apontando os casos de internamento na enfermaria e as transferências ocorridas para o Hospital Santa Izabel.

Um fato que merece atenção especial é a presença de militares ocupando cargos de instrução e vigilância dentro do Patronato. No ano de 1925, os mestres das oficinas de sapataria, José Guilherme e Deoclécio Chagas Filho, além do guarda-vigilante, José Oliva Freire, eram soldados cedidos pelo Batalhão Policial que desempenhavam funções no estabelecimento de ensino. No ano de 1928, o sargento José Epaminondas de Oliveira, também cedido por esse Batalhão, era também o instrutor de ginástica e escotismo dentro da instituição. Essa participação de militares no cotidiano do Patronato Agrícola de Sergipe caracteriza um determinado vínculo com os aspectos de disciplina, moral e civismo difundidos por essa instituição.

Além dos funcionários regulares, o Patronato Agrícola de Sergipe contava com os serviços de funcionários diaristas, que eram de fundamental importância para o funcionamento da instituição. A contratação de funcionários diaristas, em vez de efetivos, certamente está relacionada à contenção de gastos públicos, visto que eles eram contratados a partir das necessidades do estabelecimento. A folha de pagamento desse pessoal era a mesma dispensada para gastos com materiais. Sendo assim, em algumas folhas, os gastos com materiais sobrepunham-se ao gasto com pessoal. Um exemplo disso é que no dia 1º de

¹⁶ Aristides da Silveira Fontes nasceu no dia 26 de março de 1881 em Aracaju, onde fez seus estudos de humanidades. Diplomou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia em dezembro de 1904. Foi nomeado lente de Geografia do Atheneu Sergipense no ano de 1905. Foi deputado estadual, assumindo a função de 2º secretário da Assembléia Legislativa, entre 1910 e 1911 ocupou o lugar de 1º secretário. No Atheneu foi professor de Mecânica e Astronomia, assumindo, também em 1911 a cadeira de Física, Química e Higiene. Entre os anos de 1906 e 1908 foi médico do Hospital de Caridade. Após esta passagem pelo Hospital exerceu a função de médico contratado da Escola de Aprendizes Marinheiros e, ainda, entre 1916 e 1920 exerceu o cargo de diretor do Atheneu (GUARANÁ, 1925).

outubro de 1925 a folha de pessoal foi de 231\$700 (duzentos e trinta e um mil e setecentos réis) e a de material foi de 402\$000 (quatrocentos e dois mil réis), num total de 633\$700 (seiscentos e trinta e três mil e setecentos réis).

O pagamento de diaristas e de material, realizado em folhas de pagamento semanais, deveria respeitar um limite previamente fixado no orçamento anual de gastos da instituição. No ano de 1931, as despesas com pessoal deveriam ser de 18:800\$000 (dezoito contos e oitocentos mil réis), sendo 13:800\$000 (treze contos e oitocentos mil réis) para o gasto com pessoal efetivo e outros 6:000\$000 (seis mil contos de réis) para o pagamento de diaristas. Já o gasto com material dividia-se em três partes: 35:000\$000 (trinta e cinco contos de réis) para despesas com vestuário e alimentação dos menores; 3:000\$000 (três contos de réis) para gastos com material, incluindo transporte de menores doentes para o Hospital Santa Izabel e 200\$000 (duzentos mil réis) para o pagamento de material de expediente e impressões. No total, o Patronato dispunha de 58:000\$000 (cinquenta e oito contos de réis) do orçamento anual do Estado de Sergipe (SERGIPE, 1931a). Na maior parte das vezes em que houve um desequilíbrio nas despesas, estas eram discriminadas a fim de elucidar os motivos da elevação dos gastos da instituição. No dia 13 de novembro de 1925, o diretor do Patronato indicava que o aumento de 71\$900 (setenta e um mil e novecentos réis) foi motivado por despesas extraordinárias, previamente autorizadas pelo secretário, com o objetivo de reconstruir a fossa da instituição. A partir do ano de 1926, as folhas de pagamento passaram a não discriminar o que seria gasto com pessoal e com material, a não ser em casos de despesas extraordinárias.

**QUADRO 8: FOLHAS DE PAGAMENTO DO PATRONATO AGRÍCOLA DE SERGIPE DE
OUTUBRO DE 1925 A JUNHO DE 1926**

Data	Quantia
1º de outubro de 1925	633\$700
27 de outubro de 1925	694\$151
30 de outubro de 1925	685\$951
13 de novembro de 1925	759\$351
7 de fevereiro de 1926	640\$385
14 de fevereiro de 1926	639\$430
21 de fevereiro de 1926	639\$780
28 de fevereiro de 1926	639\$080
7 de março de 1926	639\$450
14 de março de 1926	640\$000
21 de março de 1926	639\$900
28 de março de 1926	639\$968
4 de abril de 1926	639\$175
11 de abril de 1926	640\$017
18 de abril de 1926	639\$968
25 de abril de 1926	172\$300
1º de maio de 1926	640\$000
9 de maio de 1926	599\$000
23 de maio de 1926	599\$557
30 de maio de 1926	599\$992
6 de junho de 1926	600\$000
13 de junho de 1926	598\$925
20 de junho de 1926	598\$700
27 de junho de 1926	600\$500

Fonte: SERGIPE. Secretaria Geral do Estado. Ofícios recebidos entre outubro e novembro de 1925; SERGIPE. Diário Oficial do Estado de fevereiro e junho de 1926. Secretaria Geral do Estado – sessão ofícios recebidos. 1926.

Entre os meses de outubro de 1925 e junho de 1926, apenas no dia 25 de abril de 1926 percebe-se uma grande variação com relação aos gastos semanais do Patronato. Talvez isso se deva à troca de diretor que ocorreu por volta do mês de abril. Com a saída do diretor do Patronato, assumiu provisoriamente a instituição o diretor do Centro Agrícola Epitácio Pessoa.

A despeito da importância para o funcionamento da instituição dos funcionários regulares e diaristas, a destinação do estabelecimento estava voltada para o atendimento aos menores e eram estes os principais personagens do Patronato Agrícola de Sergipe. A maioria dos registros dos menores é encontrada em listas de acompanhamento de notas e frequência relativas ao ensino primário desenvolvido na instituição.

A preocupação com a infância, desde o século XIX, vinha merecendo atenção especial com a criação de vários estabelecimentos que tinham por finalidade regenerar as crianças de modo a que estas pudessem contribuir para o futuro da sociedade. Outro problema a ser solucionado, principalmente a partir do século XX com as reformas da instrução pública

encaminhadas ao longo da década de 1920, era o da alfabetização dos menores, a qual foi uma das bandeiras de luta empreendidas pelos membros do movimento renovador.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o problema de assistência à infância mereceu um maior cuidado não só no plano nacional como também no internacional, com a elaboração da Declaração dos Direitos da Criança, no ano de 1924, em Genebra –Suíça. Em nível nacional, a criação dos Patronatos Agrícolas, juntamente com os asilos, abrigos, institutos, dentre outros, tinha uma finalidade tanto assistencial quanto educativa.

Na segunda década do século XX os menores ganharam uma classificação específica, a fim de distingui-los e dar encaminhamentos específicos aos considerados abandonados, pervertidos, delinquentes e anormais.

Menores abandonados são os que possuem menos de 18 anos, não têm habitação certa, podem ou não possuir pais, familiares ou tutores, mas não se encontram sob suas guardas ou esses não apresentam condições morais e/ou financeiras de exercer essa guarda e apresentam condutas contrárias à moral e aos bons costumes, estão em estado de vadiagem, mendicidade ou libertinagem. Os menores pervertidos são os vadios, mendigos ou libertinos que se mostram refratários a receberem o ensinamento de pais e tutores, entregam-se às práticas imorais como a prostituição, ou atos obscenos, e vivem do expediente de esmolas (VEIGA e FARIA Filho, 1999: 50).

Os menores considerados delinquentes eram aqueles que tinham mais de 14 anos e que haviam cometido algum crime ou atentado contra a lei vigente. Já os considerados anormais eram aqueles portadores de alguma deficiência física, sensorial ou intelectual, ou mesmo que tivessem alterações em suas faculdades afetivas, sofrendo de situação de inferioridade frente aos demais e não pudessem adaptar-se ao meio social (VEIGA e FARIA Filho, 1999).

A princípio, os menores internos no Patronato Agrícola de Sergipe deveriam pertencer somente à categoria de abandonados e pervertidos. Porém, há registros de encaminhamento nos primeiros anos de funcionamento de menores que haviam cometido pequenos delitos. O recebimento de delinquentes pela instituição só se fazia possível devido à observância em lei de que somente seria considerado delinquentes o maior de 14 anos. Desta forma, os menores de 14 anos, que eram justamente a população atendida pelo Patronato, mesmo que tivessem praticado algum delito, não eram categorizados como delinquentes.

A primeira lista de menores do Patronato data do mês de fevereiro do ano de 1925, antes mesmo da sua inauguração oficial, contando nesse momento com cinquenta e oito alunos.

QUADRO 9: MAPA MENSAL DOS ALUNOS QUE FREQUENTARAM AS AULAS DO ENSINO PRIMÁRIO, DURANTE O MÊS DE FEVEREIRO DE 1925

Nº dos educandos	Nomes	Idade	Dias de frequência	Aproveitamento	Faltas		Comportamento	Observação
					Justificadas	Não justificadas		
1	José Thomé Amado	14	19	6,63	-	-	10	Época de Matrícula-Analfabeto
2	José dos Santos	11	19	4,53	-	-	8,36	Época de Matrícula-Analfabeto
3	Antonio Lazaro Santos	11	19	6,05	-	-	8,89	Época de Matrícula-Analfabeto
4	João da Costa Alves	11	19	6	-	-	9,21	
5	Manoel Anthidio dos Santos	10	19	6,84	-	-	10	Época de Matrícula-Analfabeto
6	José Amorim dos Santos	10	19	4	-	-	9,05	Época de Matrícula-Analfabeto
7	Amabilio J. da Rocha	14	19	7,89	-	-	10	
8	Antonio dos Santos	10	19	6,26	-	-	9,94	Época de Matrícula-Analfabeto
9	João Baptista dos Santos	12	19	3,84	-	-	9	Época de Matrícula-Analfabeto
10	Sebastião Ferreira dos Santos	10	19	5,21	-	-	9,15	Época de Matrícula-Analfabeto
11	Victalino Alves de Sant'Anna	10	19	3,52	-	-	8,42	Época de Matrícula-Analfabeto
12	Virgílio dos Santos	14	18	3,94	1	-	9,33	Época de Matrícula-Analfabeto
13	João Mello dos Santos	14	19	4,94	-	-	9,73	
14	Amynthas Cecílio de Jesus	14	18	3,88	1	-	9	Época de Matrícula-Analfabeto
15	Antonio Francisco dos Santos	10	18	1,16	1	-	4,94	Época de Matrícula-Analfabeto
16	Manoel Santos Ribeiro	10	19	6,12	-	-	9,89	Época de Matrícula-Analfabeto
17	João Joventino J. da Silva	14	14	7,28	5	-	9,50	Época de Matrícula-Analfabeto
18	Manoel dos Santos	10	19	4,26	-	-	9,42	Época de Matrícula-Analfabeto
19	Innocencio Alves Ribeiro	12	19	5,84	-	-	9	
20	Virgílio Ribeiro Filho	10	19	5,63	-	-	9,15	
21	José Ribeiro dos Santos	13	18	5,63	1	-	9,83	
22	Jason Baptista Dantas	14	15	5,56	4	-	9,75	Época de Matrícula-Analfabeto
23	Nelson Francisco dos Santos	12	19	7,47	-	-	10	
24	Ernestino dos Santos	10	19	4,31	-	-	7,84	Época de Matrícula-Analfabeto
25	José Affonso	10	19	2,15	-	-	6,42	Época de Matrícula-Analfabeto
26	Dionízio Francisco dos Santos	11	19	6,67	-	-	10	Época de Matrícula-Analfabeto
27	Manoel Messias dos Santos	14	19	4	-	-	7	Época de Matrícula-Analfabeto
28	João Baptista dos Santos	12	19	5,68	-	-	9,89	
29	Bemvindo Accioly	14	19	5,89	-	-	9,89	
30	Sylvio José da Silva	14	19	6,12	-	-	10	
31	Ulysses Enéas Nascimento	12	19	5	-	-	9,94	Época de Matrícula-Analfabeto
32	Secundino José Bastos	11	18	5	1	-	9,36	Época de Matrícula-Analfabeto
33	Manoel Messias dos Santos	11	19	5,57	-	-	10	
34	José Gregório dos Santos	11	19	5,21	-	-	9,84	Época de Matrícula-Analfabeto
35	Alvim dos Santos	11	19	4,89	-	-	10	Época de Matrícula-Analfabeto
36	Jermeval de Araújo	12	19	6,26	-	-	10	
37	Edgard de Araújo	10	19	6,05	-	-	10	
38	Gumercindo A. G. Santos	10	19	3,68	-	-	8,63	Época de Matrícula-Analfabeto
39	Esmeraldo José dos Santos	12	19	3,05	-	-	7,21	Época de Matrícula-Analfabeto
40	Hanns Ruis	12	19	4,57	-	-	10	Alemão
41	José Menezes	14	19	4,57	-	-	10	
42	Octavio José dos Santos	12	19	5	-	-	9,73	Época de Matrícula-Analfabeto
43	Elias dos Santos	13	19	4,42	-	-	9,15	Época de Matrícula-Analfabeto
44	José Francisco	11	19	5,21	-	-	9,84	Época de Matrícula-Analfabeto
45	José Fernandes	13	19	5,26	-	-	9,78	Época de Matrícula-Analfabeto
46	Oscar Zeperino da Silva	14	14	5,21	4	-	9,50	Época de Matrícula-Analfabeto
47	Avelino Teixeira	12	19	4,47	-	-	9,42	Época de Matrícula-Analfabeto
48	Octavio de Almeida	11	19	3,42	-	-	7,89	Época de Matrícula-Analfabeto
49	Aloysio de Almeida	12	19	3,33	-	-	7,89	Época de Matrícula-Analfabeto
50	Claudomir da Silva	11	18	4	-	-	8,26	Época de Matrícula-Analfabeto
51	José Gomes	13	15	4,33	-	-	9,26	
52	Manoel M. do Nascimento	11	12	5,66	-	-	9,83	Época de Matrícula-Analfabeto
53	José Pereira dos Santos	12	12	4,66	-	-	10	
54	Edgard Pinheiro Calazans	11	12	5,16	-	-	10	
55	Moacyr Calazans	10	12	4,66	-	-	10	Época de Matrícula-Analfabeto
56	Miguel Costa Alves	10	12	4,50	-	-	10	Época de Matrícula-Analfabeto
57	José da Costa Alves	11	12	4,33	-	-	10	
58	Clodoaldo da S. Mangueira	10	4	3,75	-	-	10	

Fonte: SERGIPE. *Diário Oficial do Estado de Sergipe* de março de 1925 – Sessão Poder Executivo. Imprensa Oficial

O somatório da frequência dos alunos, de acordo com o quadro aí exposto, foi de novecentos e sessenta e um dias, com um total de dezenove dias de aulas durante o mês. De acordo com a nota obtida pelo aluno, era emitido um conceito: de 1 a 3 o desempenho do aluno era *mau*; de 4 a 6 *sofrível*, de 7 a 9 *bom* e somente a nota 10 era considerada excelente.

Diante desse quadro, percebe-se que aproximadamente 65,51% dos alunos eram analfabetos quando do ingresso na instituição. Aproximadamente 79,31% dos alunos obtiveram notas entre 4 e 6, consideradas sofríveis, de acordo com o aproveitamento. Além disso, 16 alunos, aproximadamente 27,58%, tinham 13 e 14 anos de idade, o que contrariava a norma para entrada de alunos, cuja idade máxima permitida era de 12 anos.

Do quadro, ainda se depreende a frequência às aulas de ensino primário por parte de um aluno alemão, Hanns Ruis, que provavelmente fazia parte do grupo de colonos que residiam em terras próximas ao Patronato.

Iniciei a colonização estrangeira, com a localização, nos lotes adrede preparados, nesse estabelecimento, de 22 famílias alemãs.
Penso que surtirá bom resultado este tratamento, que virá animar os proprietários agrícolas, que tanto sentem a falta de braços para o tamanho de suas terras, a procurarem esse valioso elemento (SERGIPE, 1924n).

Eram esses colonos outros integrantes da comunidade que se utilizavam do espaço destinado ao Patronato São Maurício, inclusive recebendo ensino de Língua Pátria:

O sr. Presidente do Estado determinou ao dr. Juvenal Marques Canário, diretor do Patronato S. Maurício, a criação de uma aula noturna, no referido estabelecimento, para o ensino da língua pátria aos colonos ali localizados e trabalhadores rurais que o fizeram (SERGIPE, 1925q).

Como informa o Diário Oficial do Estado, de março de 1925, além dos colonos alemães, trabalhadores rurais da região também poderiam participar das aulas noturnas, neste caso a fim de serem alfabetizados, ou seja, comporem uma turma de ensino primário. A preocupação em alfabetizar a população, independentemente de faixa etária, foi outra marca das reformas da instrução pública ocorridas principalmente ao longo da década de vinte dos novecentos, sendo ela um dos pontos abordados pelos intelectuais que compuseram o movimento da Escola Nova.

QUADRO 10: RELAÇÃO DE ALUNOS DO CURSO PRIMÁRIO NOTURNO QUE FREQUENTARAM AS AULAS DURANTE O MÊS DE NOVEMBRO DE 1930

Nº de ordem	Nomes	Dias de Frequência	Aproveitamento	Faltas
1	Sabino da Paixão	10	regular	8
2	Satyro Félix Cardoso	18	bom	--
3	Anastácio José da Silva	10	regular	8
4	José Antonio Xavier	12	regular	6
5	José Vieira dos Santos	8	regular	10
6	João Moreira dos Santos	11	regular	7
7	Francisco Alves	15	bom	3
8	Cantidiano José da Silva	13	bom	5
9	Josias Freire da Silva	13	bom	5
10	José Gomes de Oliveira	4	regular	14
11	José Cupertino Santos	6	regular	12
12	Valeriano José Francisco Santos	13	regular	5
13	Otacílio de Araújo Silva	2	regular	16
14	Manoel Messias de Jesus	4	regular	14
15	João Martins	5	regular	13
16	José Benício de Santana	8	bom	10
17	Anselmo José dos Santos	11	bom	7
18	Manoel Francisco dos Santos	1	Desligado	--
Professor	Orbílio Bêlico de Lima			

Fonte: SERGIPE. Secretaria Geral do Estado. Ofícios recebidos, dezembro de 1930.

Pode-se perceber que no ano de 1930 não há, na turma de ensino primário noturno, a presença de nenhum colono alemão, tendo em vista não existir mais alemães na área, porque o projeto de assentamento promovido por Graccho Cardoso não foi levado adiante pelos demais governantes e mesmo em seu governo já se sofria com a falta de recursos para o desenvolvimento daquela área.

Um dado que chama a atenção é a baixa frequência às aulas do curso primário noturno, tendo apenas um aluno participado de forma integral. Dos dezoito alunos matriculados, sete tiveram frequência inferior a 50% das aulas e ainda um aluno foi desligado, tendo assistido apenas a uma aula. Ao que parece, os alunos deste turno não precisavam atestar os motivos pelos quais haviam faltado às aulas.

Já entre os meses de dezembro de 1926 e junho de 1927, não havia mais a presença de um aluno alemão entre os menores internos, contando o Patronato Agrícola de Sergipe com cinquenta e sete alunos em seu quadro, um a menos que no ano de 1925. Domingos Rodrigues, que havia assumido a direção do estabelecimento, afirmou ter desligado 14 menores, mediante ordem de autoridades, por não serem estes notadamente desamparados, e havia internado mais 15.

QUADRO 11: DEMONSTRATIVO DE MATRÍCULA ENTRE DEZEMBRO DE 1926 E JUNHO DE 1927

Data da Matrícula	Nº	Nomes dos educandos	Idade	Autoridade que pediu internação
9/8/1926	1	Gyroflé S. Ferreira	12 anos	Chefe de Polícia
5/2/1927	2	Flávio dos Santos	5 "	"
15/3/1927	3	Arnaldo J. Santos	10 "	"
9/8/1927	4	José dos S. Ferreira	13 "	"
16/1/1927	5	Manoel A. dos Santos	12 "	"
16/1/1927	6	José Amorim Santos	11 "	"
4/3/1927	7	Damião R. Nunes	9 "	D. do Patronato
4/6/1927	8	Aragão J. Santos	8 "	Secretário Geral
18/9/1927	9	Agrippino F. Santos	10 "	Chefe de Polícia
16/1/1927	10	Sebastião F. Santos	10 "	D. do Patronato
18/3/1927	11	Antonio V. Silva	9 "	Secretário Geral
25/5/1927	12	Ezequiel F. dos Santos	10 "	Presidente do Estado
7/9/1927	13	Carlos José Santos	11 "	D. do patronato
5/7/1926	14	Feliciano M. Santos	12 "	Chefe de Polícia
4/6/1927	15	Enoch A. Costa	14 "	Juiz de Menores
4/6/1927	16	Josias F. da Cruz	13 "	"
21/3/1927	17	João Teixeira	14 "	Chefe de Polícia
20/1/1925	18	Manoel dos Santos	10 "	"
1/4/1927	19	Silvino dos Santos	14 "	Secretário Geral
25/5/1927	20	Lourival dos santos	10 "	Chefe de Polícia
21/1/1925	21	Jacyntho N. Santos	10 "	"
23/12/1925	22	Evangelino Santos	10 "	"
26/12/1925	23	João M. Santos	12 "	D. do Patronato
25/5/1927	24	Antonio Ferreira	10 "	Juiz de Menores
4/5/1925	25	José Afonso	10 "	D. do Patronato
1/6/1926	26	Antonio B. Leandro	12 "	Chefe de Polícia
25/5/1927	27	João Santos Silva	12 "	Secretário Geral
20/7/1926	28	José dos Santos	13 "	Chefe de Polícia
25/5/1927	29	Antonio Sant'Anna	13 "	Secretário Geral
6/5/1926	30	Salvino B. Sant'Anna	11 "	Secretário Geral
26/6/1927	31	Mario Barreto	11 "	Chefe de Polícia
3/10/1927	32	Domingos dos Santos	12 "	D. do Patronato
13/4/1925	37	Elyas J. Nascimento	10 "	Chefe de Polícia
10/9/1925	40	Aloysio P. Dantas	13 "	D. do Patronato
25/1/1926	42	Hermelino S. André	12 "	Dr. F. Bragança
25/1/1926	44	Alberto S. André	13 "	"
25/1/1926	45	Adolpho Santos Freire	10 "	"
30/1/1925	47	Auxencio A. Teixeira	12 "	D. do Patronato
2/3/1925	50	Claudiomar da Silva	12 "	Chefe de Polícia
19/9/1926	51	Carlos F. dos Santos	12 "	D. do Patronato
15/2/1926	52	José dos Santos	11 "	"
26/3/1926	55	José Carlos dos Santos	9 "	Chefe de Polícia
20/7/1925	58	Clodoaldo da Silva	10 "	D. do Patronato
21/2/1926	59	José Florêncio Santos	13 "	Chefe de Polícia
15/6/1926	61	Octaviano Santos	10 "	D. do Patronato
14/4/1925	63	Graciano Santos	12 "	"
30/10/1926	65	Manoel dos Santos	10 "	"
10/10/1925	69	João M. da Silva	12 "	Chefe de Polícia
18/8/1925	70	Miguel A. dos Santos	10 "	D. do Patronato
30/11/1925	72	Guilherme dos Santos	11 "	"
30/11/1925	73	Honorato dos Santos	10 "	"
18/8/1925	76	João O. Santos	13 "	"
15/11/1925	77	Manoel dos Santos	7 "	Presidente do Estado
2/4/1926	78	Luiz V. dos santos	12 "	Dr. F. Bragança
18/4/1926	79	Vitaliano L. Santos	10 "	D. do Patronato
26/4/1926	81	Constancio dos Santos	10 "	Dr. F. Bragança
2/4/1926	82	Pedro dos Santos	10 "	"

Fonte: SERGIPE. 1927. Relatório dos trabalhos executados no período de 13 de dezembro de 1926 a 30 de junho de 1927. Aracaju.

Dos cinquenta e sete menores matriculados, vinte e um haviam sido encaminhados pelo chefe de polícia, o que correspondia a aproximadamente 36,84% dos internos. Em segundo lugar, como autorizante das internações vinha o Diretor do Patronato, com dezenove encaminhamentos, aproximadamente 33,33%; o Dr. Francisco Bragança¹⁷, com seis encaminhamentos, o Secretario Geral, com o mesmo número e o Juiz de Menores, juntamente com o Presidente do Estado, respectivamente com três e duas solicitações, correspondendo a aproximadamente 29,82% do total. Naquele momento, era o Chefe de Polícia que enviava a maioria dos menores para o estabelecimento sem que fosse necessário ordem do Juiz de Menores. Dessa forma, menores em abandono, órfãos, delinquentes, dentre outras categorizações, eram enviados pela polícia para o Patronato¹⁸.

A internação de menores por parte de pessoa sem cargo administrativo, como o Dr. Francisco Bragança, era possível devido ao disposto no artigo 3º do regulamento da instituição, no qual: “a internação se fará mediante pedido do juiz, pai, tutor, autoridade policial ou pessoa interessada, em requerimento ao Presidente do Estado” (SERGIPE, 1924m). Além do despacho do presidente, o requerente deveria enviar anexa, certidão de idade do menor, autorização do juiz competente alegando a condição de desamparo do menor e, ainda, atestados de vacinação e médico de não ser o menor portador de doença infecto-contagiosa, ou mesmo portador de algum problema físico que o inabilitasse aos trabalhos agrícolas.

¹⁷ Francisco Alberto Bragança de Azevedo, farmacêutico laranjeirense, filho de Teresa Virgilina Bragança de Azevedo, que havia sido professora do Colégio Nossa Senhora Santana, situado na cidade de Laranjeiras. O Dr. Francisco Bragança, como era conhecido, pertencia a quarta geração dos Bragança, vindo a ser neto do médico Francisco Bragança e Possidônia Bragança de Azevedo, fundadora do Colégio Nossa Senhora Santana. O farmacêutico foi provedor do Hospital São João de Deus em Laranjeiras entre as décadas de 20 e 30 do século passado e no início da década de 50 foi Diretor do Departamento de Saúde do Estado de Sergipe. Francisco Bragança foi uma das personalidades que mais enviou menores para o Patronato de Sergipe nos seus primeiros anos de funcionamento, o que era possível devido ao disposto no artigo 3º do regulamento da instituição, e, talvez, devido ao fato de ser membro de uma família de destaque na sociedade sergipana entre os séculos XIX e XX, tenha facilitado a concessão dos pedidos às autoridades competentes (AZEVEDO, 1933; AZEVEDO, 1958; AZEVEDO, 1971).

¹⁸ Em dezembro de 1925 o Chefe de Polícia, Ascendino A. Garcez, encaminhou o menor órfão Osvaldo Galvão para o Patronato. Os menores Antonio Trajano e José Lopes em 12 de abril de 1926 foram enviados para o estabelecimento por terem sido encontrados vagando pelas ruas de Aracaju. Já os menores Manoel Albertino, de cor preta, filho de Octávio Santos, natural de Sergipe, com 14 anos; Severino dos Santos, com 12 anos de idade, filho de S. dos Santos e Feliciano de Moraes, com 11 anos, filho de Domicelina de Moraes, foram enviados para o Patronato pelo Chefe de polícia, Álvaro Fontes da Silva, por terem cometido pequenos delitos (SERGIPE, 1926b).



Figura 4: Farmacêutico Francisco Alberto Bragança de Azevedo, uma das personalidades que mais enviou menores para o Patronato nos três primeiros anos de funcionamento da instituição. Fonte: AZEVEDO, Francisco Alberto Bragança de. Discurso pronunciado quando da instalação do Ginásio Possidônia Bragança na cidade de Laranjeiras, no dia 9 de março de 1958.

Ao assumir a direção, no ano de 1928, Bernardino Dantas anunciava a presença de cinquenta e um matriculados, um decréscimo de aproximadamente 10,52% em relação ao número de alunos existentes no ano de 1927. Esta diminuição no número de menores internos pode ser explicada pela má administração do diretor Domingos Rodrigues que, segundo Bernardino Dantas, não ressaltava os valores morais que a instituição deveria passar. Outra possibilidade advém da falta de recursos financeiros, o que impossibilitava o internamento de mais menores, pois para isso seriam necessários maiores subsídios do Estado, visto que os recursos obtidos com a produção do Patronato eram irrisórios.

QUADRO 12: RELAÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ANO DE 1928

Nº DE ORDEM	NOME DO ALUNO	Nº DE ORDEM	NOME DO ALUNO
1	Antonio José de S'Anna	27	João dos Santos Silva
2	Flávio José dos Santos	28	José Firmo
3	Arnaldo Santos	29	João Dias dos Santos
4	José dos Santos	30	Pedro dos Santos
5	Manoel dos Santos	31	Manoel Odilon
6	José Amorim dos Santos	32	Domingos dos Santos
7	Dameão de Oliveira	33	João Nascimento de S'Anna
8	José Bispo de Aragão	34	Honorato dos Santos
9	Agripino dos Santos	35	Manuel Messias
10	Sebastião dos Santos	36	Miguel Archanjo dos Santos
11	José dos Santos	37	João Marcos da Silva
12	Ezequiel Ferreira Santos	38	Antonio Virginio
13	Amaro Santos	39	Oscar Marcellino dos Santos
14	Luiz Vieira Santos	40	Mario Pereira Dantas
15	Enoch Santos	41	José Virginio
16	Florival Santos	42	Hermelino da Silva André
17	João Teixeira	43	Clodoaldo da Silva
18	Ademar Rodrigues	44	Alberto da Silva André
19	Francisco Santos	45	Constantino dos Santos
20	Lourival Santos	46	José Justino dos Santos
21	Jacintho José dos Santos	47	Amâncio Avelino Teixeira
22	Evangelino dos Santos	48	José Florêncio
23	José Alves da Silva	49	Bernardo José Calazans
24	Antonio dos Santos	50	José Rufino
25	Guilherme dos Santos	51	Carlos F. Santos
26	Silvino dos Santos		

Fonte: SERGIPE. Secretaria Geral do Estado. Ofícios recebidos, março de 1928.

Em mapa demonstrativo de alunos do ano subsequente nota-se um crescimento no número de alunos internos, passando de cinquenta e um para setenta menores matriculados, um aumento de aproximadamente 37,25%, o que reflete um maior interesse das autoridades em encaminhar os menores para a instituição. Essa lista de alunos é a mais completa encontrada tendo o nome dos alunos, a filiação, a naturalidade e a procedência (conforme anexo 3).

Somente nas listagens de alunos dos anos de 1927 e 1929 há o registro da autoridade que os encaminhou, o que me permite estabelecer um quadro comparativo no tocante à procedência dos pedidos de internamento nesses dois anos.

QUADRO 13: COMPARATIVO DA PROCEDÊNCIA DOS MENORES INTERNOS NOS ANOS DE 1927 E 1929

Procedência	Nº absoluto		Percentual	
	1927	1929	1927	1929
Chefe de Polícia	21	16	36,84%	22,85%
Diretor do Patronato	19	--	33,33%	--
Secretário Geral	6	51	10,52%	72,85%
Juiz de Menores	3	3	5,26%	4,28%
Presidente do Estado	2	--	3,50%	--
Dr. F. Brangança	6	--	10,52%	--

Fonte: SERGIPE. 1927. Relatório dos trabalhos executados no período de 13 de dezembro de 1926 a 30 de junho de 1927; SERGIPE. 1929. Secretaria Geral do Estado, ofícios recebidos em fevereiro de 1929.

Diante desse quadro, percebe-se a maior interferência do governo no que concerne ao encaminhamento dos alunos para a instituição. Deste modo, a Secretaria Geral do Estado, que respondia pela superintendência do Patronato, que em 1927 encaminhou apenas 10,52% dos menores internos, aumentou sua participação de maneira sensível, sendo responsável por 72,85% dos encaminhamentos no ano de 1929, um aumento de 62,33% em comparação com o ano de 1927. Há de considerar-se, também, que a participação do Chefe de Polícia sofreu uma variação pequena em números absolutos, havendo encaminhado cinco menores a menos no ano de 1929, em relação ao ano de 1927. Contudo, percentualmente, a diferença foi de 14% a menos, comparando o primeiro e o último anos. Com relação aos menores encaminhados pelo Juiz de Menores, há uma equidade entre os dois anos analisados. Em números absolutos, o Juiz de Menores encaminhou o mesmo número de menores nos dois anos analisados e percentualmente a diferença é de 0,98% apenas.

Note-se que a participação nos internamentos do Diretor do Patronato, do Presidente do Estado e do Dr. Francisco de Bragança nos internamentos, que em 1927 correspondiam juntos a 47,35% dos encaminhamentos, não foi registrada no ano de 1929, e nos anos subseqüentes também não há qualquer vestígio da participação dessas autoridades no internamento de menores no Patronato.

A listagem de alunos do ano de 1929 permite visualizar que o número de órfãos matriculados no estabelecimento era de vinte e três (32,85%), os outros 67,15% dos menores estavam em situação de abandono familiar, ou os familiares não tinham condições de mantê-los integralmente (conforme anexo 3).

Há de ressaltar-se a presença entre os internos de alunos naturais de outros Estados da federação, num total de sete: um de Pernambuco, um de Mato Grosso e cinco de Alagoas.

No mês de outubro de 1930, um mapa de acompanhamento do desempenho dos alunos no ensino primário atesta a matrícula de setenta e três menores, três a mais que o número de matriculados no ano anterior, um aumento de 4,28% no total de internos (conforme anexo 2).

A maior parte dos menores, sessenta (82,19%), obtiveram notas entre quatro e seis, que eram consideradas sofríveis, de acordo com o aproveitamento. As notas dos alunos também refletem a dificuldade que tinham em aprender os rudimentos da escrita, da leitura e da matemática, que correspondiam ao ensino primário. Em comparação ao quadro de aproveitamento do ensino primário de 1925 aqui apresentado houve, em números percentuais, um aumento de 3% no que concerne às notas consideradas sofríveis. No entanto, o percentual de notas más que em 1925 era de 18,96% caiu para 12,32%, o que demonstra uma maior homogeneidade em relação aos resultados obtidos.

O último ano, antes da federalização da instituição, em que se encontrou uma lista completa com o nome dos menores internos, foi o de 1932 em um mapa de acompanhamento de aproveitamento e frequência dos alunos no curso primário (conforme anexo 3). O número de menores matriculados na instituição manteve-se em setenta e três, o mesmo registrado dois anos antes.

Dos três quadros mencionados neste capítulo contendo o aproveitamento e a frequência dos alunos no curso primário, o ano de 1932 foi o de pior resultado obtido em termos de rendimento, estando 100% dos alunos na categoria considerada sofrível com relação às notas. Ressalte-se o fato de que nesse ano o professor Manuel de Oliveira alterou a categorização das notas, passando a nota zero a ser considerada má; entre um e três, sofrível; entre quatro e cinco boa e seis, ótima. No entanto, com relação ao ano de 1930, houve um aumento na frequência dos alunos às aulas, o que permite inferir uma diminuição no número de internos doentes, já que estes eram obrigados a ir às aulas de acordo com o Regulamento da instituição.

Durante o ano de 1933, apesar de não ter sido encontrada uma listagem de alunos, era comum o envio de menores para o Patronato Agrícola por intermédio do Secretário Geral do Estado. No mês de fevereiro desse mesmo ano, os menores José Adriano de Matos, Helvécio Barbosa e Florivaldo Pereira de Oliveira foram enviados à instituição por intermédio do Secretário Geral, João Maynard (SERGIPE, 1933a).

Nota-se, a partir dos quadros aqui expostos, que a matrícula de alunos na instituição manteve-se em torno de cinquenta entre os anos de 1925 (data da inauguração do estabelecimento) e 1928. Já a partir do ano de 1929, o número de internos chegou a setenta, mantendo-se neste patamar nos anos subseqüentes. Este dado demonstra que

apesar de esse modelo de instituição receber críticas à sua falta de eficiência, em Sergipe, o mesmo ainda se apresentava como a única alternativa de envio dos menores abandonados e desvalidos a fim de regenerá-los, preparando-os para o convívio em sociedade.

Nesses dez anos de funcionamento ininterruptos sob a estrutura de um Patronato Agrícola, alguns aspectos se sobressaíam no convívio entre os personagens do patronato: a preocupação com a higiene, a rigidez do código disciplinar e o poder representado pelos diretores da instituição.

É importante refletir, para compreender as interações entre os personagens que compunham o Patronato, sobre os instrumentos disciplinares presentes naquele estabelecimento de ensino, bem como o poder refletido na figura do(s) seu(s) diretor(es); um poder que algumas vezes era percebido de maneira concreta a partir de sua força coercitiva e impositiva e outras vezes simbolizado a partir da fluência de contatos com as pessoas que detinham o poder no Estado de Sergipe. Segundo Jorge Carvalho do Nascimento (2004: 133), “desde o princípio, o cargo de diretor da instituição era um posto de representatividade política bastante evidente, que conferia prestígio ao seu ocupante”. Além destes dois pontos, ainda será abordado o poder dos engenheiros agrônomos, no que tange à conformação do seu campo de atuação à frente de instituições vinculadas ao setor primário da economia em Sergipe.

3.2. OS DIRETORES DO PATRONATO E SUAS MANIFESTAÇÕES DE PODER

Um outro elemento presente no ambiente do Patronato era o poder, percebido de forma substanciada a partir de um conciso código disciplinar que dava ao Diretor do estabelecimento uma situação de destaque, centralizando todas as ações. Contudo, era conferido ao Diretor também um poder simbólico que permitia a este “barganhar”, junto aos grandes latifundiários, vagas para os menores egressos do Patronato, bem como a possibilidade de estar junto (em solenidades, atos, despachos, etc.) às autoridades administrativas do Estado de Sergipe.

Quanto à manifestação do poder centrado nas mãos do Diretor do Patronato, creio que não é preciso maiores explicações, já que o arcabouço disciplinar dessa instituição exposto no capítulo anterior dependia da sanção do diretor para que pudesse ser aplicado. Ficava, então, a cargo do diretor o poder de determinar as penas que seriam estabelecidas a todos aqueles que fossem de encontro ao regulamento da instituição, pois, mesmo estando as penas já referenciadas no regulamento, quem efetivamente fazia o encaminhamento era o diretor. Mesmo a pena do desligamento, que deveria caber somente ao Presidente do

Estado, tinha como principal articulador o Diretor do Patronato, já que era ele quem encaminhava todo o processo para a apreciação do Governo, deixando este com a responsabilidade pela autorização ou não da exclusão do educando (SERGIPE, 1924m). Cabia, também, ao Diretor a elaboração do regimento interno do estabelecimento, sendo, portanto, esta uma das formas de demonstração mais plena do seu poder quanto ao direcionamento que deveria ser dado dentro do Patronato Agrícola.

Uma outra forma de poder exercido pelos administradores do Patronato era o simbólico, como define Pierre Bourdieu, cuja prática requer a cumplicidade e mesmo uma manifesta indiferença por parte daqueles que estão submetidos a ele e ao que dele faz uso. O poder simbólico se deixa definir como poder de constituir o dado de fato pela sua enunciação elaborada; de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar uma visão de mundo e, deste modo, instituir uma ação sobre o mundo (BOURDIEU, 1989). Segundo Pierre Bourdieu,

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que delas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (1989:15).

A manifestação desse tipo de poder por parte dos diretores do Patronato dava-se não somente pela legalidade de sua investidura no cargo, mas, sobretudo, pela legitimidade auferida através do título de engenheiro agrônomo que o fazia ter a credibilidade necessária para gerenciar qualquer estabelecimento que se vinculasse ao setor primário da economia.

Nesse sentido, desde sua inauguração, o Patronato Agrícola sergipano teve como diretores quatro engenheiros agrônomos ao longo de seus dez anos de funcionamento. Afirimo isto, pois em decorrência do afastamento do primeiro diretor da instituição assumiu em seu lugar, acumulando duas funções dentro do estabelecimento, o professor Leôncio José dos Santos, no ano de 1926 (SERGIPE. 1926c), e entre os anos de 1931 e 1932, em situação semelhante, assumiu a direção o professor Manuel de Oliveira.

QUADRO 14: DIRETORES DO PATRONATO ENTRE OS ANOS DE 1924 E 1934

DIRETOR	INÍCIO DA GESTÃO	TÉRMINO DA GESTÃO
Juvenal Canário	1924	1926
Otto Leite *	1926	1926
Leôncio José dos Santos	1926	1926
Domingos Rodrigues	1926	1928
Bernardino Dantas	1928	1931
Manuel de Oliveira **	1931	1932
Urbano de Oliveira Lima Neto	1932	1932
Heitor Airlie Tavares	1932	1932
Aristóteles de Oliveira Barreto	1932	1934

* Assumiu a direção de forma interina, acumulando também o cargo de Diretor do Centro Agrícola Epitácio Pessoa, passando seis meses nessa condição.

** Assumiu a direção de forma interina, acumulando também o cargo de professor do estabelecimento, passando aproximadamente seis meses em ambas as funções.

Fonte: Diário Oficial do Estado de 1924, 1926, 1927, 1932, 1933. Atos e Atas do governo do Estado, 1931.

Como forma de impulsionar e dar força à idéia do Patronato, o seu primeiro diretor foi Juvenal Marques Canário, engenheiro agrônomo que havia sido diretor de uma instituição congênere no Estado do Pará. Com relação a esta primeira indicação para o cargo de diretor, percebe-se o entendimento de que o fato de já ter sido diretor em outro estabelecimento semelhante, dava-lhe o “gabarito” necessário para gerenciar o Patronato sergipano, dando credibilidade a esta instituição.

Um outro ponto de análise é que não era o Patronato que dava prestígio à pessoa que o gerenciava prestígio e sim o inverso: o prestígio da pessoa é que dava ao Patronato um maior ou um menor espaço na administração pública, principalmente no tocante aos investimentos destinados à instituição. Dessa forma, foram as administrações de Juvenal Canário¹⁹, entre os anos de 1924 e 1926, e de Bernardino Dantas, de 1928 a 1930, que propiciaram ao Patronato mais recursos. Observe-se, ainda, que esses dois gestores eram agrônomos e, também, foram aqueles que administraram a instituição por mais tempo, tendo com isso uma maior possibilidade de pôr em prática seus projetos.

Além desses, mais dois agrônomos foram diretores do Patronato Agrícola de Sergipe. Um deles foi Urbano de Oliveira Lima Neto²⁰, que dirigiu a instituição por um período de seis meses no ano de 1932.

¹⁹ Juvenal Marques Canário era engenheiro-agrônomo e antes de assumir a direção do Patronato Agrícola de Sergipe havia sido diretor do Patronato Agrícola Federal Manoel Barata, situado na cidade de Outeiros no Estado do Pará. Esteve à frente da direção do Patronato de Sergipe entre os anos de 1924 e 1926, sendo indicado por sugestão de Dulphe Pinheiro Machado, diretor do Serviço de Povoamento do Ministério da Agricultura. Após os dois anos de direção no Patronato sergipano seguiu para o Rio de Janeiro, onde assumiu um cargo diretivo no Ministério da Agricultura (SERGIPE, 1925, 1926).

²⁰ Urbano de Oliveira Lima Neto é sergipano, nascido na cidade de Arauá, mas deve sua formação à cidade de Estância. Tornou-se engenheiro-agrônomo pela Escola Agrônômica da Bahia, no ano de 1928. Retornando a Sergipe foi figura de destaque nas discussões agrícolas do Estado, principalmente no tocante à avicultura



Figura 5: Engenheiro agrônomo Urbano de Oliveira Lima Neto, diretor do Patronato Agrícola de Sergipe no ano de 1932. Fonte: acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Autoria: Florival Santos, óleo sobre tela, 1967.

Outro agrônomo a dirigir a instituição por um breve período foi Heitor Airlie Tavares²¹, que assumiu após a saída de Urbano de Oliveira Neto, passando apenas um mês no cargo, entregando o estabelecimento para Aristóteles de Oliveira Barreto. A efemeridade de suas gestões, talvez tenha contribuído para a inexpressividade delas.

intensiva, à citricultura e à renovação algodoeira de Sergipe. Urbano também participou ativamente da vida intelectual sergipana, sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, tornando-se, inclusive, presidente do tal instituto e pertenceu, ainda, à Academia Sergipana de Letras, ocupando a cadeira de número 13. Faleceu aos 85 anos na cidade de Aracaju, no dia 26 de setembro de 1990 e foi sepultado na cidade de Estância (BARRETO, 2005).

²¹ Heitor Airlie Tavares foi Diretor do Departamento do Algodão de Sergipe, durante a gestão do Presidente Manoel Correa Dantas, assumindo em 1932 o posto de diretor da Estação Experimental de Plantas Têxteis, estabelecimento mantido pelo governo federal. Após a sua passagem por Sergipe, erradicou-se no Estado de Pernambuco, onde foi tradutor de várias obras do inglês para o português, tendo por temática o desenvolvimento da fruticultura. É patrono de uma das cadeiras da Academia Pernambucana de Ciências Agronômicas.



Figura 6: Engenheiro agrônomo Heitor Airlie Tavares, diretor do Patronato Agrícola de Sergipe no ano de 1932. Fonte: **Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe**. Aracaju: 1933-1934, p. 96.

Em uma das administrações mais marcantes, o diretor Juvenal Canário evidenciou o seu poder nos embates entre ele mesmo e funcionários da instituição, levando à constante alteração no quadro de funcionários. Da mesma forma que utilizava seu poder para retirar alguns funcionários, usava-o, também, como meio de influenciar a permanência de outros, como no caso do trabalhador João Albuquerque, que havia sido dispensado das funções por ordem do Presidente do Estado. O diretor interpelou a seu favor:

faço-o ciente que, além, de encarregado do serviço de abastecimento d'água, está afeto no mesmo o fornecimento de lenha, lavagem do reservatório e outros serviços pesados. Além disso, vem auxiliando a vigilância e os trabalhos de copa e cozinha, razões essas, que me levam solicitar autorização, para readmiti-lo (SERGIPE, 1925t).

No caso de Bernardino Dantas²², houve algo ainda mais emblemático, já que pela sua formação militar, além de ser engenheiro agrônomo, tinha uma maior credibilidade quanto às ações de comando dentro do estabelecimento. Foi em sua gestão que o Patronato ganhou maior visibilidade. Em um dos seus primeiros atos solicitou a equiparação dos salários dos funcionários da instituição ao de repartições similares como a Penitenciária Modelo e o Instituto Coelho e Campos. Passariam então os vencimentos anuais do diretor, por exemplo, de 6:000\$000 (seis contos de réis) para 9:600\$000 (nove contos e seiscentos mil réis) . Uma outra ação foi a criação de mais um cargo de professor a ser escolhido pelo Diretor do estabelecimento quando da observância de precisão desse profissional, além do cargo de assistente de direção, que teria a função de substituir o diretor quando da necessidade e ainda fiscalizar o estabelecimento (SERGIPE, 1928e), dando maior autonomia ao Patronato, já que antes, na ausência do seu diretor, assumia interinamente o diretor do Centro Agrícola Epitácio Pessoa (SERGIPE, 1924m).

²² Bernardino Dantas nasceu no ano de 1902 na Fazenda Vassouras, localizada na Ilha de Santa Luzia da Barra dos Coqueiros. Estudou em Aracaju nos Colégios Nossa Senhora de Lourdes e Tobias Barreto. Pretendendo seguir a carreira militar residiu em Niterói – RJ. Em 1º de julho de 1922 verificou praça voluntariamente e foi incluído no corpo de alunos da Segunda Companhia. Em 5 de julho do mesmo ano ficou preso no alojamento da Escola por ter tomado parte no movimento revolucionário, que ficou conhecido como a rebelião dos 18 do Forte de Copacabana, sendo desligado da Escola logo após o término do movimento. Não podendo seguir a carreira militar, ingressou na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, tendo colado grau no ano de 1926. Retornou a Sergipe e, em Aracaju, dirigiu o Serviço de classificação do Algodão, e no Governo de Manoel Dantas foi diretor do Patronato Agrícola de Sergipe. Após a anistia concedida pelo exército em 1930, retornou ao Exército, sendo reincluído na Escola Militar Provisória, na qual graduou-se na arma de Infantaria no ano de 1932. Serviu no 28º BC, no 6º RI e no 12º RI, na 7ª Brigada de Infantaria da Guarnição de Juiz de Fora e o 11º RI guarnição de São João d'El-Rey. No Governo de Augusto Maynard foi Comandante da Polícia Militar do Estado de Sergipe, reabrindo o curso de Formação de Oficiais e criando o de Aperfeiçoamento de Oficiais. Foram professores de tais cursos: João Araújo Monteiro, Manoel Franco Freire, Colombo Felizola, Acrízio Cruz e Garcia Moreno, além do próprio Bernardino Dantas, que ministrava aulas de Topografia e Educação Moral. Em 1948, após Comandar vários Batalhões em diversas regiões do país, recebeu a passadeira de Major. Faleceu no serviço ativo do Exército, em 7 de fevereiro de 1950 e foi sepultado com honras militares (Fonte: Acervo particular da família Dantas).



FIGURA 7: Engenheiro Agrônomo Bernardino Dantas, diretor do Patronato Agrícola de Sergipe entre os anos de 1928 e 1931. Fonte: acervo particular.

O diretor Bernardino Dantas ainda solicitou melhoria no fornecimento de energia para o Patronato, pois este sofria com os constantes problemas de quebra do maquinário da Usina do Quissamã, deixando a instituição sem luz e sem água às vezes por mais de um dia. Como solução, apontava o diretor:

Destarte não há conveniência em manter o governo a Usina; melhor seria vendê-la, porque só prejuízo tem dado ao Estado, por não produzir trabalho como era de esperar. Melhor seria puxar a energia da Cabrita; porque assim ter-se-ia energia o dia inteiro, e a luz seria por toda a noite, o que não se faz com a Usina, que só trabalha até as 22 horas (SERGIPE, 1928e).

Bernardino Dantas não se eximia de cobrar da administração pública uma maior subvenção para o Patronato Agrícola, bem como melhores condições para os menores ali internos. No mesmo ano de sua posse, requereu do Presidente mais cem camas e peças para cobri-las, além de agasalhos para os menores, usando como argumento para tal solicitação a boa imagem do Patronato frente àqueles que o visitavam. Não se esqueceu também de solicitar material escolar condizente com uma escola de ensino primário,

requisitando a confecção de cem carteiras por parte do Instituto Profissional Coelho e Campos (SERGIPE, 1928f).

Em seus requerimentos, o Diretor do Patronato espelhava sempre um certo conhecimento das principais idéias pedagógicas que norteavam o cenário brasileiro na época. Dentre os intelectuais citados por Bernardino Dantas, o mais freqüente era Gustave Le Bon. Este mesmo autor, segundo Marta Maria Chagas de Carvalho (1998), era uma das principais referências dos projetos nacionalistas da Associação Brasileira de Educação entre os anos de 1924 e 1931.

Ao citar Le Bon em suas solicitações, Bernardino Dantas trazia impregnada uma das principais idéias do intelectual, na qual as elites seriam os guias das multidões e assim, a educação seria entendida como “um processo de transferência do consciente para o inconsciente de valores e atitudes, pela formação de hábitos, forma de condução mais eficaz e duradoura porque não mediada por nenhum tipo de adesão voluntária” (CARVALHO, 1998: 44).

A gestão de Bernardino Dantas no Patronato marcou uma maior autonomia em relação ao desligamento de alunos frente à autorização do Presidente do Estado, tendo sido afastados por motivos disciplinares pelo menos três alunos entre os anos de 1928 e 1929.

Outra demonstração do poder dos diretores era a estreita relação que eles tinham com as autoridades da administração pública do Estado de Sergipe, assim como a aproximação com pessoas importantes da vida social sergipana, dando aos administradores do Patronato um enorme poder de barganha como, por exemplo, o de ceder terras para o pasto de gado de alguns proprietários de terras da vizinhança, além da disposição de mão-de-obra gratuita para estagiar nas fazendas dos mesmos proprietários de terra. Com relação ao uso das terras, notificava o diretor do Patronato que em 17 de abril de 1928 havia cento e quarenta e cinco cabeças de gado vacuum, sendo: duas de Amphloquio Valle, oito do Hospital Santa Izabel, vinte e duas do ex-diretor Domingos Rodrigues, quarenta de Angelo Cavalcante, quatro do Capitão José G. Besouro, seis de José Ovídio, cinco de Ranulpho Ferreira Lima, seis de José de Julia e os demais do Comandante Severino Gonçalves, de Pedro Ribeiro e de alguns moradores dos lotes situados no Centro Agrícola. O diretor propôs ao Presidente do Estado que fossem retirados imediatamente das pastagens do Estado os animais mediante pagamento de diária de pastagem referente a cada animal existente.

A manifestação desse poder dos diretores é também visualizada nas constantes visitas do Presidente do Estado, de autoridades como o juiz federal Paulo Fontes, que estava em Sergipe para julgar os militares do movimento sedicioso de 13 de julho de 1922,

além do Bispo de Aracaju, D. José Thomaz, e ainda o oficialato do Batalhão Policial do Estado (SERGIPE, 1924, 1925).

Como já exposto, uma das bases do poder dos diretores do Patronato Agrícola era o título de engenheiro agrônomo que esses gestores detinham. E são os mesmos engenheiros agrônomos que vão ao longo das primeiras décadas do século XX travar uma luta para ocupar determinados espaços da administração pública em todo o território nacional, nas áreas ligadas ao setor primário da economia (MENDONÇA, 1997), principalmente após a regulamentação do ensino agrícola no Brasil no ano de 1910, definindo a legislação com base na qual os engenheiros agrônomos deveriam dirigir instituições agrícolas de: ensino superior; ensino médio ou teórico-prático; ensino prático; aprendizado agrícola; ensino primário agrícola (é o caso dos Patronatos); escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas; cursos ambulantes; cursos conexos com o ensino agrícola; consultas agrícolas; conferências agrícolas; além de estações experimentais; campos de experiência e demonstrações; fazendas experimentais; estação de ensaios de máquinas agrícolas; postos zootécnicos e postos meteorológicos (ROSA, 1980).

Estavam, portanto, os engenheiros agrônomos de todo o país, e especificamente em Sergipe, imbuídos na perspectiva de formarem um campo específico para eles; entendendo por campo um espaço social que possui uma estrutura própria, relativamente autônoma em relação a outros espaços sociais (outros campos), um palco de interações ou um *locus* onde se travam lutas por interesses. O campo se define por objetivos específicos: o campo se estrutura a partir da distribuição desigual de capital social (BOURDIEU, 1998). A formação desse campo fazia os agrônomos fortalecessem-se junto aos administradores públicos e ganharem maior legitimidade diante da opinião pública. Desta forma, deveria ser o engenheiro-agrônomo consultado sobre a melhor fase para se plantar, o que deveria ser plantado, onde deveria ser plantado, ou seja, o agrônomo passou a ser o único profissional capaz de falar sobre as questões atinentes ao desenvolvimento agrícola.

Apesar de estar aqui demonstrada a forma como era exercido o poder por parte do diretor do Patronato, tenho clareza de que este também sofria a influência do poder. Além disso, havia a observância de poder entre funcionários e alunos, entre os próprios alunos, ou seja, o poder deve ser visto a partir de uma rede de influências, ou melhor, de uma rede de interdependências, na qual a ação de um dos membros que a compõem só faz sentido diante da existência de um terceiro que sofre a influência e influencia outros membros dessa teia.

Para o sociólogo alemão Norbert Elias, toda estrutura mesmo sem pertencer ou ser criação de um indivíduo em particular, não pode ser pensada sem a participação dele.

Segundo esse autor, para entender as estruturas é necessário observar as relações de interdependência existentes, no que diz respeito às funções desempenhadas pelos indivíduos.

Todas essas funções interdependentes, as de diretor de fábrica ou mecânico, dona-de-casa, amigo ou pai, são funções que uma pessoa exerce para outras, um indivíduo para outros indivíduos. Mas cada uma dessas funções está relacionada com terceiros; depende das funções deles tanto quanto estes dependem dela. Em virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos, especialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades (ELIAS, 1994: 23).

Trazendo a análise macro-social de Norbert Elias para o microcosmo do Patronato de Sergipe, percebe-se que as relações existentes entre os seus personagens eram de constante exercício do poder; que só faz sentido dentro do contexto institucional, imerso em uma teia de interdependências. Dessa forma, para uma melhor análise da manifestação do poder no Patronato Agrícola de Sergipe seria necessário um trabalho minucioso guardando as interações existentes entre todos aqueles que compunham seu ambiente.

Ao longo do capítulo procurei demonstrar que o Patronato Agrícola de Sergipe, idealizado e concretizado por obra do Presidente Graccho Cardoso, nos dez anos que esteve sob os auspícios do Estado, apesar das constantes mudanças de diretor, manteve uma postura rígida no tocante ao seu código disciplinar.

O regulamento disciplinar do Patronato, como visto, assemelhava-se ao disposto por Michel Foucault (2004) ao discriminar os três aspectos constituintes da disciplina, que são: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. A vigilância hierárquica era realizada tanto pelos funcionários da instituição no controle dos espaços e em um momento específico, denominado revista, quanto pelos próprios alunos, que muitas vezes eram investidos na função de monitor de turma. A sanção normalizadora era evidenciada sob a forma de pena para aqueles que transgrediam as regras estabelecidas, ou sob a forma de reforço positivo para aqueles que se destacavam nos aspectos de comportamento, higiene e rendimento escolar. Já o exame tinha por função classificar os alunos de forma a dar visibilidade aos “melhores”, dando-lhes a possibilidade de um emprego público ou mesmo de subvenção governamental à continuidade dos estudos.

Quanto ao poder dos diretores, como foi visto anteriormente, uma das formas que se apresentava era substanciada, centralizando o funcionamento do Patronato Agrícola, os

trabalhos a serem executados pelos funcionários e principalmente na aplicação dos códigos disciplinares, tanto em relação aos funcionários como em relação aos alunos. Uma outra forma de manifestação do poder era o simbólico, através do prestígio que gozava, principalmente no tocante à proximidade com importantes personagens da vida social sergipana, estando presentes a festividades internas e externas à instituição, em solenidades, em eventos, dentre outras atividades. Uma outra manifestação do poder era em relação à legitimidade estabelecida a partir do título de engenheiro agrônomo que os administradores detinham, fazendo-os passar a disputar “o campo intelectual/político com os demais profissionais até então autorizados a falar e a intervir, dentre outras coisas sobre a agricultura” (MENDONÇA, 1992: 38).

Dessa maneira, de outubro de 1924 a abril de 1934, enquanto esteve sob o controle do Governo do Estado de Sergipe, o Patronato Agrícola manteve um rígido código disciplinar, destinado a formar corpos dóceis, civilizados, regenerados pela educação e pelo trabalho. Todavia, o poder emanado dos seus diretores não teve a mesma estabilidade, sendo percebido com menor ou maior intensidade, a depender da pessoa que estava no posto da direção.

3.3. DISCIPLINA E RESISTÊNCIA

Uma das marcas, não só da educação do Patronato Agrícola de Sergipe, mas também como de todas as instituições educacionais, é a disciplina. Para tanto, o controle do espaço, do tempo, dos modos de vestir-se, de dirigir-se a um colega, a um superior, enfim de comportar-se foram a tônica de todos os estabelecimentos escolares entre os séculos XIX e XX.

Michel Foucault atentava para o fato de que na época clássica viu-se surgir a preocupação com o corpo como um objeto, que poderia ser manipulado, moldado, tornando-o hábil, redirecionando suas forças, multiplicando-as (2004). Fazendo um paralelo com o exposto por Foucault, percebe-se que no Patronato Agrícola havia a necessidade de se moldar os corpos de forma a prepará-los para o trabalho agrícola que se almejava racional e otimizado.

Para Foucault, os elementos de controle do corpo deveriam passar primeiro por uma coerção, manipulando seus gestos, atitudes, enfim, sua mecânica. Depois deveria ser destinado à eficácia dos movimentos. Estariam neste momento expressas as bases da disciplina, ou seja, “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de

docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’” (2004: 118). Os instrumentos educativos do Patronato Agrícola visavam a uma padronização dos menores internos, a partir da imposição de um rigoroso código disciplinar e a otimização dos seus corpos em função do aprendizado das práticas agrícolas.

Além dos menores, os funcionários do Patronato também estavam subordinados a um código disciplinar, pois, segundo o regulamento da repartição, era a conduta desses funcionários que serviria de exemplo para os alunos. Caso fossem de encontro a algumas das regras da instituição como, por exemplo, ausentar-se dela sem prévio consentimento do diretor, e este sem o prévio consentimento do Presidente do Estado, a pena poderia variar de advertência por escrito, passando por desconto do salário em folha de pagamento e chegando até a exoneração do cargo, conforme expresso no regulamento da instituição (SERGIPE, 1924m).

Um exemplo de como era aplicado o código disciplinar do Patronato foi a contenda envolvendo o diretor da instituição, o engenheiro agrônomo paraense, Juvenal Canário, e os guardas do batalhão que serviam naquela instituição como mestres de oficinas, a saber: sapataria, ferraria, marcenaria e selaria. Tal conflito ocorreu devido à inobservância do código disciplinar do Patronato pelos soldados, no que se refere à comunicação da saída do estabelecimento ao Diretor. O soldado José Guilhermino foi multado duas vezes por transgredir o código do estabelecimento, tendo descontados oito dias em sua folha de pagamento no Batalhão Policial; e um outro soldado, também mestre de sapateiro, foi dispensado da função por ter-se recusado a cumprir ordens de serviços expedidas pelo Diretor do Patronato (SERGIPE, 1925s)

Levo ao vosso conhecimento que esta direção, resolveu a bem da disciplina, dispensar do cargo de mestre de sapateiro, o soldado Deoclécio Chagas Filho, em vista do mesmo ter se recusado a cumprir ordens de serviços expedidas por esta Direção, infligindo desta forma as disposições Regulamentares e o Regimento Interno e cuja aprovação espera dessa Secretaria.

Os constantes desentendimentos com os soldados encarregados pelas oficinas e também a deficiência de recursos podem ter contribuído para já no ano de 1927 o Patronato Agrícola estar com a maioria de suas oficinas profissionalizantes sem condições de funcionamento.

Porém, não era somente com os soldados que havia desentendimentos. Os civis também estavam sujeitos ao rigoroso código de conduta estabelecido, no qual era o Diretor quem determinava o que deveria e o que não deveria ser feito. Antes mesmo da inauguração no dia 17 de fevereiro, por não estar executando os serviços a contento,

segundo apreciação do Diretor, foi exonerado do cargo de vigilante do Patronato, Antonio Cordeiro Manso (SERGIPE, 1925e).

Outro caso de insubordinação às ordens do Diretor ocorreu no mês de maio de 1928, quando, por conta da necessidade de alojar no Patronato o encarregado das obras que estavam sendo realizadas sobre o Rio Pitanga, foi requerida a casa do inspetor de alunos, Francisco Vieira Freitas. O motivo alegado pela direção é que este era o único funcionário que não tinha família e que, segundo o Regulamento, deveria zelar pela ordem interna do estabelecimento. Ele havia sido removido temporariamente para um dos alojamentos dos educandos. No entanto, o funcionário reagiu à ordem determinada pelo Diretor:

Chamado o funcionário para tomar conhecimento da ordem, baixada, este se insurgiu, e em termos descortês com seu superior hierárquico, disse-me, que não cumpria a ordem exarada, com ameaças de se queixar ao Presidente do Estado, por ter sido S. Ex. que o nomeara. Diante de tamanha indisciplina, resolvi suspendê-lo das suas funções por três dias, e levar o fato a conhecimento de V. Ex. para as devidas providências (SERGIPE, 1928d).

Contudo, eram os alunos que recebiam a maior pressão referente ao código disciplinar da instituição. O respeito aos horários, que, segundo Foucault, tinha por finalidade “estabelecer as censuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição” (FOUCAULT, 2004, p. 128) foi uma tônica na instituição, começando pelo horário de acordar às 5 horas (5h30 no inverno) e dormir, ou como era chamado, silêncio geral, às 20h30. À rigidez do controle do tempo era somado o controle dos espaços, não podendo haver separação entre os dois de forma a buscar os melhores resultados na disciplinarização dos corpos.

Uma outra expressão da disciplina imposta no Patronato era a inobservância de férias para os menores internos e a impossibilidade de ausentar-se da instituição desacompanhado, estando sempre em grupo e em formação militar; e a numeração recebida pelos alunos tanto em sua roupa quanto em seus utensílios de uso pessoal, visando a uma melhor identificação desses internos. Caso o menor descumprisse as normas, era punido de acordo com a gravidade da infração.

Tal encaminhamento disciplinar aplicado no Patronato Agrícola, como já arrolado, assemelha-se ao explicitado por Foucault, no tocante à indicação dos instrumentos que ocasionam o sucesso do poder disciplinar, os quais são “o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (FOUCAULT, 2004: 143).

Com relação ao “olhar hierárquico”, este era a todo momento demonstrado pelo contato direto dos alunos com seus mestres de oficinas, com os professores e os demais funcionários do Patronato, que tinham por obrigação zelar pela ordem, a disciplina e a boa higiene da instituição. Contudo, alguns menores que se destacavam em algumas atividades, como nas oficinas profissionais, eram colocados como monitores de turma, passando eles a exercer a função hierárquica dentro daquele grupo.

A “sanção normalizadora” era exercida de duas maneiras: como penalidades e como reforço positivo à boa conduta. A mais comum era a pena para aqueles que infringiam o regulamento da instituição:

As penas aplicáveis aos alunos consistirão em admoestação em particular, admoestação em publico, separação, temporária, do grupo de educandos, isolamento, com trabalho manual ou escrito, suspensão do salário mensal, multa, privação ou suspensão de cargos administrativos, destituição de postos militares e exclusão. A exclusão será unicamente aplicada pelo Governo ante proposta do diretor (SERGIPE, 1924m).

Esse mesmo artigo do regulamento impedia o uso de castigos corporais aos menores internos. No entanto, entendo que penas como isolamento e trabalho forçado tinham como principal foco o corpo e o principal objetivo é modelar a conduta dos alunos através da supressão de sua liberdade. A pena máxima para os alunos seria a exclusão e era esta tão relevante que apenas o Presidente do Estado poderia aplicá-la. Contudo, não só de penalidades era feita a “sanção normalizadora” no Patronato. Um outro modo era sob a forma de exemplo ou reforço positivo para os demais alunos; aqueles que se destacavam gozavam de regalias, como diplomas, medalhas, nomes em quadro de honra afixado no *Pantheon*²³ do estabelecimento, além da possibilidade de receberem cargos administrativos (SERGIPE, 1924m).

Por último, o “exame” que, como afirma Foucault, atrelava a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora, de forma a estabelecer diferenças entre os alunos e classificá-los. Neste sentido, para Foucault,

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente

²³ O *Pantheon*, no latim, ou Panteão em português, era um templo arredondado que na Grécia e na Roma antiga era dedicado a todos os deuses. Poderia ser também destinado à perpetuação da memória de homens famosos. Cf. HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio para o século XXI*. Cd-rom, 2002. No Patronato Agrícola de Sergipe, o Pantheon servia para dar visibilidade àqueles alunos que se destacavam em comportamento e notas, exercendo a função de exemplo a ser seguido pelos demais alunos e, para tanto, era posto logo na entrada do prédio central do estabelecimento.

ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam (FOUCAULT, 2004, p. 154).

No Patronato Agrícola, o exame servia para classificar os alunos que seriam ao fim do curso encaminhados para os órgãos do Estado (alunos com melhores notas) e os que seriam indicados para trabalhar em propriedades particulares (alunos com notas mais baixas). Havia, também, a possibilidade do educando que se destacasse nos estudos receber do Governo do Estado auxílio a fim de continuar sua escolarização em estabelecimentos agrícolas de nível médio ou superior situados em outros estados brasileiros (SERGIPE, 1924m). Todavia o prosseguimento dos estudos em escolas agrícolas de outros níveis de ensino em nenhum momento foi evidenciado, já que a maior parte dos alunos ao término dos estudos eram encaminhados para a Escola de Aprendizes de Marinheiros, situada na capital do Estado.

Entre os anos de 1928 e 1929, alguns alunos foram enviados para a Escola de Aprendizes de Marinheiros²⁴, refletindo que, a despeito do preconizado no regulamento, a maioria dos alunos não dava continuidade aos estudos em outra unidade de ensino agrícola. Entretanto, há um caso de exceção. O menor de nº 42, Hermínio Silva André, que havia entrado no Patronato no ano de 1925, por ordem de Francisco Bragança e que já havia completado 17 anos no ano de 1929, foi encaminhado pelo Diretor do Patronato para o Departamento de Algodão, órgão estadual, com as seguintes justificativas:

As razões que me levam pedir o desligamento do referido menor são todas justas: idade avançada, contra o regulamento; tem mais de quatro anos de permanência nesta casa; e a principal é ser ele um rapaz e estar convivendo ainda com menores de dez anos de idade. Com o seu desligamento ele não ficará abandonado porque consegui com o Dr. Heitor Tavares uma colocação para ele no Departamento do Algodão. Como vê V. Ex. não se trata de um menor que tenha concluído o Curso, porque este Patronato nunca teve vida regular como é sabedor V. Ex., quanto mais um curso completo de rudimentos agrícolas e eficiente curso primário. Trata-se de colocar em bom caminho um órfão que já rapaz precisa lutar pela vida (SERGIPE, 1929b).

Estava assim exposto todo o aspecto disciplinar do Patronato Agrícola; contudo, como já expressei, existiam algumas resistências por parte de funcionários e alunos em seguir o código disciplinar proposto. Com relação aos funcionários, o caso mais freqüente era a não-observância do disposto no Regulamento que previa o aviso ao diretor do

²⁴ Dentre os alunos enviados estavam: José Firmo de Sant'anna, Evangelino Santos, Enock Andrade Costa, Domingo Santos, João Nascimento Sant'anna, Carlos Francisco Santos, Antonio Pitangueira Menezes, José Ferreira Santos, Bernardo Calazans e José Florêncio Santos (SERGIPE, 1929a).

estabelecimento quando da saída. Já os educandos, sua forma mais freqüente de resistência eram as fugas, nas quais eram mobilizados alguns funcionários para a procura dos menores, como também todos os chefes de polícia das regiões circunvizinhas. O primeiro registro de fuga ocorreu no mês de outubro de 1925, antes mesmo de o estabelecimento completar um ano de funcionamento. Segundo o Sergipe Jornal, dezoito menores fugiram da instituição e se refugiaram na Vila Diego. Dentre os motivos que teriam levado os menores à fuga, o principal era o de maus tratos sofridos no estabelecimento (SERGIPE JORNAL, 1925b).

As fugas durante o primeiro ano de funcionamento consistiam em um dos principais empecilhos ao bom funcionamento da instituição. Em relatório de funcionamento da instituição, o diretor Domingos Rodrigues afirma ter acabado com as fugas, que eram uma constante na administração passada (SERGIPE, 1927a). Todavia, a prática de fugas não cessaria, tanto que no ano de 1929, no mês de maio, no período de duas semanas, dois registros de fugas de alunos são bastante detalhados. Em um deles, o diretor informa que não é a primeira fuga do menor e que sempre ao fugir levava outro menor em sua companhia, transformando-se em um mau exemplo para os demais internos (SERGIPE, 1929c). Já o segundo registro informa de maneira detalhada a característica física dos menores, a maneira como articularam a fuga e o procedimento tomado pela direção:

Comunico a V. Ex. para os devidos fins, que na manhã do dia 1º do corrente, antes do toque de alvorada, os Menores Oscar Marcellino dos Santos nº 39 de cor parda, órfão, natural do Estado de Alagoas, contando 15 anos de idade e Francisco Francisco Vieira da Siva, nº 40 pardo, órfão, natural do mesmo Estado, com 15 anos de idade, fugiram deste Patronato com destino ignorado até agora. Do fato imediatamente fiz ciente às autoridades policiais de Aracaju, S. Cristóvão, Maroim, Riachuelo e Laranjeiras, não tendo até agora nenhuma informação da passagem dos referidos Menores por essas localidades. Ao fugirem os Menores entraram na rouparia e de lá retiraram 2 toalhas 2 pares de borzeguins e 2 camisas, além dos uniformes que estão no uso (SERGIPE, 1929d).

As fugas dos alunos e o não-cumprimento às normas hierárquicas por parte de alguns funcionários eram práticas de resistência que serviam como uma forma de contestação ao controle estabelecido sobre os corpos, o qual se materializava no regulamento do Patronato. Logo, se por um lado o Patronato Agrícola impunha uma disciplinarização extremada para os que compunham o seu ambiente, por outro lado eram esses mesmos personagens que desafiavam o código disciplinar como uma forma de resistência à padronização requerida.

No entanto, não era somente através da aplicação do código disciplinar que se dava a educação dos menores; esta se concretizava, sobretudo, através do entrelaçamento desse código com as demais práticas educativas, como, por exemplo, as aulas do ensino primário, a educação física o ensino profissionalizante, dentre outras. No próximo capítulo buscarei compreender mais um pouco o funcionamento do Patronato Agrícola de Sergipe, desta vez através de suas práticas educativas.

CAPÍTULO IV - HIGIENE, MORAL E CIVISMO: A ÓTICA DA EDUCAÇÃO PELO TRABALHO NO PATRONATO AGRÍCOLA DE SERGIPE

4.1. EDUCAÇÃO, HIGIENE E TRABALHO: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO PATRONATO

O Patronato Agrícola de Sergipe, desde a publicação do seu regulamento, instituía práticas que viessem subsidiar o ideal de regeneração da infância pobre sergipana e formação de cidadãos úteis a esta sociedade.

A primeira prática servia como uma triagem no que tange à perspectiva de regeneração, pois somente se podia corrigir o que era possível. Para tanto, era instituído exame médico obrigatório para todos aqueles que viessem a constituir o corpo discente da instituição. Esta medida tinha finalidade profilática, uma vez que um menor poderia ser portador de alguma doença infecto-contagiosa, e assim poderia passar a moléstia aos demais internos.

No entanto, devido às condições de salubridade da instituição, como por exemplo a falta de tratamento da água que era consumida, muitos menores adquiriam moléstias no próprio regime de internamento. Para atender a esses casos, o Patronato dispunha de uma enfermaria onde se encontravam os alunos com doenças menos graves, como quadros diarréicos, febres leves, dentre outros. Os casos mais graves eram encaminhados para o Hospital Santa Izabel ou para o Hospital da Força Pública, para que não ocorresse um processo endêmico entre os menores internos (SERGIPE, 1928g, 1929e).

Contudo, alguns alunos que eram acometidos por doenças infecto-contagiosas eram simplesmente desligados do estabelecimento e enviados de volta a suas famílias. Tal situação ocorreu no ano de 1930, quando o diretor Bernardino Dantas mandou retirar da instituição o menor José Basílio Gomes, comunicando o fato ao Secretario Geral do Estado: “comunico a V. Ex. para os devidos fins, que desliguei do Corpo de Alunos deste Patronato, o educando nº 57, José Basílio Gomes, por se achar acometido de moléstia contagiosa, fazendo entrega do mesmo a sua progenitora, D. Victoria Gomes” (SERGIPE, 1930c).

Apesar de todos os cuidados com a higiene dos menores e do próprio estabelecimento, ocorriam com frequência casos de doenças entre os internos. Em relatório de atividades do ano de 1929, o diretor Bernardino Dantas ressalta o acometimento de dois tipos de moléstias: a febre tifóide e o sarampo.

Conforme conta de visitas médicas, foi bom o estado sanitário deste Patronato durante o ano passado, embora houvesse dois casos de moléstia

de caráter grave, a febre tifóide e o sarampo; o primeiro, foi logo combatido e ficou circunscrito apenas a dois casos, sendo que o menor José dos Santos, de origem ignorada, matriculado sob o número 4, veio a sucumbir depois de imensos padecimentos, no Hospital da Força Pública, para onde fora removido; o sarampo de caráter endêmico, embora tivesse atingido a totalidade dos alunos, não causou vítimas (SERGIPE, 1930d).

Além de casos de doenças, os menores que não conseguissem desenvolver as atividades devido a algum problema físico eram impedidos de matricular-se no estabelecimento. No tocante a este segundo aspecto de impedimento de matrícula, o diretor Bernardino Dantas recusou a matrícula do menor Abílio Santos, por ser este fisicamente incapaz de desenvolver os serviços agrícolas (SERGIPE, 1930b).

O exame médico obrigatório para a matrícula era uma rotina seguida não só no Patronato São Maurício, mas também em todas as escolas da capital como, por exemplo, o Atheneu e a Escola Normal, pois estava em consonância com os ideais higienistas apregoados desde o final do século XIX e que ganhou força nas instituições escolares no decorrer das primeiras décadas do século XX. Esse trabalho complementar entre médicos e professores é assim esboçado por Vera Regina Beltrão Marques:

A higienização das populações havia se tornado, também, tarefa dos professores, mas o projeto de disciplinarização higiênica mantinha-se sob o domínio dos médicos, através de estratégias que se incorporaram ao ‘viver a vida’ da população (MARQUES, 1994: 119).

Com base também nesses princípios higiênicos, uma das práticas executadas pelo inspetor de alunos do Patronato era o acompanhamento do peso e da altura dos menores internos. Para tanto, todos eles, ao entrar na instituição, eram pesados e medidos e após alguns meses o processo era refeito para verificar os “avanços” dos educandos nesses aspectos.

QUADRO 15: MAPA DE ACOMPANHAMENTO DO PESO DOS MENORES DO PATRONATO

Nº do menor	Nomes	Idade	Altura	1ª Pesada			2ª Pesada			Observação
				Dia	Mês	Kg	Dia	Mês	Kg	
1	José Thomé Amado	14	1,41	16	12/24	36	13	02/25	37 ½	+ 1½
2	José dos Santos	11	1,23	16	''	26	''	''	28	+ 2
3	Antonio Lazaro dos Santos	11	1,32	''	''	26	''	''	27½	+ 1½
4	João da Costa Alves	11	1,30	''	''	25	''	''	25½	+ 1½
5	Manoel Anthidio dos Santos	10	1,32	''	''	28½	''	''	30	+ 1½
6	José Amorim dos Santos	10	1,18	''	''	21	''	''	22½	+ 1½
7	Amábilio Jeronymo Rocha	14	1,40	''	''	35	''	''	35½	+ ½
8	Antonio dos Santos	10	1,24	''	''	27	''	''	28½	+ 1½
9	João Baptista dos Santos	12	1,48	''	''	27	''	''	31½	+ 4½
10	Sebastião Ferreira dos Santos	10	1,33	''	''	26	''	''	25½	- ½
11	Victalino A. de Sant'Anna	10	1,29	''	''	27	''	''	28	+ 1
12	Virgílio dos Santos	14	1,39	''	''	33	''	''	34½	+ 1½
13	João Mello dos Santos	14	1,43	''	''	37	''	''	39½	+ 2½
14	Amynthas Cecílio de Jesus	14	1,44	''	''	31	''	''	32	+ 1
15	Antonio Francisco dos Santos	10	1,20	''	''	22	''	''	24	+ 2
16	Manoel Santos Ribeiro	10	1,23	''	''	21	''	''	23½	+ 2½
17	João Joventino J. dos Santos	14	1,42	''	''	29	''	''	31	+ 2
18	Manoel dos Santos	10	1,20	''	''	23	''	''	24	+ 1
19	Innocencio Alves Ribeiro	12	1,37	''	''	27½	''	''	29	+ 1½
20	Virgílio Ribeiro Filho	10	1,21	''	''	23	''	''	24	+ 1
21	José Ribeiro dos Santos	13	1,44	20	''	37½	''	''	40	+ 2½
22	Jason Baptista Dantas	14	1,45	''	''	37	''	''	37½	+ ½
23	Nelson Francisco dos Santos	12	1,35	29	''	32	''	''	33½	+ 1½
24	Ernestino dos Santos	10	1,27	30	''	25	''	''	26½	+ 1½
25	José Affonso	10	1,20	3	01/25	22	''	''	22½	+ ½
26	Dionízio Francisco d. Santos	11	1,42	6	''	27	''	''	29	+ 2
27	Manoel Messias dos Santos	14	1,42	''	''	37½	''	''	42	+ 4½
28	João Baptista dos Santos	12	1,39	''	''	30	''	''	32	+ 2
29	Bemvindo Accioly	14	1,40	''	''	32	''	''	33	+ 1
30	Sylvio José da Silva	14	1,36	''	''	31½	''	''	35	+ 3½
31	Ulysses Enéas Nascimento	12	1,29	''	''	25	''	''	26	+ 1
32	Secundino José Bastos	11	1,33	''	''	31	''	''	32½	+ 1½
33	Manoel Messias Nascimento	11	1,35	''	''	27	''	''	29½	+ 2½
34	José Gregório dos Santos	11	1,24	''	''	20	''	''	22	+ 2
35	Alvim dos Santos	11	1,36	''	''	26	''	''	29	+ 3
36	Dermeval de Araújo	12	1,34	12	''	27	''	''	30	+ 3
37	Edgar de Araújo	10	1,32	''	''	24½	''	''	25	+ ½
38	Gumercindo A G. d. Santos	10	1,30	''	''	28	''	''	29	+ 1
39	Esmeraldo José dos Santos	12	1,40	''	''	26	''	''	26	=
40	Hanns Ruis	12	1,48	''	''	37½	''	''	40	+ 2½
41	José Menezes	14	1,43	13	''	35½	''	''	37	+ 1½

Fonte: SERGIPE. *Diário Oficial do Estado de Sergipe* de 2 de maio de 1925 – Sessão Secretaria Geral do Estado. Imprensa Oficial

No quadro de acompanhamento do peso dos educandos do ano de 1925, pode-se perceber que dos quarenta e um menores verificados, apenas dois não tiveram ganho de peso. Um deles, o aluno Sebastião Ferreira dos Santos, perdeu meio quilo, talvez em decorrência de alguma moléstia que o tenha acometido, já que era muito comum entre os menores infestação por vermes e alguns quadros clínicos como a diarreia. O outro aluno, Esmeraldo José dos Santos com 12 anos, permaneceu com o mesmo peso da primeira verificação, algo também incomum, visto que as crianças tendem a ganhar peso devido ao crescimento natural nessa faixa etária.

Segundo Vera Regina Beltrão Marques (1994), o acompanhamento do peso e da altura dos educandos era uma prática incentivada pelos médicos. Com relação ao Patronato, tal prática era realizada sempre que houvesse uma inspeção médica, ressaltando-se os aspectos de salubridade e higiene, além da alimentação, já citada no capítulo anterior, que implicaria um aumento de peso dos internos.

Outro encaminhamento correlato a aspectos higiênicos era a assistência dentária desenvolvida no Patronato, na qual se ressaltava a preocupação com a saúde bucal dos menores. Em visitas realizadas com certa regularidade, o cirurgião-dentista do serviço escolar, Mário Bastos, prestou atendimento a vários alunos durante o ano de 1929, efetuando várias obturações e extrações (SERGIPE, 1930a). Diante da precariedade da estrada de rodagem Aracaju-São Cristóvão, muitas vezes os menores do Patronato ficavam sem o atendimento médico necessário.

Além do cuidado com a higiene dos alunos, faziam parte do cotidiano do Patronato Agrícola de Sergipe outras práticas: as aulas de Educação Física e Escotismo, as oficinas profissionalizantes (ferraria, marcenaria e sapataria), o Ensino Agrícola, o Ensino Primário e, ainda, as festas e solenidades. A partir deste momento abordarei cada uma dessas práticas.

4.2. A FORMAÇÃO DE CORPOS FORTES, DISCIPLINADOS E MORALIZADOS: EDUCAÇÃO FÍSICA E ESCOTISMO

Desde a sua fundação, o Patronato Agrícola de Sergipe contava com um membro do Batalhão Policial que tinha a incumbência de ministrar as aulas de Educação Física e os Exercícios Militares. A partir de 1928, além dessas duas atividades, passou a ministrar também as aulas de Escotismo.

Com relação à prática da Educação Física no Patronato São Maurício, são oportunas algumas reflexões. A primeira delas diz, a despeito do que afirmam

pesquisadores do campo da Educação Física como Mauro Betti (1991) e Lino Castelani Filho (1988), que o método utilizado nas aulas não era o francês e sim o sueco, corroborando inclusive com a afirmação de Tarcísio Mauro Vago (2002) sobre as práticas de ginástica nas escolas primárias de Belo Horizonte. Outro dado é que as aulas de Educação Física eram ministradas tendo por fito o “Guia do Escoteiro”, livro que trazia atividades baseadas na disciplina, na moral e no civismo. Em Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa no ano de 1925, o Presidente Graccho Cardoso asseverava: “na educação física, teve aplicação a ginástica sueca, efetuados passeios, excursões e exercícios recomendados pelo guia do escoteiro” (SERGIPE, 1925b: 27).

A relação existente entre a Educação Física e as práticas escoteiras ainda é um tema inexplorado, carecendo, portanto, de pesquisas para melhor explicitar tal simbiose. A imbricação entre os escoteiros e a instituição escolar foi largamente debatida durante toda a década de 1930 e início da década de 1940, como um meio de passarem-se os preceitos da instituição militar aos alunos (HORTA, 1994), sendo que no Patronato Agrícola de Sergipe, desde o início, em meados da década de 1920, a presença dos escoteiros era muito forte, principalmente na prática da Educação Física e no traje que os menores utilizavam em solenidades, como será abordado posteriormente. Cabe lembrar que o escotismo enquanto prática escolar já estava presente na Reforma Sampaio Dória, realizada no Estado de São Paulo, para o ensino primário, inserindo-o como elemento ligado à educação moral e cívica e à própria Educação Física (CARVALHO, 2003).

Em estudo desenvolvido sobre a formação profissional no Estado de São Paulo, Carmem Sylvia Vidigal Moraes (2003), assegura que, para incentivar as práticas de Educação Física e estimular o civismo em muitas escolas, foram criados batalhões infantis, que difundiam os preceitos do escotismo entre as crianças.

No final da década de vinte e, principalmente, nos anos trinta, os grupos escolares e, inclusive os estabelecimentos de ensino profissional, assemelhavam-se a quartéis e as respectivas classes de alunos assumiam a aparência de batalhões infantis, de pequenos guardiões da pátria e da nacionalidade (MORAES, 2003: 214).

O Escotismo foi um movimento iniciado na Inglaterra pelo General inglês Robert Baden Powell, no ano de 1907, trazendo desde o princípio um direcionamento voltado para os jovens, servindo para passar-lhes valores éticos, baseados no espírito comunitário, no exercício da liberdade com responsabilidade e no aprimoramento da personalidade. O primeiro contato de brasileiros com o Escotismo ocorreu por parte de militares que se encontravam na Inglaterra em missões oficiais. Contudo, o Movimento Escoteiro somente

começou a tomar forma no Brasil na segunda década do século XX com a criação dos primeiros grupos (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2005).

Em todos os países em que foi implantado o Movimento Escoteiro guardou os desígnios instituídos por Baden Powell: o respeito por Deus, pela Pátria e pelo próximo. Tais intentos foram expressos nas dez Leis Escoteiras assumidas integralmente em todos os países onde o Escotismo foi implantado:

- 01 – O escoteiro tem uma só palavra; sua honra vale mais que a própria vida.
- 02 – O escoteiro é leal.
- 03 – O escoteiro está sempre alerta para ajudar o próximo e praticar, diariamente uma boa ação.
- 04 – O escoteiro é amigo de todos e irmão dos demais escoteiros.
- 05 – O escoteiro é cortês.
- 06 – O escoteiro é bom para os animais e as plantas.
- 07 – O escoteiro é obediente e disciplinado.
- 08 – O escoteiro é alegre e sorri nas dificuldades.
- 09 – O escoteiro é econômico e respeita o bem alheio.
- 10 – O escoteiro é limpo de corpo e alma (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2005).

No Brasil, o Movimento Escoteiro começou a ser conhecido e compreendido através de Mário Sérgio Cardim que havia sido aluno de Baden Powell. Segundo Ana Clara Bortoleto Nery (2003), a primeira vez que se adotou o escotismo em uma escola pública foi em 1917, no Distrito Federal, ministrado por inspetores de ensino. Ainda de acordo com a autora, havia uma relação estreita entre o escotismo e as atividades desenvolvidas pela Liga de Defesa Nacional (LDN).

No entanto, foi apenas no ano de 1920, quando da Reforma Sampaio Dória, no Estado de São Paulo, que se regulamentou a prática escoteira como parte integrante do ensino, tendo como executores de tal tarefa os professores de ginástica das escolas normais e complementares. Havia, então, nesse primeiro momento, uma ligação entre as práticas do escotismo e a ginástica, como se expressava nas linhas da Reforma Sampaio Dória que aludia a essas práticas como parte obrigatória da educação primária nos primeiros dois anos, expressando-se que deveria ser trabalhada “a educação física inicial, pela ginástica, pelo escotismo e pelos jogos” (CARVALHO, 2003: 228). Contudo, as primeiras instituições a adotarem o escotismo em nível nacional foram os Patronatos Agrícolas Federais que ao longo da década de 1920 adotavam as práticas de escotismo com excursões e passeios instrutivos, ao lado dos exercícios físicos e militares (BRASIL, 1923).

No Patronato Agrícola de Sergipe, em um primeiro momento, entre os anos de 1925 e 1927, a atividade escoteira era entendida como uma prática complementar,

escolhendo-se alguns alunos que iriam participar de desfiles e apresentações em festividades na capital do estado, como forma de apresentar os progressos havidos no tocante à higiene e à disciplina dos menores do Patronato:

Como noticiamos em nosso último número, os menores do ‘Patronato Agrícola São Maurício’ estiveram na manhã de 14 de julho nesta capital, em cujas ruas desfilaram. Tendo vindo daquela casa de ensino caminhões-automoveis, acompanhados dos respectivos professores, as aludidas crianças, desceram junto à estação da estrada de ferro, onde entraram em forma. Perfeitamente uniformizadas em roupa cáqui, tipo *boy-scouts*, amplos chapéus de campo, bandeirolas vermelhas sobre varetas verde-amarelo descansando aos ombros, marchando ao som da banda de música da Polícia, tendo à frente a bandeira sergipana, empunhada com garbo e ao rufo dos tambores infantis – a passagem dos menores do Patronato pelas nossas vias urbanas produziu uma agradável e comovedora impressão. Sentia-se naquela ordem, no asseio e na disciplina das crianças, os efeitos da educação paciente que aos poucos vai transmutando esses ‘abandonados’ em futuros cidadãos prestantes (SERGIPE, 1925u).

Os meninos do Patronato ainda durante o primeiro ano de funcionamento desse estabelecimento, em 1925, participaram das festividades alusivas ao 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, desfilando pelas ruas da cidade de Aracaju, estando mais uma vez vestidos como escoteiros e acompanhados pela banda de música do Batalhão Policial (SERGIPE, 1925v).

Intelectuais como Humberto Olegário Dantas, os quais lutavam pela implantação do escotismo em Sergipe, afirmavam em artigos de jornal que “para atuar sobre o espírito juvenil e fazer agir os diversos princípios e normas da instituição, o ‘escoteirismo’ emprega um tríptico modo de ensino: 1º - instrução na sede; 2º - excursões; 3º - acampamentos” (DANTAS, 1925: 04). A instrução que o movimento escoteiro oferecia aos menores do Patronato permitia que durante as apresentações públicas fosse acentuada a higiene e a disciplina deles, refletindo um determinado tipo de representação, seja dos gestores públicos, dos próprios menores ou daqueles que assistiam à apresentação.

O conceito de representação é aqui entendido no sentido que lhe confere o pesquisador francês Roger Chartier:

por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada. A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força (CHARTIER, 2000: 11).

A tropa de escoteiros do Patronato de Sergipe expressava o êxito da campanha promovida pelo deputado Humberto Dantas para implantar a Pedagogia de Baden Powell em Sergipe. “A velha aspiração do nosso correto conterrâneo deputado Humberto Dantas está se tornando uma promissora realidade” – afirmava o jornal *Correio de Aracaju*, em sua edição de 12 de setembro de 1927. De um modo geral, a imprensa também estava empenhada em propagandar as qualidades da Pedagogia escoteira. Esse mesmo jornal, em sua edição do dia 28 de setembro de 1927, portanto 16 dias depois, publicou um artigo intitulado *Escotismo*, com claro intuito propagandístico, perceptível já no primeiro parágrafo: “Oferecemos aos nossos leitores um maravilhoso artigo de Coelho Neto, no qual em frases de ouro, são descritas com singeleza, as excelências da vida escoteira”.

O escotismo serviria, então, para amalgamar um determinado tipo de representação sobre os objetivos do ensino de instituições destinadas a corrigir o comportamento dos menores internos do Patronato Agrícola de Sergipe. Tal constatação é reforçada pelo fato de que em ocasiões solenes, como no dia 11 de abril de 1926 (SERGIPE, 1926), durante visita à instituição de uma comitiva formada pelo presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso, pelo bispo de Aracaju, D. José Thomaz, pelo capitão de corveta e comandante do *destroyer* Rio Grande do Norte, Andrade Pinto, pelos deputados Gentil Tavares e Manoel Dantas, pelo intendente da capital, Hunald Cardoso e por outras personalidades, os menores receberam-lhes com continências prestadas pelo Batalhão de Escoteiros e com canções patrióticas, precedidas de vivas ao presidente da República, ao presidente do Estado e à Marinha nacional.

A partir de 1928, o Patronato de Sergipe, instituiu aulas de escotismo, as quais deveriam ser ministradas logo após o recreio, no horário das 12h30 às 13h30. Em relatório de atividades ocorridas durante o ano de 1929, o diretor Bernardino Dantas afirmava:

O curso de escoteirismo, instituído por mim neste estabelecimento, é dado com regular proveito pelo mesmo sargento, diplomado que é, pelo curso de chefes de escoteiros da U.E.B. Todos os educandos têm revelado progresso e interesse no curso de escoteiro, cujos resultados foram os conseguidos nos exames realizados em dezembro do ano passado (SERGIPE, 1930d).

O sargento mencionado por Bernardino Dantas era José Epaminondas de Oliveira, diplomado no dia 6 de dezembro de 1927, em solenidade realizada na Biblioteca Pública, contando com a participação do Diretor da Instrução Pública do Estado de Sergipe, Professor Franco Freire, do Deputado Humberto Dantas e do Comandante Sosthenes Barbosa. Nessa mesma solenidade foram diplomados: Anthero José de Almeida, Benedicto

Cezário Laranjeiras, Celecino Britto, Domicio Albuquerque Silva, Esiel Mendonça, Gerson Gomes Sobrinho, Hermeto Rodrigues Feitosa, João Baptista dos Santos, José d’Almeida Menezes, Oscar de Moura Pinho, Oswaldo Telles de Campos, Pedro Guimarães e Xenophante Moreira (CORREIO DE ARACAJU, 1927).

O diretor do Patronato Agrícola de Sergipe, Bernardino Dantas, que já em maio de 1928, dois meses após ter assumido a diretoria daquele estabelecimento, aludia: “Afim de dar a desenvoltura que o Escoteirismo merece, entre nós, como fonte de educação, e de regeneração moral, física e intelectualmente, mister se faz que cuidemos de uniformizar quanto antes, os escoteiros deste Patronato” (SERGIPE, 1928h). Neste mesmo ofício, o diretor Bernardino Dantas requeria do Secretario Geral a compra de cinquenta chapéus de forma “cow-boy” de cor cáqui, cinquenta calças cáqui curtas, longas e direitas; cinquenta lenços azuis para pescoço; cinquenta pares de meias pretas compridas; cinquenta mochilas de brim cáqui; cinquenta cabos de linho com cinco metros de comprimento; cinquenta canivetes e cinquenta emblemas para chapéus (Flor de Liz²⁵).



Figura 8: Flor de Liz, símbolo do movimento escoteiro. Fonte: <http://www.escoteiros.org>.

²⁵ O ideário do movimento escoteiro adotou como símbolo a Flor de Liz, signo que indica o Norte nos mapas e nas bússolas, a direção certa, sempre para o alto, mostrando o caminho do cumprimento do dever e da ajuda ao próximo. O símbolo foi adotado ainda no ano de 1907, quando Baden Powell organizou o primeiro acampamento escoteiro da história. A Flor-de-Lis na cor amarelo-ouro foi aplicada sobre uma bandeira verde, hasteada ao lado da bandeira da Inglaterra durante todo o período de duração do acampamento. Para distinguir os escoteiros existentes nos diversos países, o símbolo de cada nacionalidade é fundido à Flor-de-Lis. No caso brasileiro, sobre o signo dos escoteiros foi aplicado o Selo da República, com o círculo de estrelas e o Cruzeiro do Sul. Abaixo da Flor-de-Lis, o lema “Sempre Alerta”. Sob a faixa que contém esse dístico, um nó lembrando a responsabilidade de realizar, todos os dias, uma boa ação.

Já no primeiro ano de funcionamento foram realizados os exames com os aspirantes a escoteiros do Patronato Agrícola de Sergipe tendo por instrutor o sargento José Epaminondas de Oliveira. Os exames ocorreram nos dias 4, 5 e 6 de Dezembro de 1928, e apenas 20 dos 63 internos do Patronato conseguiram ser aprovados, passando à condição de noviços:

QUADRO 16: RELAÇÃO DOS MENORES QUE PRESTARAM A 1ª PROVA DE ESCOTISMO NO PATRONATO

Nomes	Graus de aprovação	
	Distinção	
Domingos Santos	Distinção	10
Antonio José de Sant'anna	Plenamente	7
José Amorim dos Santos	''	7,5
José dos Santos	''	7
Enock de Andrade Costa	''	7
Jacinto José dos Santos	''	7
José Alves da Silva	''	7,5
Silvino Santos	''	9
João Santos Silva	''	7
José Firmo de Sant'anna	''	9
João Dias Santos	''	8
João Nascimento Sant'anna	''	9,5
João Marques Silva	Simplesmente	4
Clodoaldo Silva	Plenamente	7,5
Alberto Silva André	''	8
Bernardo Calazans	''	8,5
Lourenço Cardoso de Araújo	''	7,5
João José de Lima	''	8
Antonio Pitangueira Menezes	''	9
Miguel Alves Cardoso	''	8,5

Fonte: SERGIPE. Documentos enviados ao Secretário Geral do Estado em 6 de dezembro de 1928. Pasta G3 650. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Os vinte alunos aprovados correspondem a 31,74% do total de alunos matriculados. Talvez o baixo índice de aprovados guarde relação entre o tempo destinado a tal prática, apenas de uma hora por dia, e o grande número de informações requeridas para alcançar o que era considerado o segundo estágio dentro da hierarquia dos escoteiros. Para que fosse considerado noviço, o Escoteiro deveria:

- 1º saber o código e o compromisso do escoteiro, explicando-os satisfatoriamente;
- 2º conhecer as saudações, as insígnias, distintivos e graduações escoteiras;
- 3º saber desenhar a Bandeira Nacional, conhecer o seu símbolo, saber içá-la a um mastro e conhecer as honras que lhe são devidas;
- 4º Fazer os nós diferentes conhecendo-lhes os nomes e aplicações;
- 5º conhecer 10 sinais de estrada ou de pista usados pelos escoteiros;
- 6º saber o Hino Nacional, o Hino da Bandeira e o “Alerta” ! (Rataplan);
- 7º conhecer os cuidados principais de higiene individual;

Depois de satisfeitas todas as provas terá o direito de prestar o compromisso e usar o uniforme e o distintivo de escoteiro (CORREIO DE ARACAJU, 1928: 01)

A partir do ano de 1929, o exame de Escotismo começou a ser realizado com o de Educação Física, ou cultura física como era chamado, e o menor era considerado aprovado se a média aritmética dos exames de Escoteirismo e Cultura Física fosse igual ou superior a quatro. Nota-se a partir desse momento um total entrelaçamento entre a Educação Física e o Escoteirismo. As práticas relativas à Educação Física continuavam sendo a ginástica sueca, somada a equitação, a natação e as excursões a pé.

No dia 10 de dezembro de 1929, aproximadamente um ano após a realização dos primeiros exames de Escotismo, foram realizadas novas provas paralelamente às de ginástica e, ainda, outras competições militares. Para auxiliar o 3º sargento José Epaminondas de Oliveira, o Batalhão de Força Pública enviou o 2º Tenente Herivelto Rodrigues Feitoza. Todos os setenta e um alunos internos deveriam comparecer à realização dos exames, sendo cinquenta e oito para a condição de noviços e treze para a função de Escoteiros de 2ª Classe. Para alcançar a patente de Escoteiros de 2ª classe, o menor deveria:

- 1º ter sido noviço durante um mês;
- 2º demonstrar as diversas maneiras de transportar um doente ou ferido e os primeiros socorros a prestar nos seguintes acidentes: hemorragia, luxação, entorse, insolação, fratura, picadas de insetos, argueiro nos olhos;
- 3º conhecer os alfabetos Morse e Semafórico, sendo capaz de receber e transmitir uma mensagem de 40 letras, sem limite de tempo, podendo errar no máximo 4 letras;
- 4º seguir uma pista de 800 metros em vinte e cinco minutos e no jogo de Kim, depois de ter observado 24 objetos diversos, durante um minuto, provar que se recorda pelo menos de dezesseis;
- 5º percorrer dois quilômetros em quinze minutos, em passo de escoteiro (20 passos duplos marchando e 20 correndo, alternadamente);
- 6º preparar uma fogueira ao ar livre e acendê-la dispondo apenas de dois fósforos;
- 7º cozinhar 200 gramas de carne e duas batatas em sua marmita do escoteiro;
- 8º ter, pelo menos, dois mil réis em cofre, ganhos pelo seu trabalho, se possível;
- 9º conhecer os dezesseis principais pontos da bússola;
- 10º saber orientar-se pelo sol e pela bússola e processos naturais;
- 11º distinguir pela casca, tronco ou folhas, 10 espécies de árvores diferentes (CORREIO DE ARACAJU, 1928: 01).

Após cumprir todos estes pré-requisitos, o escoteiro noviço chegaria ao posto de escoteiro de 2ª classe. Além das classificações já expostas aqui (Aspirante, Noviço e 2ª Classe), existiam, ainda, as denominações de Escoteiro de 1ª Classe e Escoteiro da Pátria.

Ao Escoteiro de 1ª classe, dava-se a possibilidade de ensinar a prática escoteira a um Aspirante, que deveria ser iniciado na tropa. Contudo, nos documentos encontrados, não há registros de Escoteiros de 1ª classe entre os alunos do Patronato, sendo do ano de 1929 o último registro de exames encontrado (conforme anexo 4).

Nesses exames, percebe-se que dentre os treze alunos candidatos a Escoteiros de 2ª classe não houve reprovações, tendo obtido, todos, o conceito de distinção, equivalente à nota dez. Dos cinquenta e oito candidatos a noviço, apenas nove obtiveram a distinção, representando 15,51% dos menores inscritos; trinta e dois receberam o conceito *plenamente*, aproximadamente 55,17% dos aspirantes; catorze foram reprovados, correspondendo a 24,13% dos menores avaliados e, ainda, não compareceram aos exames por motivo de doença três alunos. Dos catorze alunos reprovados, caso as notas de cultura física e escoteirismo fossem desvinculados, nove atingiriam a aprovação em cultura física, obtendo o conceito *simplesmente*, pois suas notas foram maiores ou iguais a quatro nessa atividade.

A nomenclatura *cultura física* utilizada nas avaliações, talvez seja em decorrência dessa atividade englobar tanto a Educação Física quanto os exercícios militares. Na Educação Física, praticava-se no Patronato Agrícola de Sergipe a ginástica sueca que compreendia movimentos simples ou compostos de tronco, membros e cabeça, buscando tornar o corpo flexível, corrigindo seus defeitos posturais, aumentando a força e a resistência, além de educar os órgãos responsáveis pela circulação e a respiração. A ginástica sueca foi criada no século XIX por Per-Henrick-Ling, que se sustentou nas ciências naturais com o intuito de criar um método racional e prático de ginástica, visando ao robustecimento e ao desenvolvimento de diversos órgãos do corpo humano.

Fundamentando-se em múltiplos conhecimentos: na biologia humana, nas ciências naturais, morais e sociais e na pedagogia, ele pretendia que o método fosse mais do que uma receita para viver bem no plano meramente biológico. O que o método sueco se tornou o aproximava de uma doutrina, ortodoxa e rígida, atuando na atenção e na vontade, interferindo no comportamento moral e social do indivíduo (MORENO, 2003: 56).

Os preceitos da ginástica sueca estavam em perfeita consonância com o pretendido pela educação dispensada no Patronato, pois em linhas gerais, sua finalidade era “desenvolver a saúde, transformar o corpo humano num instrumento dócil e corajoso, sempre à disposição da vontade moral” (MORENO, 2003: 58). Mesmo os jogos ginásticos, tidos como atividade complementar, deveriam ser realizados de forma comedida, evitando-se os exageros.

Um outro aspecto a ser abordado no tocante à prática da Educação Física no Patronato São Maurício é o seu direcionamento no estabelecimento, ou seja, ela se apresentava enquanto prática de correção ou de eficiência dos corpos. Para Tarcísio Mauro Vago (2002), ao longo da década de 1920, a Educação Física em Belo Horizonte²⁶ sofreu uma mudança de encaminhamento, passando do primado da correção para o primado da eficiência dos corpos. No tocante ao Patronato, pode-se dizer que a Educação Física tinha como fim precípua a correção, já que a ginástica sueca trazia em si elementos como disciplina, reconhecimento corporal e movimentos rígidos, embora não se possa negar que a prática da Educação Física poderia contribuir para uma racionalização e otimização dos movimentos, propiciando a eficiência, principalmente no que concerne ao trabalho agrícola.

Além das práticas de Educação Física, outros elementos integravam o amoldamento corporal do educando, segundo preceituado pelo próprio regimento da instituição: “Art. 34º Afora alimentação sadia e sóbria, os cuidados de higiene domiciliar e individual, o desenvolvimento físico do educando será assegurado pela ginástica educativa, natação, equitação, excursões a pé e instrução militar” (SERGIPE, 1924b).

As excursões, os passeios, a natação e a equitação talvez servissem como um elemento compensatório para as horas incessantes de estudo e trabalho aos quais os menores eram submetidos, inclusive sem ter o direito de ausentar-se da instituição. As saídas eram coletivas e, segundo o próprio regimento, deveriam seguir a formação militar e não poderiam ser mais que uma durante o mês. Um outro elemento que leva à reflexão de que as excursões poderiam ser consideradas práticas compensatórias é que o próprio regimento reservava os sábados para estas práticas, que deveriam ser realizadas pelos arredores da instituição. Outra hipótese é que as excursões, a natação e a equitação fizessem parte das práticas de Escotismo, visto que tais atividades compunham o rol dos exercícios requeridos a um escoteiro.

As evidências demonstram que a Educação Física, através da ginástica sueca com sua rigidez e disciplina, o Escotismo e os exercícios militares, através de seus códigos de ética e de conduta, buscavam atuar sobre o corpo e o caráter das crianças, de forma a

²⁶ Em Sergipe são poucos os trabalhos que abordam a Educação Física neste período, um dos trabalhos que aborda tal período é o de GRUNENVALDT, Ana Carrilho Romero. **A Educação Física, as normalistas e as professoras**: a Educação Física na Escola Normal de Sergipe. Rio de Janeiro: Núcleo de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, 1999 (Mestrado em Educação Física). Outro trabalho da mesma professora que merece atenção é o GRUNENVALDT, Ana Carrilho Romero. **Europa, Brasil e Sergipe**: desvendando as trilhas da Educação Física. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2005 (Doutorado em Educação).

retirar seus vícios físicos e morais, almejando a formação de um homem moralizado, civilizado, ou seja, regenerado.

4.3 A ALFABETIZAÇÃO DOS DESVALIDOS: O ENSINO PRIMÁRIO NO PATRONATO.

Um dos elementos de fundamental importância no ensino ministrado no Patronato era o curso primário, que era freqüentado por todos os internos, pois a maioria dos menores, aproximadamente 70%, com base na primeira matrícula no ano de 1925, não sabiam ler, tornando-se, pois, essencial o ensino primário naquele estabelecimento. Esse curso era tido como auxiliar ao aprendizado do ensino profissional:

Na quase totalidade, durante os primeiros tempos, aos menores admitidos, são ministrados princípios de moral, de respeito e bons costumes, e entregues ao ensino primário, dadas as condições em que se encontram, quando por época da matrícula, e isto constitui, assim podemos dizer, um curso prévio de habilitação que o aluno deve possuir, para poder, com relativa compreensão, aceitar racional e praticamente o ensino profissional elementar (SERGIPE, 1924b).

Apesar de ter encontrado um grande número de quadros de acompanhamento de rendimento dos alunos no curso primário, poucas são as referências ao que efetivamente se ensinava no Patronato, principalmente após os primeiros anos de seu funcionamento. Procurarei, no entanto, elencar alguns dos elementos constantes nas aulas desse curso.

Os primeiros registros encontrados são do ano de 1926, dos meses de abril e maio. No dia 4 de abril de 1926, informava o diretor do Patronato que haviam sido realizadas nas aulas do Curso Primário: exercício de leitura com interpretação, cópia, ditado e caligrafia vertical, além de notações ortográficas e sabatinas orais da matéria da semana anterior. No que se refere à Aritmética, fora ensinado: unidade, quantidade, número e radiciação e problemas sobre as quatro operações. Quanto à Geografia, estudou-se: limites, superfície, população, aspecto físico e clima de Sergipe (SERGIPE, 1926d).

No dia 10 de abril de 1926, informa-se que no curso primário fora realizado: exercício de leitura com interpretação, ditado, cópia e caligrafia vertical, além de conhecimentos de nomes próprios e comuns e, ainda, recapitulação de antônimos e da matéria estudada na semana anterior. Nas aulas de Aritmética foram efetuadas provas das quatro operações. Em História do Brasil estudaram-se as realizações de Men de Sá. Na disciplina Geografia, os alunos aprenderam sobre a capital e as cidades do Estado de Sergipe (SERGIPE, 1926f).

No dia 21 de abril do ano de 1926, noticiava o diretor que haviam sido praticados novamente com os menores, exercícios de leitura com interpretação, cópia, ditado e caligrafia vertical, somados ao estudo de tonicidade, notações ortográficas e emprego das letras maiúsculas. No que se refere à Aritmética, fora recapitulada a matéria ministrada na semana anterior e iniciado o trabalho com potenciação. Nas aulas de Geografia, foi reforçado o estudo da capital de Sergipe e de suas principais cidades, efetuando-se, também, sabatina oral. Em História do Brasil, foi recapitulada toda a matéria ensinada (SERGIPE, 1926h).

Já no dia 18 do mês de maio desse ano, o diretor do Patronato informava que, além dos exercícios de leitura com interpretação, ditado, cópia e caligrafia vertical, havia sido efetuado estudo sobre a decomposição das palavras, pronomes e sabatina oral da matéria dada na semana anterior. Em relação à Aritmética fora ensinado a somar o máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. No tocante à Geografia, estudaram-se os limites, superfície e população do Amazonas. Nas aulas de História do Brasil, ensinou-se a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, além de sabatina oral da matéria vista na semana anterior (SERGIPE, 1926h). Depois desse dia, somente foram encontrados registros sobre o que era ensinado no ensino primário em relatório de atividades, do ano de 1930, realizado pelo diretor Bernardino Dantas.

O que se pode verificar é que são recorrentes os exercícios de leitura com interpretação, ditado, cópia e caligrafia vertical. Quanto à caligrafia vertical, em diversos estados brasileiros esta já constava em lei, como no caso de Minas Gerais (VAGO, 2002), com o intuito de substituir a escrita inclinada, que, apesar de ser considerada de muita beleza estética, era tida como uma das causas para muitos males, como, por exemplo, a miopia e a escoliose. A partir desse momento estava colocada uma forma correta de se escrever, que guardava estreita relação com as pretensões higienistas. A própria mudança na forma de escrever já pressupunha uma alteração na expressão corporal das crianças, de maneira a dar-lhes um direcionamento, disciplinando seus movimentos. Para Tarcísio Mauro Vago (2002: 196), “a caligrafia vertical é uma representação da postura do corpo que a escola deveria produzir – mais do que a mudança na letra, o que se queria era a mutação de corpos inclinados em corpos verticais”.

Somado à escrita vertical, vinham as práticas de leitura e interpretação, com as quais se percebia a preocupação em alfabetizar os menores, visto que a maioria chegava analfabeta à instituição. Um outro fato é que ao preocupar-se com a interpretação, infere-se que, além do direcionamento para decifrar os códigos, ou seja, as palavras, havia também a intenção de levar os menores à compreensão do que estavam lendo, isto é, não era só

ensinar a ler, era, também, fazer as crianças entenderem o que estavam lendo. O ensino da cópia e do ditado também eram práticas muito freqüentes, seguindo o mesmo direcionamento da leitura e da interpretação, tornando-se atividades complementares e indissociáveis. A cópia e o ditado seriam uma forma de treinar as crianças através das repetições e da prática da escrita. Todas essas práticas seguiam tanto o direcionamento da Diretoria Geral de Instrução Pública quanto os programas do curso primário para os Patronatos Agrícolas Federais, como ressalta o diretor do estabelecimento, no ano de 1930:

O curso primário de letras, funcionou muito regularmente e para sua máxima eficiência, foi dividido em quatro séries e dois turnos, obedecendo ‘in-totum’ aos programas adotados pela Diretoria Geral da Instrução Pública, sem deixar à margem, os programas seguidos nos cursos primários dos Patronatos Federais (SERGIPE, 1930a).

Com relação à Aritmética, percebe-se que os conteúdos estudados no Patronato não eram específicos nem mesmo direcionados para as práticas agrícolas. Diante dos pequenos relatos que foram encontrados, acredita-se que o programa de Aritmética seguiria o mesmo direcionamento dado nas demais escolas primárias no Estado de Sergipe. Todavia, tal direcionamento parece ter sido alterado nos anos subseqüentes, pois em relatório de atividades do ano de 1930, afirmava o diretor Bernardino Dantas:

A Aritmética é também essencialmente prática, procurando o professor, se abster das teorias, regras e definições, que são sempre de nenhum interesse prático, para os que se dedicam a capatazia rural, limitam-se os professores a resolução de problemas que têm referência com a agricultura prática (SERGIPE, 1930a).

Talvez essa mudança esteja atrelada a uma série de alterações desempenhadas pelo diretor do Patronato, no sentido de proporcionar uma melhor qualidade ao curso primário nesse estabelecimento. Seguindo este intuito, Bernardino Dantas designou a contratação de mais um professor para que as turmas pudessem ser divididas, possibilitando, no seu entendimento, um melhor aproveitamento no ensino. Dessa forma, selecionou as crianças em quatro séries de graus distintos, que teriam um professor específico e um programa próprio. Percebe-se esse procedimento no ensino da Geografia, que a princípio era trabalhado com todos os alunos e a partir de 1929 passou a ser ministrado somente para os alunos da 3ª e 4ª séries, embora o conteúdo continuasse o mesmo, restringindo-se a aspectos políticos e físicos do Brasil e especificamente de Sergipe.

O curso de Geografia começa na 3ª série e se estende até a 4ª série, consta de rudimentos de geografia, estudando-se a sua parte física e econômica, sendo mais desenvolvido quando se trata do Brasil, que na sua parte política é estudado como um só todo, diferindo apenas por ter

governos distintos. A agricultura, indústria, comércio, são tidas em alto apreço, particularizando-se as possibilidades econômicas de cada Estado da União (SERGIPE, 1930a).

Já o direcionamento realizado nas aulas de História visava a levar os menores fatos marcantes da história do nosso país, enfatizando as datas comemorativas e os grandes vultos históricos. Estava expresso nesse ensino a noção de passar aos menores valores cívicos, estando perfeitamente de acordo com os programas de outros cursos primários. Nos dias de feriados nacionais, quando das datas comemorativas, era designado um professor para que fizesse uma exposição para os internos do que se comemorava naquele dia com uma linguagem fácil e compreensível (SERGIPE, 1930a). Além dos feriados, os domingos, segundo o Regulamento do Patronato, eram destinados à educação cívica, ao ensino da história, da geografia, dentre outros (SERGIPE, 1924b).

Não obstante a adequação do currículo do curso primário do Patronato em relação ao disposto pela Diretoria da Instrução Pública do Estado de Sergipe, muitas eram as dificuldades para que as aulas ocorressem. Ao assumir a direção do estabelecimento no ano de 1928, Bernardino Dantas asseverava essas dificuldades devido às reformas pelas quais passava a instituição. Um outro problema era o grande número de analfabetos presentes entre os alunos, o que o levou a dividir os menores em duas turmas de 1ª e 2ª séries. Diante da dificuldade, o diretor solicitava da administração pública a contratação de mais um professor²⁷, e, em face da urgência, ele mesmo havia assumido uma das turmas.

O analfabetismo não era um mal específico do Patronato e sim de toda a sociedade sergipana, tanto que em 1916 um grupo de intelectuais e professores se reuniram e criaram a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo (LSCA), que tinha como um de seus anseios formar escolas, com o intuito de levar as letras àqueles que necessitavam. A alfabetização propagada por essa entidade buscava passar “além do uso da escrita, da leitura e do cálculo, a presença do conteúdo cívico-patriótico do seu projeto” (SOUZA, 2004: 21). Tal direcionamento converge ao que era transmitido nas aulas do ensino primário aos menores do Patronato.

Além do analfabetismo, o diretor alertava o Secretário Geral do Estado quanto ao descaso com que tinham sido encaminhadas as aulas do ensino primário na gestão anterior:

O lado moral estava muito descurado. Nas aulas o professor não ensinava aos alunos os bons preceitos morais, cívicos e higiênicos, conforme prescreve o regulamento. Mister se faz, que cumpramos à risca o

²⁷ O Patronato Agrícola de Sergipe tinha apenas um professor para ministrar o curso primário a todos os alunos.

estatuído no regimento interno, afim de se manter a disciplina escolar, para haver ordem e progresso (SERGIPE, 1928e).

Apesar das constantes solicitações quanto à necessidade da contratação de um outro professor para o Patronato, após dois anos de administração Bernardino Dantas, reforçava a solicitação e informava que em virtude da inobservância de resolução do problema, havia aproveitado os conhecimentos de um dos guardas do estabelecimento, que ficou com a responsabilidade de “ler” para duas séries, enquanto o professor efetivo respondia pelo restante dos alunos (SERGIPE, 1930a). Este fato reflete a precariedade com que era conduzido o curso primário no estabelecimento, sem ao menos ter professores devidamente capacitados para exercer a função.

Não obstante as dificuldades na condução das aulas do curso primário, sempre que se realizavam os exames finais era designado pela Diretoria de Instrução Pública um fiscal para acompanhar o desempenho dos alunos. No ano de 1929, o Diretor da Instrução Pública, Carlos Costa, designou o professor Massilon Costa para acompanhar o processo. Nestes exames, dos 71 menores matriculados, 26 obtiveram o conceito *plenamente*, 40, a designação *simplesmente* e 5 foram reprovados (SERGIPE, 1930a). Ao final dos exames, o professor Massilon Costa fez um breve discurso para os internos enfatizando aspectos morais e cívicos que deveriam ser seguidos por eles (SERGIPE, 1929f).

Ainda que com muitas dificuldades, o curso primário, a partir do ano de 1928, sempre contou com dois professores, mesmo que um deles não tivesse a formação adequada. Entre os anos de 1928 e 1931, responderam pelo curso primário Orbílio Lima e Acrísio Curvêllo de Mendonça; este último continuou desempenhando as funções de professor entre os anos de 1931 a 1934, juntamente com Manuel de Oliveira.

Apesar da importância do ensino primário para a formação dos menores internos no Patronato Agrícola de Sergipe, o mote das práticas deste estabelecimento era o serviço de campo e o ensino profissional.

4.4. MARCENEIROS, FERREIROS E SAPATEIROS: AS OFICINAS PROFISSIONAIS DO PATRONATO

Além do ensino primário e das aulas de ginástica e escotismo, o Patronato Agrícola de Sergipe dispunha de oficinas profissionalizantes, nas quais os alunos eram distribuídos em turmas para o aprendizado de tais práticas. Há poucos relatos sobre a forma como eram conduzidas essas atividades. A maioria das informações diz respeito ao produto final, ou seja, o que era realizado pelos alunos, sem maiores detalhes a respeito da forma de execução.

Nos dois primeiros anos de funcionamento do estabelecimento, as oficinas profissionalizantes gozavam de um prestígio equivalente ao do ensino agrícola. Isto, talvez, se deva ao fato de que a maioria das atividades desempenhadas pelos alunos nessas oficinas servia para auxiliar no desenvolvimento de outras tarefas do estabelecimento, a exemplo da oficina de sapataria, que se destinava quase exclusivamente à confecção de borzeguins para o uso dos próprios internos. Dessa forma, as oficinas profissionais no Patronato estiveram sob uma linha tênue entre a formação de artífices e a de prática auxiliar, sem necessariamente finalidade profissionalizante. Um fato que reforça o segundo aspecto, o de prática auxiliar, é que o estabelecimento em nenhuma ocasião se preocupou em contratar pessoas com o objetivo específico de ensinar os ofícios aos alunos. Num primeiro momento, os mestres de oficinas foram soldados cedidos pelo Batalhão Policial da Capital e depois funcionários do estabelecimento (diaristas) que exerciam um papel de supervisores das atividades desenvolvidas pelos alunos.

Ao longo dos dois primeiros anos de funcionamento da instituição (1925-1926), funcionaram com regularidade as oficinas de ferraria, sapataria e marcenaria. A partir daqui pretendo relatar algumas das atividades desempenhadas pelos alunos nestas oficinas. Os primeiros relatos de atividades nas oficinas data do mês de junho do ano de 1925.

Nesse mês e ano, a oficina de ferraria produziu uma talhadeira para utilização na oficina de marcenaria, concertos e têmpera de enxadas, cavadores e outros instrumentos agrícolas, preparação de um veio para rebolo²⁸ a ser utilizado na própria ferraria, preparação de nove dobradiças para fixação de portas e janelas em diversas localidades do Patronato, além da preparação de um “puxa formas” para a oficina de sapataria.

Em julho de 1925 foram desenvolvidas têmperas de enxadas para o trabalho no campo, preparo de um espeto para assar carnes, preparo de uma mão de padeiro e de uma talhadeira. Todas estas atividades estiveram sob a supervisão do aluno nº 46²⁹, que era tido como o mais habilidoso para o desempenho das tarefas. Esse aluno permaneceu durante os dois anos de funcionamento da oficina como supervisor e instrutor das atividades. No mês de agosto foram realizadas têmperas de enxadas e cavadores, além da confecção de um facão em forma de sabre e concertos de ancinhos³⁰ para o desenvolvimento dos trabalhos

²⁸ Rebolo é um mó de arenito, fixado num eixo giratório, e no qual se roçam os objetos que se deseja afiar (HOLANDA, 2002).

²⁹ Em nenhum momento é dito o nome do aluno que se encarregava pela oficina de ferraria. Tal prática era comum no Patronato, inclusive registrado em seu Regulamento, a partir do momento em que o aluno era matriculado na instituição ele ficava sendo conhecido através do seu número e não do seu nome, sendo esse número correspondente gravado em todos os seus objetos pessoais.

³⁰ Ancinho é um instrumento agrícola de cabo longo, dotado de uma travessa dentada e destinado a juntar palha, folhas secas ou outros semelhantes. Nas práticas agrícolas também recebe a denominação de gadanho (HOLANDA, 2002).

agrícolas. As atividades desenvolvidas no mês de setembro foram as mesmas do mês anterior.

Em outubro há os primeiros registros de efetivo ensino de técnicas profissionais sem um fim em si mesmo. Nesse mês, além de atividades auxiliares como, por exemplo, o calçamento de enxadas para utilização no serviço agrícola, têmpera de aço para um cinzel³¹ e uma tenaz³² para uso nos próprios serviços da oficina, de duas enxós³³ e uma goiva³⁴ para uso na oficina de marcenaria, foram realizadas aulas práticas de caldeamento e solda sem que houvesse um fim específico no auxílio ao desenvolvimento de outras atividades do Patronato. A partir desse mês, estendendo-se até o mês de maio de 1926, as atividades desenvolvidas na oficina de ferraria, além de práticas auxiliares, consistiam na aprendizagem do ofício de ferreiro, ou seja, mesmo que não houvesse um serviço a ser realizado, os alunos eram colocados em contato com as tarefas atribuídas a um ferreiro. Apesar desta pequena alteração no encaminhamento das atividades dessa oficina, o direcionamento era ainda o de auxiliar nas atividades cotidianas do Patronato. Desta forma, entre outubro de 1925 e maio de 1926 os alunos desempenharam tarefas como a confecção de uma argola para filtro, de seis facas para a mesa e concerto de dois carros de mão. Neste intervalo de tempo, quem conduziu as atividades foi um diarista que prestava serviços à instituição. No mês de junho de 1926, as atividades da oficina de ferraria deixaram de ser mencionadas sob a alegação de ter sido dispensado o mestre responsável pela supervisão dos serviços.

Uma outra oficina que teve funcionamento regular entre os anos de 1925 e 1926, estendendo-se até os primeiros meses do ano de 1927, foi a de sapataria. Como a oficina de ferraria, ela respondia por trabalhos auxiliares às atividades e às necessidades cotidianas do Patronato. No entanto, uma das diferenças entre as duas, é que a oficina de sapataria contou com um funcionário destinado exclusivamente à execução de tarefas desse setor. No ano de 1925, dois soldados do Batalhão Policial foram os responsáveis pela condução das atividades e, no ano de 1926, diaristas passaram a responder por tal atividade. A oficina de sapataria, além de responder às necessidades internas do Patronato, destinava

³¹ Cinzel é um instrumento de aço, cortante em uma das extremidades e usado especialmente por escultores e gravadores (HOLANDA, 2002).

³² Tenaz é um instrumento de ferreiro ou serralheiro, parecido com uma tesoura, provido de longos cabos, e usado para tirar ou pôr peças nas forjas ou para segurar ferro em brasa e malhar na bigorna (HOLANDA, 2002).

³³ Enxó é um instrumento de cabo curto e com chapa de aço cortante, usado por carpinteiros para desbastar madeira (HOLANDA, 2002).

³⁴ Goiva é uma espécie de formão de seção côncavo-convexa, que tem o chanfro do corte no lado côncavo e corta em forma de meia-cana, usado em marcenaria, escultura, gravura em madeira, dentre outras (HOLANDA, 2002).

parte de sua produção ao Batalhão Policial da Capital. Os internos aprendiam passo a passo a confecção de borzeguins (botinas) que serviriam tanto para uso dos internos quanto para uso dos soldados do Batalhão.

Nas aulas da oficina de sapataria, os menores aprendiam o corte e costura do couro, fixação de ilhoses³⁵ com máquinas apropriadas, preparação da sola, colocações de contrafortes³⁶, enfim, eram ensinados, de forma prática, todos os passos da confecção de botinas. O que chama a atenção é a grande produtividade dessa oficina, principalmente no seu primeiro ano de funcionamento.

QUADRO 17: PRODUÇÃO DE BOTINAS ENTRE JUNHO DE 1925 E MAIO DE 1926

MÊS/ANO	PRONTOS	CORTADOS E COSTURADOS	CORTADOS
JUNHO/1925	13	16	17
JULHO/1925	45	36	42
AGOSTO/1925	144	67	28
SETEMBRO/1925	69	33	--
OUTUBRO/1925	8	16	--
ABRIL/1926	24	8	--
MAIO/1926*	--	--	--

Fonte: SERGIPE. Diário Oficial do Estado. Seção Secretaria Geral do Estado, de junho de 1925 a maio de 1926. Imprensa Oficial.

* no mês de maio de 1926 não foram mencionados os trabalhos na oficina por se encontrar doente o mestre sapateiro.

Pode-se ressaltar, a partir desse quadro, que enquanto os mestres dessa oficina foram soldados do Batalhão Policial, a produtividade manteve-se sempre em patamares bastante elevados, em virtude, talvez, de parte da produção ser destinada ao próprio Batalhão, inclusive tendo parte do material usado na produção saído desse mesmo estabelecimento. No mês de agosto de 1925, o soldado responsável pela oficina de sapataria informava que em vinte dias haviam sido confeccionados noventa e nove pares de botinas destinadas ao Batalhão Policial, correspondendo à parte do fornecimento solicitado pelo Comandante (SERGIPE, 1925).

A partir do mês de junho de 1926 não foram encontrados mais registros sobre as oficinas profissionalizantes, o que leva a crer que estas passaram por dificuldades, tanto de pessoal para gerenciá-las quanto de recursos financeiros para mantê-las funcionando. Somente no mês de abril de 1927 seriam reabertas as oficinas de sapataria e marcenaria, como informa, em relatório, o diretor Domingos Rodrigues: “Tendo em vista, não só diminuir o custeio do patronato como dar aos educandos um ofício, foram reabertas as

³⁵ Ilhoses são os orifícios por onde se passa o cadarço para amarrar os sapatos (HOLANDA, 2002).

³⁶ Contraforte é o forro de reforça a parte posterior dos calçados (HOLANDA, 2002).

oficinas de sapataria e marcenaria, deixado de fazer o mesmo com a ferraria, por não se achar aparelhada” (SERGIPE, 1927a).

Entre os meses de abril e junho de 1927, a oficina de sapataria produziu vinte pares de botinas e quarenta perneiras para uso dos internos. No mesmo relatório de atividades, o diretor Domingos Rodrigues, informa as despesas e as receitas advindas do funcionamento dessa oficina.

QUADRO 18: DESPESAS E RECEITAS DA OFICINA DE SAPATARIA ENTRE ABRIL E JUNHO DE 1927

DESPESAS	
DESCRIÇÃO	VALOR
Gasto com material	283\$000
Mestre de oficina	304\$000
Total	587\$000
RECEITAS	
20 pares de botinas à razão de 18\$000	360\$000
40 pares de perneiras à razão de 20\$000	800\$000
Total	1:160\$000

Fonte: SERGIPE. 1927a. Relatório de atividades desenvolvidas no Patronato de Menores Francisco Sá entre dezembro de 1926 e junho de 1927.

Percebe-se, a partir desses números, que a oficina de sapataria dava um lucro de 673\$000 (seiscentos e setenta e três mil réis). No entanto, este lucro não advinha necessariamente da venda do material produzido, correspondendo ao valor comercial da mercadoria produzida. Desta forma, o Governo do Estado deixava de gastar com a compra desses equipamentos no comércio, o que já correspondia a uma significativa economia com os gastos do Patronato. Contudo, os trabalhos da oficina, a despeito da economia que proporcionava ao Estado, não perduraram em virtude da falta de recursos financeiros e também em vista da precariedade das instalações, ponto que será abordado posteriormente.

A oficina profissionalizante que mais respondia às necessidades de funcionamento da instituição era a de marcenaria. Nesta oficina, os menores aprendiam a manejar plaina, serra, serrote, serra de volta, torno, cantil³⁷, formões, guilherme³⁸, broca, além de trabalho com tábuas, polimento, assoalhos, confecção de quadros, dentre outros. Ao mesmo tempo em que aprendiam a manejar os equipamentos, os alunos diferenciavam as ferramentas através de sua forma de utilização. Após o início das atividades no Patronato Agrícola de Sergipe, a oficina de marcenaria foi a que mais teve participação, no que pode ser chamado

³⁷ Cantil é um instrumento utilizado pelos carpinteiros para abrir meio-fio nas tábuas, por onde elas se ajustarão (HOLANDA, 2002).

³⁸ Guilherme é um instrumento utilizado pelos carpinteiros para fazer os filetes das portas, as juntas das tábuas, frisos de caixilhos, dentre outras (HOLANDA, 2002).

de acabamento dos prédios do estabelecimento, além da confecção de materiais necessários às atividades cotidianas.

No mês de junho de 1925, os alunos prepararam duas escadas, uma tábua para graxa e duas peças para a confecção de um armário. Além disso, foram produzidas duas tampas para filtro, um reservatório para água, uma sustentação para o reboleiro bem como um tripé para este, e, ainda, colocação de pequenas estantes e divisões dentro de um armário para que pudessem ser guardadas as ferramentas.

Em julho desse mesmo ano, foi construído um armário com vinte e cinco escaninhos para a seção de rouparia, um cofre para a Capela de São Maurício, estantes para essa capela, uma caixa ambulância para o corpo de escoteiros, um frontão para armário, três cadeiras com lastro de sola, um mastro polido e envernizado para bandeira, dois pares de cambitos para tambor, um banco com assento de couro, duas pás e uma tábua despolida para cozinha, construção de uma varanda com soalho de tábua pinho paraná com balaústre e escada, além da instalação de fechaduras e de dobradiças em dezesseis privadas.

Já no mês seguinte, as atividades seguiam de forma intensa, sendo confeccionados dois bancos de madeira envernizados com encosto e assento de madeira, cabos para diferentes ferramentas (machados, picaretas, dentre outras), camas para os menores, um porta-tinteiro, um armário para a rouparia, uma estante para missal, um depósito para papéis, um caixão para depósito e salgadeira de carne verde, dois quadros de madeira envernizada, bem como colocação de tábuas em armário com vinte e cinco escaninhos, chapas de vidros nas venezianas, além de consertos em portas.

No mês de setembro de 1925, foram executados os seguintes serviços: fabricação de três pás de cozinha, pés para as camas dos internos, uma tábua para quadro de honra, uma mesa de madeira envernizada, de duas bancas, um armário para a rouparia, um tabuleiro para a padaria, e ainda, consertos em camas, bancas e escadas, instalação de fechaduras e buchas e espontamento de cinquenta e duas estacas para cerca do parreiral. No mês subsequente, a única atividade relatada é o espontamento de duzentas estacas para uma cerca de arame farpado.

Após o registro do mês de outubro de 1925 só foram encontradas referências nos meses de abril e maio de 1926. Neste último intervalo encontrado, as atividades desenvolvidas na oficina de marcenaria foram: confecção de um confessionário para a Capela de São Maurício, uma casinhola para os termômetros do posto meteorológico, uma escada, uma prateleira para a oficina de sapataria, uma casinhola para o caminhão e uma porta para a cozinha, além de consertos em portas e carrinhos de mão, e ainda instalação de portas e janelas em diversas salas do Patronato.

Da mesma forma que ocorreu com a oficina de sapataria, a oficina de marcenaria também deixou de funcionar, somente retomando suas atividades no mês de abril do ano de 1927, dando continuidade às mesmas atividades, como confecção de portas, de lastros de camas, dentre outras atividades (SERGIPE, 1927a). Um dado a ser ressaltado é que diferente da oficina de sapataria, na de marcenaria, as despesas sobrepujam as receitas.

QUADRO 19: DESPESAS E RECEITAS DA OFICINA DE MARCENARIA ENTRE ABRIL E JUNHO DE 1927

DESPESAS	
DESCRIÇÃO	VALOR
Gasto com material	12\$000
Mestre de oficina	260\$000
Total	272\$000
RECEITAS	
2 portas à razão de 10\$000	20\$000
Conserto de 20 tambores a \$500	10\$000
58 lastros de cama a 1\$000	58\$000
Feitio de um baú	20\$000
Total	108\$000

Fonte: SERGIPE. 1927a. *Relatório de atividades desenvolvidas no Patronato de Menores Francisco Sá, entre dezembro de 1926 e junho de 1927*.

Como se percebe, o mestre de marceneiro recebia menos que o mestre de sapateiro, e o gasto com material era muito modesto, o que leva a crer que a instituição utilizava a madeira que se encontrava no entorno da instituição, não sendo necessária a aquisição comercial dessa matéria-prima. Mesmo assim, o déficit, ao menos nesse mês de funcionamento, foi de 164\$000 (cento e sessenta e quatro mil réis), fato que talvez tenha contribuído para o desinteresse do governo em manter o ensino profissionalizante no estabelecimento.

Observa-se, assim, que esse ensino, a não ser no primeiro ano de funcionamento, sempre sofreu com a falta de pessoal qualificado e mesmo com a falta de investimento do governo. Ao assumir a direção do Patronato, no ano de 1928, o diretor Bernardino Dantas fez em seu relatório de atividades um apelo aos dirigentes do Estado:

O fim deste estabelecimento é formar homens práticos e aptos para qualquer serviço, e fazer de cada menor um bom operário, e para isso é que foi criada pelo regulamento uma seção de oficinas. A não ser nos primeiros tempos, jamais funcionaram tais oficinas até esta data, devido à falta de verba para compra de material e contrato de operários. É pois necessário que o Governo se lembre de reformar estas oficinas afim de educar na escola profissional os meninos que em boa hora chamou a sua guarda. Auxiliado pelo Governo e apoiado pelo prestígio oficial, é que marcha em verdadeiro progresso o Instituto Coelho e Campos. É crente no Governo que prestigia aquele Instituto que apelo pedindo os mesmos favores para este Patronato (SERGIPE, 1928e).

Ao que tudo indica, os apelos do diretor não foram atendidos, pois, em 1930, não constam mais do quadro de atividades da instituição as oficinas profissionais. Outro fato que corrobora para esta assertiva é que em relatório de atividades do ano de 1930, o diretor do Patronato, Bernardino Dantas, informou que o pavilhão onde funcionavam as oficinas profissionais teve seu teto completamente desabado e reafirmou seu descontentamento com a falta de iniciativa dos gestores públicos no sentido de garantir aos alunos da instituição um novo horizonte, que iria contribuir sobremaneira para o desenvolvimento deles (SERGIPE, 1930a).

Além das oficinas de ferraria, sapataria e marcenaria, o Patronato Agrícola de Sergipe contava com uma seção de rouparia, responsável pela confecção, lavagem e acondicionamento das vestimentas dos menores, a saber: ternos de brim, camisas de bulgariana³⁹ e chapéus. Existia, ainda, uma seção de padaria, que em média consumia semanalmente 126 quilos de farinha que correspondendo a uma produção média de 1120 pães.

Percebe-se que as oficinas profissionalizantes no Patronato Agrícola de Sergipe, apesar de aparecerem no Regulamento da instituição como uma das possibilidades de formação dos menores, constituíram-se, na verdade, numa forma de prática acessória ao desenvolvimento das atividades diárias do Patronato. Falta de recursos financeiros para a aquisição de materiais e a deficiência na formação e na contratação dos mestres de oficinas contribuíram para a descontinuidade nos trabalhos que visavam à formação de artífices. Some-se a isso a deficiência na própria conservação dos prédios da instituição, o que levou, no ano de 1928, a decretar-se o fim das oficinas no Patronato, devido à queda do telhado do pavilhão. Com isso, houve mais espaço no quadro de atividades diárias para a ginástica, o escotismo, o ensino primário e para a principal finalidade da instituição, que era o ensino agrícola.

Desta feita, vê-se que o objetivo não era qualificar os alunos para que estes viessem a tornar-se marceneiros, ferradores ou sapateiros, e sim que eles desenvolvessem atividades para o seu próprio uso, o que diferenciava, por exemplo, a finalidade das oficinas do Patronato Agrícola de Sergipe em relação à da Escola de Aprendizizes e Artífices de Sergipe, pois enquanto no primeiro estabelecimento as oficinas voltavam-se para uma educação pelo trabalho, no segundo, as práticas das oficinas buscavam o aperfeiçoamento e a especialização dos educandos, ou seja, uma educação para o trabalho; isto demonstrado

³⁹ Bulgariana é um tecido ordinário, geralmente em padronagem de xadrez, usado em blusões e vestidos (HOLANDA, 2002).

na contratação dos próprios mestres de oficinas, que eram pessoas com qualificação para desempenhar tal atividade (PATRÌCIO, 2003).

4.5. O ENSINO AGRÍCOLA NO PATRONATO: EDUCAR PARA OU PELO TRABALHO?

Apesar da presença da ginástica, do escotismo, do ensino primário e das oficinas profissionais, o foco das atividades do Patronato estava voltado para o ensino agrícola. Contudo, até mesmo esta prática sofreu com a falta de recursos tanto financeiros quanto de pessoal para o seu desenvolvimento.

A escassez de recursos financeiros já foi mencionada no tocante ao desenvolvimento do ensino profissionalizante. Como a verba era única para as atividades do Patronato, pode-se concluir que havia também dificuldades na condução das atividades de campo. Essa escassez de recurso pode ser percebida em virtude de não haver menção ao uso de máquinas agrícolas nos serviços. Isto já deixa evidente um paradoxo com uma das finalidades quando da criação do Patronato, que era a de modernizar a agricultura do estado.

Outro fator a ser mencionado é que para tornar a agricultura mais racional, fazia-se necessário um ensino baseado em padrões técnico-científicos e, para tanto, a qualificação do professor responsável pela formação dos alunos era de suma importância. Assim, os responsáveis pelas aulas do ensino agrícola no Patronato eram os diretores do estabelecimento, os quais possuíam o título de engenheiro agrônomo. Entretanto, entre os anos de 1926-1927, 1931-1932 e 1933-1934, foram professores que conduziram a administração do Patronato e as aulas do ensino agrícola. Tal fato leva a crer que em alguns momentos, nos dez anos de funcionamento sob a administração estadual, o ensino agrícola no Patronato teve uma função somente corretiva, ou seja, não havia uma preocupação em educar para o trabalho e sim educar pelo trabalho.

No entanto, no regulamento da instituição produzido no ano de 1924, além da finalidade de regeneração social, havia o direcionamento para a preparação de uma mão-de-obra qualificada, embasada em técnicas racionais, tendo por intenção dinamizar a agricultura sergipana. Para atender a esses anseios, o regulamento do Patronato Agrícola trazia o programa a ser seguido no curso profissional agrícola do estabelecimento:

Noções elementares de agrologia
Lavras
Noções da vida vegetal.

Estudo da semente, seleção.
 Alimentação da planta, os adubos, corretivos, etc.
 Moléstias das plantas, remédios.
 Culturas da região (solo, adubo, sementes, colheita e conservação dos produtos).
 Prática de enxertia, poda, adubação, etc.
 Noções elementares de anatomia animal.
 Alimentação dos animais domésticos.
 Higiene.
 Estudo das diferentes indústrias animais da região.
 Melhoramento dos animais e sua exploração.
 Moléstias contagiosas e meios mais comuns de combatê-las.
 Ferraduras e artes veterinárias.
 Prática de sangria, preparo de rações, peso dos animais, equitação, etc.
 Noções elementares de mecânica agrícola.
 Descrição sumária dos principais materiais que entram na construção das máquinas.
 Combustíveis e lubrificantes.
 Conhecimento prático das máquinas de cultura (arados, grades, rolos, capinadeira, destorreadores, ceifadeiras, etc.)
 Noções sobre aparelhos de leiteria e fecularia, etc.
 Noções sobre os motores inanimados, locomóveis, tratores e motores diversos.
 Noções sumárias sobre os motores animados.
 Prática de lavras, capinações, montagem e desmontagem de máquinas agrícolas.
 Noções sumárias sobre os principais materiais de construção, trabalhos de pedra, argamassa e olaria.
 Construções rurais, casa de sapé e de pau-a-pique, abertura de canais, valas, etc.
 Noções sumárias sobre agrimensura.
 Contabilidade agrícola, livros que o agricultor ou criador deve ter de preferência.
 Noções sobre os diversos processos de embalagem de frutas e fatura dos recipientes.

Apesar de o regulamento prever a execução do programa ao longo dos três anos em que os menores permaneciam internos, a execução dos trabalhos agrícolas, como demonstrarei a seguir, não correspondia na íntegra ao exposto. Os primeiros registros de práticas agrícolas no Patronato datam do mês de junho do ano de 1925, sob a administração do engenheiro agrônomo Juvenal Marques Canário. As atividades desenvolvidas nesse mês foram: aulas práticas no campo com emprego de utensílios agrícolas em preparação de leiras para o plantio de hortaliças; sistemas de semeaduras; demonstração prática de preparação de terreno para receber sementes; aulas teóricas de conhecimento de solo e subsolo e plantio de trezentas covas de aipim.

No mês de julho desse mesmo ano, foram realizadas: preparação de leiras para plantio de aipins; escolha de sementes; limpeza do pátio e do galinheiro; colheita de batata inglesa e feijão verde; limpeza, roçagem e destocamento no terreno do Patronato. Em agosto,

as atividades foram: movimento de terra para organização de um jardim na parte lateral do edifício do patronato; abertura de buracos para colocação de cercas; aulas práticas de jardinagem e horticultura.

Já no mês de setembro de 1925, as práticas desenvolvidas foram as seguintes: aulas práticas de horticultura; plantio de aipins e batatas, limpa do pátio da escola; preparação de sementes e aulas práticas de jardinagem. No mês subsequente, novamente, os alunos tiveram aulas práticas de horticultura e jardinagem, além de realizarem a abertura de buracos para a construção de uma cerca de arame.

Entre os meses de novembro de 1925 e março de 1926 não foi encontrado nenhum registro acerca do desenvolvimento das aulas do ensino agrícola. Isso, porém, não significa dizer que elas tivessem ocorrido, pois não há referências de interrupções no desenvolvimento de tais práticas. Em abril de 1926, as atividades mais frequentes ainda continuaram sendo as aulas práticas de jardinagem e horticultura bem como a limpa do pátio do Patronato e as plantações de aipim e feijão. Contudo, nesse mês há o registro da debulha de milho para o fabrico de farelo. No mês seguinte, além das atividades rotineiras, os alunos realizaram o plantio de hortaliças. A partir desse momento, assumiu a direção do Patronato um professor, e dessa data até o ano de 1927, quando assumiu a direção Domingos Rodrigues, não há alusão às práticas agrícolas na instituição.

No ano de 1927, durante a gestão de Domingos Rodrigues, o único registro encontrado informa que foram realizados, no ensino agrícola, aulas práticas de humos, sílica, argila, calcário, solo, subsolo, horticultura e jardinagem. Os alunos realizaram, também, o cultivo de 12 tarefas de terra com milho, feijão, mandioca e diversas qualidades de hortaliças (SERGIPE, 1927a) .

A maior quantidade de registros encontrados deu-se durante a gestão do engenheiro agrônomo Bernardino Dantas, entre os anos de 1928 e 1930. No primeiro registro feito por Bernardino Dantas sobre os trabalhos agrícolas, ele explicita as dificuldades em se desenvolver tais atividades devido ao problema disciplinar encontrado no Patronato; mesmo assim, atesta ter conseguido plantar oito tarefas de milho associado ao feijão. Contudo, informa que não espera grande sucesso com essa plantação, pois houve uma infestação de lagartas que inutilizou parte dela. Além destes problemas, o diretor atesta que

A horta situada em um grotão impróprio, está cheia de hortaliças, as mais necessárias a alimentação. É meu desejo dar no próximo ano, desenvolvimento maior aos trabalhos de campo, com o intuito de fazer grandes economias.

Nos estabelecimentos que tenho percorrido, há trabalhos porque os diretores estão em condições de resolver por si só, todas as necessidades.

Tal não se verifica neste Patronato onde a quantidade de máquinas agrícolas é insuficiente (SERGIPE, 1928e).

O diretor também faz críticas ao local impróprio em que foi instalada a Estação de Monta do Estado, pois, segundo ele, as terras ao redor do Patronato são de melhor qualidade para a criação de animais. Informa, ainda, que tinha a intenção de montar no Patronato uma criação de animais de raça pura, argumentando que esse estabelecimento só possuía uma vaca leiteira que não produzia leite suficiente nem para alimentar os menores ali internos. Diante disso, propõe ao governo a compra de mais vacas leiteiras, com o intuito de ensinar aos alunos o fabrico de manteiga e queijo, que responderia a um duplo aspecto, um prático-industrial e outro econômico (SERGIPE, 1928e). Todavia, até o ano de 1934, não são encontradas referências da implantação de tal atividade.

Ainda durante o ano de 1928, entre os meses de março e julho, Bernardino Dantas atesta que os alunos tiveram aulas teóricas de agricultura geral versando sobre os seguintes pontos: aquisição da propriedade agrícola, observando quais fatores devem ser levados em consideração; estudo do ar, do solo e sua utilização; papel da água no solo e sua circulação; classificação das terras e sua utilidade, além do problema do “dry-farming”⁴⁰. No final do mês de julho, o diretor informa que, superando as expectativas, devido ao mau inverno, a produção de feijão foi de 4 terças e meia (260 litros). Esta produção equivaleu a uma renda de 256\$000 (duzentos e cinquenta e seis mil réis), que, obedecendo à determinação do regulamento do Patronato, em seu artigo 26, deveria ser distribuído da seguinte forma: 50% como renda do Patronato (128\$000); 30% como pecúlio dos menores (76\$800); 15% para o fundo Patrimonial (38\$400) e 5% como salário dos educandos e a eles entregue (12\$000) (SERGIPE, 1928i).

No mês de agosto de 1928, Bernardino Dantas, a fim de demarcar as áreas de culturas do Patronato Agrícola de Sergipe, solicitou ao Secretário Geral do Estado a destinação de uma área de 100 hectares pertencente ao ex-Centro Agrícola Epitácio Pessoa, pelo fato de este somente destinar-se a culturas em pequena escala (SERGIPE, 1928j). Essa solicitação foi atendida através de um ato publicado pelo governo ainda no ano de 1928. Entretanto, os problemas com as terras reservadas ao Patronato não seriam resolvidos por tal decreto, pois no ano de 1929 a Empresa Matadouro Modelo solicitou do Estado a delimitação das terras pertencentes ao Patronato. O Secretário Geral encaminhou a solicitação ao diretor do estabelecimento, que fez a seguinte demarcação:

⁴⁰ *Dry-farming* é um processo de agricultura típico de regiões de chuvas escassas (HOLANDA, 2002).

Tendo em vista que ao Patronato deverá ser reservada uma área de 100 hectares, proponho que os nossos limites sejam pelo nascente, com o Engenho Matosa, pelo poente por uma tangente à curva da rodovia Aracaju-São Cristóvão, passando pela cerca divisória da antiga capineira do Centro Agrícola até os terrenos de Pedro Ribeiro no Cananga; ao sul com as terras de Pedro Ribeiro e ao norte com uma cerca de arame farpado que parte da estrada Aracaju-São Cristóvão, terminando no engenho Matosa. Contando esta área de 200 tarefas, as restantes (130) deverão ser ocupadas pelos terrenos cercados do lote 3 e pelos campos de cultura situados no lote 2 (SERGIPE 1929g).

Apesar de o estado desde o ano de 1928 já ter destinado uma área de 100 hectares para o Patronato, esta ainda não havia sido demarcada e, diante dessa proposta do diretor, o sócio da empresa Matadouro Modelo, Milton Prado, recusou a delimitação exposta, afirmando que sua empresa ficaria com pouca área para capineira. Diante da contenda envolvendo o Patronato e a empresa Matadouro Modelo, o Presidente do Estado acatou a proposta de Bernardino Dantas, delimitando de forma oficial a área pertencente ao Patronato.

Não obstante os problemas em relação à delimitação da área do Patronato, as práticas agrícolas ocorreram com normalidade durante todo o ano de 1929. No mês de maio desse ano, o diretor distinguiu a seção de horticultura do serviço de campo. Na primeira informava que havia ocorrido aula prática de horticultura; preparo de terra para novas culturas de hortaliças, confecção de canteiros e sementeiras; colheita de 78 quilos de verduras diversas que foram utilizadas na alimentação dos menores; preparo de terra e plantio de inhame, batata doce, aipim, milho, feijão, ervilha, sorgo, pimentão e tomate. Com relação ao serviço de campo foram realizados: aulas práticas sobre as culturas de milho, feijão e cana-de-açúcar; abertura de drenos para escoamento de águas pluviais e extinção de águas estagnadas; extinção de formigueiros na horta e nos campos de cultivos; capina do terreno fronteiro ao prédio central do estabelecimento, onde estavam plantadas algumas dezenas de eucaliptos; roçagem em foice das terras que circundavam o Patronato; limpeza dos pátios externos do estabelecimento e plantios nestes de leguminosas e gramíneas (SERGIPE, 1929h).

No mês de junho, a descrição de atividades referentes ao ensino agrícola apareceu somente com a nomenclatura de Horticultura. Com referência a esta seção foram efetuadas: aulas práticas sobre enxerto e poda; explicação do calendário hortícola do mês de junho; preparo de um hectare de terra e plantio de feijão (*phaseolus vulgaris*) nele; capinas dos campos cultivados com batata doce (*convolvulus batata*), inhame (*dioscorea*

batata) e aipins (*manihot dulcíssima*); desbaste⁴¹ e amontoa⁴² nas plantações de milho, feijão e ervilha; preparo de canteiros para a sementeira e transplante de hortaliças; colheita de 134 quilos de verduras que foram utilizadas no consumo do próprio estabelecimento; combate à saúva e às pragas do tomate e da abóbora; transplantação de plantas ornamentais advindas do Horto Botânico; abertura de covas e plantio de 400 estacas de amoreira (*morus nigra*) em virtude do desejo de iniciar uma criação de bicho-da-seda; visita ao posto meteorológico do Quissamã com alunos da 3ª série e preleção sobre os aparelhos da Estação e suas finalidades; excursão com a finalidade de demonstrar o plantio de algodão na Estação Experimental Miguel Calmon pertencente ao Departamento do Algodão (SERGIPE, 1929i).

Em julho de 1929, Bernardino Dantas informou que foram executadas, no tocante aos trabalhos agrícolas, as seguintes atividades: explicação do calendário hortícola do mês de julho; aula prática sobre adubação, atentando para a sua importância na agricultura e a época para executar tal tarefa; explicação sobre estrumes e estrumeiras; capina de um hectare de terra plantado com feijão e aipim; preparo de uma tarefa de terra para plantio de cana-de-açúcar; colheita de 15 mãos de milho consumidos no próprio estabelecimento; colheita de 75 quilos de verduras diversas, também consumidas no próprio estabelecimento; preparo de leirões para sementeira de café; abertura de covas e plantio de árvores frutíferas; capina da areia no pátio externo, no qual se encontravam plantadas 70 laranjeiras; colheita de ervilha, seu beneficiamento e conservação; combate a diversas pragas, principalmente à saúva e a pragas do tomate e da abóbora (SERGIPE, 1929j).

No mês de agosto do ano de 1929, os trabalhos desenvolvidos no ensino agrícola foram: explicação do calendário hortícola do mês de agosto; estudo das plantas hortícolas na alimentação, seu preparo, desinfecção, higiene e o perigo das infecções; aula prática sobre a cultura da cana-de-açúcar; preparo de um hectare de terra e plantio de cana-de-açúcar; preparo de sementeiras de hortaliças diversas; preparo de leiras e transplante de várias hortaliças; capina dos pátios externos do Patronato e do campo de amoreiras; plantio de ervilha, sorgo, pepino, feijão, tomate, dentre outras; colheita de 123 quilos de batata doce, 20 mãos de milho, 12 abóboras e 15 quilos de verduras variadas, todas aproveitadas no consumo dos menores internos; combate à saúva e aos demais inimigos das hortas e saneamento geral dos campos de culturas com aberturas de valas (SERGIPE, 1929l).

⁴¹ Desbaste é uma operação agrícola que consiste em arrancar, após a semeadura mecânica, as plantas em excesso, deixando nas distâncias convenientes as que devem permanecer (HOLANDA, 2002).

⁴² Amontoa é uma operação que consiste em chegar a terra para o pé das plantas, ou por serem elas suscetíveis à formação de raízes ou tubérculos adventícios, ou para melhor firmá-las ao solo (HOLANDA, 2002).

Com relação ao mês de setembro de 1929, os registros informam que foram realizadas: explicação do calendário hortícola do mês de setembro; a importância da água na horticultura, qualidade da água e sua distribuição; drenagem das hortas, tipos de drenagem e seus efeitos; aula prática sobre seleção de milho; preparo de canteiros e transplante de 400 pés de repolho; preparo de terras para sementeiras de diversas hortaliças; capina das áreas plantadas de ervilha, soja e pepino; capina da área plantada de amoreiras; capina de uma tarefa plantada de cana-de-açúcar; colheita de 477 quilos de batata doce, 2 alqueires de milho, 25 abóboras e 90 quilos de feijão, devidamente estocados e colocados à disposição para o consumo interno. Além disso, foi executado o combate à saúva e às demais pragas e outros serviços de saneamento geral, como, por exemplo, a abertura de valas (SERGIPE, 1929m).

Em outubro, além da apresentação e explicação do calendário hortícola para esse mês, foram executadas: aulas práticas sobre seleção de gramíneas e leguminosas; preparo de canteiros para sementeiras e transplante de hortaliças; capinas dos pátios externos do prédio, onde se encontravam plantadas frutíferas e amoreiras; capina do terreno plantado com cana-de-açúcar e quiabo; colheita de 101 quilos de verduras diversas, 19 abóboras e 350 quilos de batata doce; colheita e beneficiamento de 44 mãos de milho para fubá; transplante de diversas árvores, além do combate à saúva e demais pragas da lavoura (SERGIPE, 1929n).

Durante o mês de novembro de 1929, além da explicação do calendário hortícola e do combate às pragas da lavoura, foram desenvolvidas as seguintes atividades: preparo de canteiros para plantio de hortaliças; capina de três tarefas e meia de terras plantadas de cana-de-açúcar; colheita e beneficiamento de 40 mãos de milho, 116 quilos de verduras de diversas qualidades, 10 abóboras, 80 inhames e 1224 bananas, além da roçagem do campo que circundava o Patronato (SERGIPE, 1929o).

Como é possível perceber, comparando o ano de 1929 com os anteriores, a produção e as práticas agrícolas no Patronato ganharam dinamicidade e variedade de atividades, mesclando-se o conhecimento científico à aplicação prática. Desta forma, o estabelecimento conseguiu variar suas culturas, chegando a ter auto-suficiência em alguns produtos a exemplo das hortaliças, alguns tubérculos, feijão, dentre outros.

Na gestão de Bernardino ocorreu uma divisão no encaminhamento das aulas do ensino agrícola, descrita da seguinte forma:

A parte prática consiste em plantio de cana-de-açúcar, milho, aipim, feijão, mandioca, verduras, etc., e a parte experimental consiste no

cultivo de trigo, sorgo, juta, feitos em pequenos alfobres⁴³, como meio de aclimação. A parte teórico-prática consistiu em reconhecimento dos diferentes tipos de solo, sistema de lavoura, seleção de sementes, sua preparação, semeaduras, amanhos, colheitas (SERGIPE, 1930a).

Quanto ao estado das culturas, o diretor informa que a área cultivada era de 40837m², sendo ela toda trabalhada com enxadas tendo em vista o estabelecimento não possuir animais de tração e muito menos máquinas agrícolas (SERGIPE, 1930a). Um dado importante é que nessa época o Patronato serviu como um estabelecimento experimental para a sericultura; por isso se cultivava a amoreira, já que suas folhas servem como alimento para o bicho-da-seda.

Iniciei neste estabelecimento a cultura do bicho-da-seda, tirando algum proveito prático e experimental das minhas observações, porém as sementes que me foram remetidas o ano passado, aqui chegaram já eclodidas, devido ao atraso do correio, prejudicando assim todo o trabalho que almejavam. No entanto, não desanimei, fiz plantar em uma área adrede preparada cerca de 400 pés de amoreira, para no corrente ano alimentar os sirgos, visto ter requisitado da Estação Sericícola de Barbacena, 20 onças de óvulos para incubação no presente ano (SERGIPE, 1930a).

Além da sericultura, o diretor Bernardino Dantas efetuou a criação de um pomar no estabelecimento. E assim, no ano de 1930 havia no Patronato: laranjeiras, mangueiras, sapotizeiros, jaqueiras, dentre outras. Com relação às laranjeiras, destacavam-se as seguintes variedades: seleta, rosa, bahia, pêra, lima e Grapefruit-Triumpho, todas advindas da Estação de Pomicultura de Deodoro (SERGIPE, 1930a).

O último registro de atividades relativas ao ensino agrícola no Patronato é do mês de novembro de 1930, um mês antes da saída de Bernardino Dantas da direção. Nesse mês, além da explicação do calendário hortícola e do combate às pragas das lavouras, foram executadas: roçagem dos terrenos que circundavam o Patronato; capina de 2 tarefas de cana-de-açúcar; preparo de canteiros para sementeira de hortaliças; colheita de 22 abóboras, 650 bananas, 500 canas, sendo tudo consumido no próprio estabelecimento; capina de valetas desde o Patronato até a Fazenda Mucury e revestimento da areia dos trechos mais danificados na estrada de rodagem Aracaju-São Cristóvão⁴⁴ (SERGIPE, 1930e).

Entre 1931 e 1934, o Patronato teve quatro administradores diferentes, o que, talvez, tenha comprometido o andamento das atividades. Outro fator a ser considerado é

⁴³ Alfobres são viveiros de plantas (HOLANDA, 2002).

⁴⁴ As execuções destas duas últimas tarefas eram de responsabilidade do Patronato, pois este, segundo ordem do Presidente do Estado, deveria manter a Estrada de Rodagem Aracaju-São Cristóvão em bom estado de conservação.

que o projeto dos Patronatos Agrícolas, que havia sido iniciado no ano de 1918, passava por um momento de contestação, pois, segundo os administradores públicos, essas instituições não haviam conseguido atingir o objetivo de formação de mão-de-obra qualificada para o trabalho agrícola, enfatizando-se apenas o seu aspecto regenerativo. Este mesmo problema pode ser percebido no Patronato Agrícola de Sergipe, haja vista que desde sua inauguração a falta de recursos, tanto materiais quanto de pessoal comprometia a qualidade de suas atividades. A sucessão de gestores também ocasionava descontinuidades dos trabalhos.

Portanto, o Patronato Agrícola de Sergipe, assim como os seus congêneres geridos pelo governo federal, não respondia aos seus objetivos, caracterizando-se na maior parte desses dez anos de funcionamento (1924-1934) como uma instituição de caráter meramente regenerador, ou seja, o trabalho agrícola não era um fim a ser buscado e sim um instrumento da educação corretiva.

4.6. SOLENIDADES, VISITAS E FESTAS NO PATRONATO

Fazia parte do cotidiano e das práticas educativas do Patronato Agrícola de Sergipe a participação em festividades dentro e fora do estabelecimento, a recepção a visitantes e as solenidades de cunho religioso e pedagógico.

O estudo desses outros instrumentos pedagógicos é de suma importância, apesar da historiografia ter secundarizado o elemento lúdico por muito tempo. No entanto, os estudos alicerçados na História Cultural Francesa fizeram ressurgir a importância da análise desses elementos para uma melhor compreensão do objeto que se está estudando. Segundo Cristina Ferreira de Melo, o estudo dos rituais festivos é importante, pois estes “apresentam uma vasta quantidade de sentidos e significados que podem oferecer maior inteligibilidade às ações humanas” (MELO, 2004: 15).

Antes do próprio ato inaugural, o Patronato de Sergipe costumava receber visitas de pessoas ilustres, como já relatado em capítulos anteriores. Nessas ocasiões, os menores recebiam os visitantes ao som de hinos patrióticos e de demonstrações de exercícios militares e de ginástica sueca. Esta maneira de recepcionar os visitantes servia para passar a imagem de que naquele estabelecimento cultivava-se o civismo, através do entoar dos hinos, e a disciplina, através dos exercícios ginásticos e das evoluções militares.

Um desses momentos ocorreu quando da visita ao estabelecimento, no dia 15 de março de 1925, ainda antes da inauguração oficial, do Presidente do Estado, Maurício

Graccho Cardoso, dos acadêmicos Mario Fontes e José Noronha, além de Nello Selmi-Dei e do 1º Tenente Severino Gonçalves, ajudante de ordens da presidência (SERGIPE, 1925x). Outro evento dessa natureza ocorreu durante a visita do Juiz Federal Paulo Fontes, acompanhado de sua esposa e filhos, Romero Estelita e Hunald Cardoso (SERGIPE, 1925h).

Após a inauguração, o Patronato de Sergipe contou com a visita de D. Bento Lopes⁴⁵, que ressaltou a ordem e disciplina existentes no estabelecimento, assim como a grandiosidade da obra humanitária materializada em “pedra e cal” pelo Presidente do Estado. Outro visitante, o jornalista Henrique Cancio, deixou expressa no Livro de Visitas da instituição a amplitude da obra quanto ao futuro dos menores ali internos, preparando-os “para a vida civil, a vida de honra, de trabalho, de responsabilidade” (SERGIPE, 1925z), além de elogios quanto à iniciativa de Graccho Cardoso.

No final do ano de 1925, precisamente no dia 29 de dezembro, o Diário Oficial do Estado noticiou mais uma visita ao Patronato, desta vez do Dr. Amazonas Duarte⁴⁶ acompanhado do secretário de gabinete do Presidente do Estado, ocasião em que novamente o ritual se repetia, com os menores formados, cantando hinos patrióticos.

As visitas também funcionavam como uma forma de o Presidente Graccho Cardoso mostrar as suas realizações como administrador público, refletindo, assim, seu espírito empreendedor e preocupado com as questões sócio-econômicas. Um exemplo disso foi a visita de Marcel Boilloux Lafont, presidente do *Credit Foncier du Bresil*, que esteve no Patronato em 8 de janeiro de 1926, acompanhado de seus colegas de viagem, a convite de Graccho Cardoso. O Diário Oficial do Estado anunciou que durante a visita os menores em formação militar receberam os visitantes ao som de canções patrióticas (SERGIPE, 1926i).

Após a saída do Presidente Graccho Cardoso, as visitas ao Patronato Agrícola de Sergipe foram cada vez mais raras. A maioria delas somente ocorreu quando da realização dos exames dos menores. E, mesmo assim, apenas ia ao estabelecimento a pessoa destacada pelo Diretor de Instrução Pública para acompanhar os exames. Outras visitas

⁴⁵ D. Bento Lopes foi um abade beneditino que esteve em visita apostólica a Sergipe no ano de 1925, na função de delegado de Sua Santidade, o papa Pio XI. Em suas andanças por Sergipe, esteve acompanhado do Bispo de Aracaju, D. José Thomaz, e de um auxiliar de nome D. Amaro.

⁴⁶ Cleóbulo Amazonas Duarte nasceu em Aracaju, no dia 2 de fevereiro de 1898, filho do Major Antonio Pedro Duarte e de Dona Irinéia Amazonas Duarte. Estudou no Atheneu Sergipense e em 1921 formou-se no Rio de Janeiro na Faculdade de Direito. Fixou-se em Santos, onde lecionou História da Economia na Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos, Direito Penal na Faculdade Católica de Direito e História da Economia na Faculdade de Comunicação, foi Promotor do Estado e Consultor Jurídico da Capitania dos Portos do Estado de São Paulo. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santos e da Academia Santista de Letras (1971). Ao longo de sua vida recebeu vários títulos: mérito de Tamandaré, mérito Cultural Rui Barbosa, medalha de amigo da Marinha, medalha cultural Imperatriz Leopoldina, medalha do Patriarca e medalha Príncipe Albert, concedida pelo Principado de Mônaco. Faleceu em 12 de fevereiro de 1979, com 81 anos (VIVA SANTOS, 2006).

sucederam-se durante a década de 1930, por parte do Juiz de Menores, com o intuito de verificar o funcionamento da instituição.

Além das visitas, era comum os menores participarem de solenidades religiosas e pedagógicas dentro do estabelecimento. Quanto às solenidades de cunho pedagógico, estas geralmente estavam atreladas a datas comemorativas ou mesmo às atividades cívicas. No dia 27 de agosto de 1928, durante comemoração do centenário da paz celebrada entre os vizinhos do Rio da Prata:

Orou a respeito da data o diretor do estabelecimento, tecendo um hino à paz e fazendo ver aos seus discípulos que só os frutos da paz são perpétuos. Em seguida foram entoados hinos e canções patrióticos, terminando com um viva uníssono e espontâneo da mocidade deste Patronato ao Brasil e aos países sul-americanos (SERGIPE, 1928m).

Outra solenidade de caráter pedagógico, com o intuito de incutir nos menores valores e padrões cívicos, além do sentido identitário de pertencimento à nação brasileira, ocorreu no dia 21 de abril de 1929, em comemoração à Inconfidência Mineira. Nessa ocasião o professor Orbílio Lima “em patriótica alocução disse aos menores em um linguajar fácil e ao alcance de todos o que foi a Inconfidência Mineira cujo epílogo foi o sacrifício do protomártir da nossa Independência” (SERGIPE, 1929q).

Ainda fazia parte do calendário comemorativo do Patronato Agrícola de Sergipe o dia da criança e o dia da árvore. Em 12 de outubro de 1929, durante realização dos festejos alusivos ao Dia da Criança, o professor Acrísio Curvêllo de Mendonça “produziu uma ligeira palestra, versando sobre a educação da criança e o destino que lhes está reservado para formação do Brasil futuro” (SERGIPE, 1929r). Atos como este inferem uma tentativa de valorizar os menores internos de modo a elevar sua auto-estima.

A comemoração do Dia da Criança foi instituída nacionalmente por meio do decreto federal nº 4.867, de 5 de novembro de 1924 (VEIGA e GOUVEA, 2000). A escola passava a ser o ambiente adequado para cultivar-se esse dia, pretendendo dar identidade às crianças. Para Cynthia Greive Veiga e Maria Cristina Soares Gouvêa, a institucionalização do dia das crianças tinha o significado de

Desfazer-se do passado e inventar, através de ações destinadas ao cultivo da infância no presente, o cidadão do futuro, educado física, intelectual e moralmente, sem vícios e nem superstições passadas – para isso a criança foi monumentalizada (VEIGA e GOUVEA, 2000: 138).

O Patronato de Sergipe, ao comemorar o Dia da Criança um ano após a sua instituição oficial, demonstra que estava em sintonia com os debates travados

nacionalmente a respeito do direcionamento especial que deveria ser dado à educação dos menores.

Algumas festas e solenidades mereciam destaque por parte dos jornais locais. Um exemplo disso foi a comemoração pela passagem do Dia da Árvore no Patronato, sendo registrada pelo jornal Correio de Aracaju, do dia 23 de setembro de 1929, da seguinte forma:

Presente todo corpo discente, os funcionários e demais pessoas convidadas, o Dr. Bernardino Dantas, zeloso diretor do estabelecimento, deu início à solenidade, produzindo breve alocução sobre o ato, fazendo, em seguida, o plantio de um pé de Eucalipto no pátio externo do edifício central da repartição.

Logo após vários alunos recitaram versos alusivos à festa, traduzindo, assim, o amor e o culto que merecem esses seres vivos do reino vegetal. Depois de entoados os hinos da árvore, de Sergipe e nacional, foi encerrada a solenidade daquele dia, que é a aurora da Primavera e a festa da natureza (CORREIO DE ARACAJU, 1929: 04).

Além das solenidades de caráter pedagógico, havia aquelas de cunho religioso, especificamente as cerimônias que envolviam a fé cristã. A primeira manifestação deu-se no ato inaugural, em que o Bispo de Aracaju, Dom José Thomaz, celebrou missa de ação de graças antes da fala inaugural do Presidente Graccho Cardoso (SERGIPE, 1925n). Nesse mesmo evento o poder da Igreja Católica era demonstrado simbolicamente, pois entre aqueles que se sentaram à mesa com o Presidente do Estado estava o próprio Dom José Thomaz.

Outra oportunidade em que os internos tomaram parte de solenidades religiosas foi antes da participação deles em festividade relativa à Revolução Francesa, comemorada nas ruas de Aracaju, no dia 14 de julho de 1925. Antes de desfilarem pelas ruas da cidade, as crianças assistiram à missa celebrada pelo padre da Igreja de São Salvador, Alberto Bragança, na Capela do Batalhão Policial, que recebia o nome de Capela São Maurício. Na realização desse ato estavam presentes: o Presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso, acompanhado de seus auxiliares, o prefeito da capital, os membros do Conselho de Assistência Privada do Patronato, o representante do General Marçal de Faria, a oficialidade da Polícia e inúmeras pessoas, dentre as quais algumas senhoras. Ao término da missa, ocorreu a benção da bandeira que servia ao batalhão de menores do Patronato, tendo como madrinha neste ato a esposa do presidente do Estado, Joelina Cardoso, que foi representada por Jocelyn Menezes (SERGIPE, 1925u).

Ainda era freqüente a comemoração pela passagem do dia de São Maurício, sendo realizada no dia 22 de setembro de 1925 uma missa na Capela que levava o nome do santo, situada no próprio Patronato:

No Patronato Agrícola São Maurício, os meninos, em número superior a sessenta, aproximaram-se da mesa eucarística, missa que lá celebrou o revmo. Padre Bragança de Azevedo, com acompanhamento de piedosos cânticos dos menores, assistidos do corpo docente daquele estabelecimento humanitário (SERGIPE, 1925w).

Outra data comemorada com a realização de uma solenidade religiosa era a Páscoa. Em uma comemoração desse tipo, em abril de 1926, o Diário Oficial do Estado de Sergipe noticiou a realização do evento que contou com a celebração de uma missa por parte do Padre Bragança de Azevedo, professor interino do Atheneu Pedro II, que recebeu esta incumbência do Frei franciscano Cornélio Neiss, vigário de São Cristóvão, que não pode comparecer à solenidade. O Diário Oficial fez menção à solenidade conduzida pelo Padre Bragança:

Ao evangelho, o referido sacerdote desenvolveu o tema escrito - *Desiderio desideravi hoc paschoa vobiscum manducare* – perorando a sua oração teológica com oportunos comentários ao célebre dito do tebanos Crates, filósofo sectário da seita de Antisthenes, o célebre discípulo de Diógenes, que uma vez assim aconselhou a uma criança solitária e amante dos solilóquios: *Cave, puer, rogo, et delingenter attende, nec um homine malo loquaris*⁴⁷ (SERGIPE, 1926j).

A essa solenidade, participaram 70 menores, que prestaram a comunhão e outros que não puderam comungar em virtude de serem “incipientes nos conhecimentos das regras cristãs” (SERGIPE, 1926j). Esteve presente, também, o corpo diretivo do Patronato. A participação dos menores internos e funcionários em solenidades religiosas demonstra como a fé cristã, acompanhada de seus valores e ritos, estava presente no cotidiano da instituição.

Além da recepção às visitas e da participação em solenidades religiosas e pedagógicas, os menores do Patronato participavam de algumas festividades, tanto na capital quanto dentro do próprio estabelecimento. A primeira festividade da qual os menores fizeram parte foi o ato inaugural do estabelecimento. Entretanto, a participação em festividades não se resumia ao espaço escolar. As crianças participavam de eventos na capital do estado, sempre tentando passar uma noção de disciplina e asseio. Com este

⁴⁷ Peço, criança, fica atento e toma cuidado para que não tenha relações com nenhum homem desonesto (tradução livre)

direcionamento é que alunos e professores participaram de desfile alusivo às comemorações pela passagem do 14 de julho na cidade de Aracaju (SERGIPE, 1925u).

Os meninos do Patronato, ainda durante o primeiro ano de funcionamento desse estabelecimento, participaram das festividades alusivas ao dia 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, desfilando pelas ruas da cidade de Aracaju, estando mais uma vez vestidos de escoteiros e acompanhados pela banda de música do Batalhão Policial (SERGIPE, 1925v).

A participação dos menores nesses eventos guarda uma estreita relação com o observado por Carla Chamon, ao analisar os festejos no Estado de Minas Gerais, no século XIX. A autora diz que as festas cívicas tinham por função alegrar e divertir a população, além de educá-la propiciando também a criação de laços entre o povo e o governo (CHAMON, 2002).

Além da participação em ventos do calendário cívico, os menores faziam-se presentes quando das homenagens a políticos e pessoas ilustres que regressavam ao Estado após viagem. Um exemplo disso foi a recepção ao Presidente Graccho Cardoso, ao regressar da viagem à Capital da República. Nessa ocasião os menores, juntamente com o diretor do Patronato, Juvenal Canário, prestaram homenagens ao presidente, de forma ordenada, na Ponte do Imperador (SERGIPE, 1925y).

As recepções às autoridades que visitavam o Patronato de Sergipe, a participação das crianças em solenidades religiosas e pedagógicas, e em festividades dentro e fora da instituição serviam, também, como práticas educativas, que visavam à formação de valores morais e disciplinares nas crianças e, também, principalmente nas apresentações públicas, à formação de uma determinada representação⁴⁸ sobre a obra edificada pelo Presidente Graccho Cardoso.

⁴⁸ O conceito de representação aqui expresso é tomado de Roger Chartier, como referenciado anteriormente. Cf. CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 11.

CAPÍTULO V: DE PATRONATO A APRENDIZADO: O FIM DO PROJETO DE UMA ÉPOCA

Os Patronatos Agrícolas surgiram, como já relatado, com um duplo direcionamento: regenerar a infância desvalida e divulgar as modernas técnicas agrícolas. O primeiro intuito visava a incutir nos menores, hábitos e costumes que lhes possibilitassem seguir as regras instituídas socialmente, isto é, servia para não deixar que os menores viessem a tornar-se um problema maior no futuro; era uma “profilaxia social”. O segundo encaminhamento vislumbra passar aos menores o gosto pela vida no campo, a importância do trabalho agrícola e, também, passar-lhes um conhecimento técnico-agrícola de modo a propiciar o desenvolvimento agropecuário da região onde eles viessem a atuar profissionalmente.

Todavia, os Patronatos Agrícolas, incluindo-se o sergipano, enfatizaram muito mais o aspecto corretivo, regenerador do que o caráter técnico-científico voltado para a modernização agropecuária. Esse peso na regeneração fez os Patronatos Agrícolas passarem a ser questionados como instituições de caráter profissionalizante. Isto se agravou mais a partir do momento da conclusão dos trabalhos de uma comissão especial, chamada de Serviço de Remodelagem do Ensino Profissional Técnico, na década de 1930 (NASCIMENTO, 2004). Nesse momento, os Patronatos, que estavam ligados à Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, foram desvinculados desta diretoria quando ela foi transferida para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Os Patronatos continuaram ligados ao Ministério da Agricultura, sendo direcionados para a repartição responsável pelo ensino agrícola:

À Diretoria-Geral de Agricultura do Ministério foram subordinadas as seguintes diretorias técnicas, conforme texto do Decreto nº 22.380, de 20/1/1933: Ensino Agrônomo, Fomento e Defesa Agrícola, Sindicalismo-Cooperativista, Fruticultura e Plantas Têxteis. Subordinados à Diretoria do Ensino Agrônomo estavam: a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, localizada no Estado do Rio de Janeiro; os Aprendizados e os Patronatos Agrícolas, situados em várias unidades da federação, e o Ensino Agrícola Subvencionado (OLIVEIRA, 2003: 42-43).

A dificuldade em responder aos anseios de formação técnico-agrícola fez a situação dos Patronatos Agrícolas, ligados à Diretoria do Ensino Agrônomo, começar a ficar insustentável, visto que estes estabelecimentos prestavam, segundo as autoridades, o mesmo papel que era prestado pelas Casas de Correção, os Asilos dos Menores, dentre outras instituições que se preocupavam somente, ou tinham por mote, a regeneração dos menores, preparando-os para o convívio em sociedade. Em entrevista publicada no Diário

Oficial do Estado de Sergipe do dia 1º de outubro de 1933, o diretor do Ensino Agrícola, Álvaro Simões Lopes, versa sobre as reformas e as modificações projetadas para o desenvolvimento do ensino agrônômico e a mudança no encaminhamento dado aos Patronatos Agrícolas espalhados pelos diversos estados da federação:

Nessa reforma cuidei de dois pontos capitais, a meu ver, desvirtuados, na antiga organização, que são o ensino agrícola eficiente e a conseqüente necessidade de matricular menores filhos de agricultores pobres, provenientes das zonas rurais do país ou ainda, como exceção, menores indigentes, mesmo das cidades, que demonstrassem forte desejo ou pendor pela vida rural (SERGIPE, 1933b).

Desse modo, o diretor do Ensino Agrícola mostrava-se contra a atual funcionalidade do Patronato, que respondia quase como uma entidade acessória no sentido de promover uma “higienização urbana”, visto que sua maior clientela era de menores advindos dos grandes centros urbanos, que não guardavam qualquer vínculo com as questões do meio rural. Álvaro Lopes apontava como solução que as autoridades públicas prestassem assistência à infância desvalida encontrada nas cidades, encaminhando-a para instituições de assistência ao menor mantidas pelo Ministério da Justiça, ou mesmo pelo Ministério da Educação, devendo ser dirigidas por pessoal idôneo e capaz.

O diretor do Ensino Agrônômico ressaltava que o maior problema da inserção no meio agrícola de menores advindos das cidades era que estes, por falta de afinidade, traziam inúmeros problemas disciplinares para a instituição, ocasionando incontáveis transtornos para seus administradores:

No geral, o menino chega ao Patronato, no interior, demonstrando profunda aversão às lidas agrícolas e, não raros, são aqueles que, no mesmo dia procuram evadir-se, prejudicando enormemente a disciplina e a administração do estabelecimento que, responsável, como é, tem que prestar conta às autoridades competentes ou às pessoas que pelos mesmos se interessam. Sou, pois, pela criação de grande número de patronatos, nos Estados, nas proximidades das capitais e das grandes cidades, com cursos especializados, de artes e ofícios, para que o governo possa prestar assistência a essa classe de menores infensos à lavoura, e, que, infelizmente, constituem a maioria (SERGIPE, 1933b).

O problema das fugas era algo muito freqüente também no Patronato Agrícola de Sergipe, conforme já abordado anteriormente. Uma das causas das fugas pode ser, como afirma Álvaro Lopes, o da inadaptabilidade dos menores às fainas agrícolas atrelada ao rigoroso código disciplinar aplicado nesse estabelecimento. Somente entre os anos de 1925 e 1929 foram encontrados relatos de vinte e duas fugas de menores, sendo todos recapturados pelas autoridades policiais (SERGIPE, 1925-1929).

No caso do Patronato Agrícola de Sergipe, os problemas advindos com a sua clientela eram ainda mais presentes, visto que o Estado não dispunha de uma instituição adequada para o recebimento de menores que houvessem praticado algum delito; isto os fez no início ser ali internados. Contudo, na gestão de Bernardino Dantas, empecilhos foram estabelecidos no sentido de evitar a internação de menores delinqüentes, sendo a maioria deles enviada pelo Juiz de Menores.

No ano de 1928, após assumir a direção do Patronato de Sergipe, Bernardino Dantas indeferiu a matrícula do menor João Gomes da Silva, que havia sido preso em flagrante por tentativa de assassinato. O menor teve sua internação requerida pelo Juiz de Menores, Olímpio Mendonça; contudo, utilizando-se do Regulamento da instituição, o diretor do Patronato indeferiu a internação.

Ao receber o despacho do diretor, o Juiz de Menores fez a seguinte observação:

A princípio contava este juiz com a matrícula de alunos na Escola de Aprendizes Marinheiros e com a facilidade de internação dos menores no Patronato São Maurício, facilidade esta que foi justamente estabelecida por não ter o Governo do Estado dado cumprimento ao disposto na Lei nº 855 de 1923, que manda construir estabelecimentos apropriados para a internação dos menores abandonados e delinqüentes. Ultimamente, porém, reduziram 40 alunos da Escola de Aprendizes Marinheiros e os menores remetidos ao Patronato São Maurício, hoje Francisco Sá, estão sendo devolvidos a este juiz, como no caso do menor João Gomes da Silva (SERGIPE, 1928l).

O problema da falta de uma instituição apropriada para o recebimento de menores delinqüentes foi notícia no Jornal da Manhã do dia 3 de maio de 1930, no qual se chamava a atenção para o fato de que dois menores haviam sido acusados de envenenamento, e o Juiz de Menores teve de deixá-los presos na Chefatura de Polícia pelo fato de o Estado não dispor de um estabelecimento apropriado para abrigá-los (JORNAL DA MANHÃ, 1930). Tais fatos permitem inferir-se que a partir do ano de 1928 a internação de menores infratores no Patronato Agrícola de Sergipe deixou de ser uma prática comum. Contudo, a despeito dessa alteração nas internações, o Patronato de Sergipe não tinha mudado seu direcionamento, sendo, ainda, uma instituição voltada para regenerar os menores que por ela passavam.

Para o diretor do Ensino Agrônômico, o erro não estava somente na clientela atendida pelos Patronatos, mas também em sua dupla funcionalidade; isto é, o problema estava no nascedouro dessas instituições, pois se era para simplesmente regenerar os menores, não seria, portanto, preciso equipar os Patronatos com equipamentos agrícolas e dispor de pessoal qualificado para trabalhar nesses estabelecimentos. Com a finalidade de

resolver este entrave, segundo Álvaro Simões Lopes, era intenção do Ministério da Agricultura

Transformar os seus Patronatos em Aprendizados Agrícolas, localizando-os e especializando o curso de acordo com a exploração predominante do respectivo Estado, ministrando, assim, um ensino agrícola eficiente e utilitário. Do novo programa, fará parte também a ampliação do curso técnico profissional – dotando as oficinas do aparelhamento indispensável ao preparo de operários rurais (SERGIPE, 1928b).

Dessa forma, o diretor do Ensino Agrícola visava a solucionar o problema da formação dos menores, visto que a maioria dos egressos dos Patronatos Agrícolas buscavam vagas no Ministério da Guerra e da Marinha, demonstrando que não saíam qualificados para atuar na área agrícola e muito menos tinham capacidade para dar continuidade aos estudos nessa direção (TÁVORA, 1934).

Outro problema que deveria ser resolvido com a substituição dos Patronatos pelos Aprendizados era o da distribuição destes pelos diversos estados da federação. Havia uma grande concentração de Patronatos em alguns estados, enquanto outros que careciam desse tipo de ensino não tinham qualquer estabelecimento. O Estado de Minas Gerais, por exemplo, possuía 7 estabelecimentos, enquanto o Rio de Janeiro não possuía nenhum. A partir da publicação do decreto nº 23.979, de 8 de março de 1934, estavam criados os Aprendizados Agrícolas Federais, que tinham por finalidade proporcionar formação profissional ao trabalhador rural e ao operário agrícola (BRASIL, 1934a).

Quando da criação dos Aprendizados Agrícolas, apenas dois Patronatos continuaram a existir, passando à administração do Serviço de Assistência a Menores, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os seguintes: “os Patronatos Agrícolas Wenceslau Braz e Arthur Bernardes, situados em Caxambu e Viçosa, cidades de Minas Gerais” (OLIVEIRA, 2003: 44). Outros, como o José Bonifácio, situado na cidade de Jaboticabal, no Estado de São Paulo, foi transformado em Aprendizado e transferido para o governo do estado de São Paulo.

Com isso, o Ministério da Agricultura tentou dar uma maior equidade à distribuição dos estabelecimentos pelo país, passando a manter dez aprendizados agrícolas, que foram distribuídos da seguinte forma: Acre, Pará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (TÁVORA, 1934).

Sobrepunha-se, assim, no Ministério da Agricultura a idéia de que os aprendizados agrícolas pautar-se-iam em uma educação que visasse à formação técnica dos trabalhadores agrícolas; em suma, seriam instituições “destinadas a formar uma nova racionalidade produtiva, respaldada pela ciência agrícola” (NASCIMENTO, 2004: 94).

Como pôde ser visto, os motivos que levaram ao padecimento da rede de Patronatos Agrícolas vinculam-se quase exclusivamente à deturpação de suas finalidades. Contudo, observando o caso do Patronato Agrícola de Sergipe, percebe-se que há algumas nuances locais que contribuíram para que o estabelecimento não correspondesse aos seus objetivos, principalmente o de formação de mão-de-obra agrícola.

O Patronato Agrícola sergipano desde sua origem sofreu com a baixa alocação de recursos para o seu funcionamento. Era comum em ofícios os diretores solicitarem mais dinheiro para a aquisição de material e para consertos em diversas dependências da instituição. No ano de 1927, o diretor Domingos Rodrigues reclamava das dificuldades para administrar-se o Patronato, dentre as quais ele citava o reduzido quadro funcional e a falta de verbas (SERGIPE, 1927a). Em 1930, o diretor Bernardino Dantas afirmava que o dinheiro disponível para as despesas era vexatório, motivo pelo qual não se podia “acompanhar o progresso dos estabelecimentos congêneres do Ministério da Agricultura” (SERGIPE, 1930d).

Aliado ao problema da falta de recursos existia o da própria estrutura do Patronato, pois este necessitava da Usina do Quissamã para que tivesse normalmente seu fornecimento de água e energia, e, não raramente, a Usina apresentava problemas, como o expresso na comunicação enviada pelo diretor ao Secretário Geral do Estado:

Comunico a V. Ex. para os devidos fins que o Dínamo Alternador da Usina do Quissamã, está queimado e por este motivo estamos há 08 dias privados de luz e água e a boa marcha do estabelecimento sofrendo essas conseqüências, porque fui obrigado a suspender todos os serviços afim de empregar os menores no transporte d'água para abastecer o estabelecimento e fazer a higiene do mesmo (SERGIPE, 1929p).

Desse modo, as aulas do Patronato eram suspensas para que os menores pudessem ajudar de maneira precária na manutenção do funcionamento da instituição. Além desse transtorno, outros contribuíam para o mau funcionamento da instituição. Em contenda havida entre o Secretário Geral do Estado e o Juiz de Menores, ficam explicitados alguns desses entraves. Após relatório divulgado pelo Juiz de Menores, Olímpio Mendonça, o Secretário Geral do Estado respondeu que todos os problemas apontados pelo magistrado resultavam da má administração que havia passado por aquele estabelecimento e não por falta de recursos financeiros (SERGIPE JORNAL, 1932). Dizia o Secretário que o Patronato dispunha de leitos confortáveis, absoluto asseio, vestuários modestos, mas decentes; que as aulas do ensino primário e prático de agricultura eram ministradas diariamente e que as oficinas de alfaiataria e sapataria encontravam-se em pleno funcionamento.

Em réplica, com o intuito de provar as constatações que havia feito sobre o funcionamento do Patronato, o Juiz de Menores afirmou:

Para isso não quero apontar o estado de completa ruína em que se acha presentemente o pavilhão destinado às oficinas de ferreiro e marcenaria, já sem teto e com paredes caídas; o estado de imundície e de destroços dos banheiros e das latrinas; a falta geral de consertos e cuidados que estão a reclamar todas as construções do Patronato, não quero dizer que a sua lotação que é para 200 alunos está reduzida a 70; que a instrução ministrada é francamente nula; basta que eu diga a V. Ex. em pequenos detalhes, porque como se diz, pelo dedo se conhece o gigante, que os três relógios do estabelecimento se acham completamente parados por falta de pequenos concertos; que o telefone para esta capital não funciona há seis meses e que o Patronato não dispõe do menor meio de transporte (SERGIPE JORNAL, 1932: 01).

O Secretário Geral do Estado em sua resposta fez crer que o governo não tinha recursos suficientes para manter a instituição, fato que o levou a solicitar ajuda da União para subvencionar o Patronato. Todavia, outros fatores contribuíram para que o governo do Estado deixasse de prestar o apoio necessário para a manutenção do Patronato. Um deles é que já se fazia presente o debate sobre a inoperância dos Patronatos e o possível redirecionamento do Governo Federal no trato a essas instituições. Outra dificuldade é que o Interventor do Estado de Sergipe, Augusto Maynard, havia direcionado seus recursos para a criação do “Jardim de Infância” na capital, o que ocorreu através do decreto nº 98, de 27 de fevereiro de 1932 (LEAL, 2004). Tal direcionamento recebeu críticas por parte de Clodomir Silva, o qual afirmou que o Interventor havia liberado um aditivo para a conclusão das obras do Jardim de Infância enquanto o Patronato encontrava-se sucateado (SILVA, 1932b).

O professor Clodomir Silva asseverava ainda que o Interventor destinava todos os seus esforços para a criação de uma escola luxuosa, que somente serviria aos ricos, enquanto o Patronato, que deveria servir aos pobres, encontrava-se em estado de abandono por parte do poder público. Atestava, ainda, que o Patronato deveria ser incentivado, tendo à sua frente pessoas capazes de ensinar e educar os menores. Terminando sua exposição, ressaltou a fala do Juiz de Menores:

O apelo do Juiz de Menores ficou, assim remetido para quando a União entender de ajudar o custeio de um estabelecimento estadual, num Estado que levanta escola para ricos, escola de antecipação, enquanto as escolas para pobres restam no descuido e as escolas primárias, insuficientes ainda, mal providas outras, aguardam um alento que as reanime (SILVA, 1932: 01).

Percebe-se, com isso, que o Patronato Agrícola de Sergipe já não correspondia aos anseios dos administradores públicos, pois nenhum esforço era feito no sentido de resolver os problemas da instituição. Este descaso pode ser refletido na constante mudança de diretores, somente no ano de 1932, nesta ordem: Manuel de Oliveira, Urbano de Oliveira Lima Neto, Heitor Airlie Tavares e Aristóteles de Oliveira Barreto.

No entanto, vale frisar que desde sua inauguração no ano de 1924, o Patronato de Sergipe já enfrentava problemas de funcionamento. Eram constantes as queixas do Presidente Graccho Cardoso sobre a falta de apoio da União, no sentido de subvencionar a instituição. Ao que parece, após a administração de Graccho, o problema na alocação de recursos para o Patronato somente teve um certo equilíbrio entre os anos de 1928 e 1930, quando era Presidente do Estado Manoel Correa Dantas. Isto demonstra que nos seus dez anos de funcionamento o Patronato conviveu com problemas financeiros e estruturais.

Havia, também, no Patronato de Sergipe um aproveitamento do patrimônio público com fins privados. Um caso emblemático foi o uso das pastagens do estabelecimento para alimentar o gado pertencente a algumas autoridades públicas, sem que estas pagassem o aluguel da pastagem. Outro caso foi a apropriação de uma caderneta do Banco Estadual de Sergipe que pertencia aos menores do Patronato, por parte de um dos membros do Conselho Administrativo, Afonso Fonseca (SERGIPE, 1928m). Com relação a este fato o diretor, Bernardino Dantas, solicitou ao Secretário Geral do Estado que fossem tomadas todas as medidas legais no sentido de essa caderneta ser devolvida ao Patronato. Todavia, não foram encontradas evidências de que o dinheiro tenha sido devolvido.

Ao assumir o Governo do Estado como Interventor Federal, Augusto Maynard nomeou uma comissão composta pelo professor Francisco Graça Leite, como Presidente, Acrísio Curvello de Mendonça, como secretário e como técnico de escritura o primeiro escrivão da Recebedoria Estadual, João Rocha. Esta comissão foi formada para proceder à sindicância no Centro Agrícola Eptácio Pessoa e no Patronato Agrícola de Sergipe, talvez, devido aos problemas de aproveitamento do patrimônio público por particulares e, ainda, devido aos desvios financeiros, a exemplo do relatado anteriormente.

Tais problemas devem ter contribuído para que, quando da proposta do Governo Federal em transformar o Patronato em um Aprendizado Agrícola, não houvesse qualquer empecilho por parte das autoridades estaduais e, também, nenhuma manifestação contrária por parte da intelectualidade sergipana.

Desse modo, após dez anos de funcionamento sob a administração do governo estadual, o Patronato foi federalizado, passando à denominação de Aprendizado Agrícola de Sergipe, por meio do decreto nº 23722, de 9 de janeiro de 1934; contudo, só foi

entregue ao governo federal no dia 6 de abril desse mesmo ano (BARRETO, 1957). O primeiro diretor do Aprendizado foi Aristóteles de Oliveira Barreto (SERGIPE, 1934a) até a chegada do engenheiro agrônomo José Augusto Lima, que assumiu a direção no dia 6 de junho de 1934 (SERGIPE, 1934b).

O Patronato que vinha agonizando e, como relatado, até a sua efetiva federalização, sofreu com a falta de recursos financeiros e de pessoal qualificado. O próprio diretor, Aristóteles de Oliveira Barreto, já estava convicto de que sairia da gerência da instituição assim que esta passasse para o governo Federal, por não dispor de qualificação adequada (CRUZ, 2006). A lavadeira, Marita Santos da Cruz, que viveu o processo de transformação de Patronato para Aprendizado, ressaltou que após a federalização e com a chegada do novo diretor, a instituição passou a melhorar, inclusive com a aquisição de materiais:

Depois que foi melhorando quando passou pra federal aí teve tudo, tava muito fracassado. Depois que passou pra federal aí melhorou de situação veio tudo, coisas novas, cama nova, coisas direito né, foi quando veio esse diretor, Dr. Lima e assumiu dez anos (CRUZ, 2006).

Chegava, assim, o final do projeto de uma época, da criação e difusão de uma rede que serviria para regenerar a infância desvalida e para formar a mão-de-obra agrícola, os Patronatos Agrícolas, que em Sergipe teve como seu idealizador o Presidente, Maurício Graccho Cardoso e o seu santo protetor “São Maurício”.

EPÍLOGO

Nas entrelinhas desta pesquisa, apesar de não ter sido foco de análise, percebe-se que o surgimento da rede de Patronatos Agrícolas foi mais um dos instrumentos utilizados pelo estado para dar assistência à infância desvalida, propiciando a esta uma inserção social através do aprendizado de práticas agrícolas, além de formações complementares como a de marceneiro, carpinteiro e ferreiro.

Os Patronatos representavam, também, o amadurecimento de um modelo de assistência à infância que veio se materializando desde meados do século XIX em contraponto às instituições caritativas que tinham sua vinculação com a Igreja Católica, a exemplo das Casas de Expostos e dos Asilos Infantis, que tinham uma ênfase na proteção à infância desamparada.

As instituições caritativas não deixaram de existir, mas perderam espaço para aquelas que, ao lado da proteção, visualizavam a formação profissional dos menores, tornando-os “úteis” à sociedade. Outra alteração foi que as entidades caritativas estavam ligadas à iniciativa particular, enquanto as entidades profissionalizantes, em sua maioria, a exemplo dos Patronatos, estavam sob os auspícios do governo, quer seja ele estadual ou federal.

Deve ser compreendido, ainda, que os Patronatos fizeram parte de um conjunto de iniciativas que se estenderam do século XIX até as primeiras décadas do século XX, quando se tentava resolver dois problemas de uma só vez: o dos menores desvalidos e o da preparação de mão-de-obra para auxiliar no desenvolvimento agropecuário nacional.

Com relação ao atendimento aos menores, juristas, professores, médicos, intelectuais e administradores públicos debatiam a respeito de quais iniciativas deveriam ser tomadas para atender a essa clientela. No tocante ao desenvolvimento agrícola, gestores públicos e os membros da Sociedade Nacional de Agricultura discutiam as medidas a serem tomadas para dinamizar a economia brasileira. Os pensamentos dos dois grupos convergiam, pois o primeiro percebia no campo um ambiente adequado para regenerar a infância desfigurada pelas agruras da vida, enquanto o segundo grupo encontrava nos menores uma maneira de formar os trabalhadores do amanhã, ou seja, aqueles que iriam aprender as modernas técnicas agrícolas para servirem de “locomotiva” ao desenvolvimento agrícola nacional.

A implantação do Patronato Agrícola de Sergipe deu-se imbuído de dois ideais: o da regeneração dos menores desvalidos e o de formação de mão-de-obra agrícola. A iniciativa coube ao Presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso, que ao longo de sua

carreira pública, quer fosse no poder executivo ou no legislativo, tinha demonstrado uma forte relação com o melhoramento na área da agropecuária. À frente do executivo sergipano, foi idealizador de várias obras que impulsionaram a economia agrária estadual, a exemplo do Departamento do Algodão, da Estação de Monta e das reformas empreendidas no Centro Agrícola Epitácio Pessoa.

Uma das obras empreendidas por Graccho Cardoso foi o Patronato Agrícola São Maurício, que viria responder aos anseios modernizantes do presidente. A criação do Patronato demandou muito tempo, já que Graccho Cardoso ficou conhecido, inclusive, como um grande executor de obras, fato que ocasionou uma grande dívida para o Estado de Sergipe. No discurso de inauguração do Patronato, Graccho enfatizou a necessidade da criação do estabelecimento para a resolução dos problemas dos menores e do impulso ao desenvolvimento agrícola estadual.

O Patronato de Sergipe, ao contrário da maioria das instituições criadas em nível nacional, não era subvencionado pela União e sim pelo Governo Estadual. No entanto, eram freqüentes as queixas do Presidente do Estado quanto à falta de subvenção federal para o bom funcionamento do empreendimento. Esse foi um dos elementos que contribuíram para as dificuldades financeiras pelas quais passou o estabelecimento, principalmente a partir da década de 1930, quando o modelo dos Patronatos Agrícolas passou a ser contestado pela sua ineficácia.

Mesmo sendo uma instituição construída para esconder os menores desvalidos, já que os queria o mais distante possível dos centros urbanos para que não “poluíssem” as ruas com seus corpos débeis e sujos, o Patronato Agrícola de Sergipe, assim como a maioria dos empreendimentos construídos por Graccho, levou a sua marca, tendo sido colocada em seu fronte, no alto, a águia, símbolo das obras desse presidente. O estabelecimento contava com abastecimento de água e luz, além da presença constante de seus funcionários e a regularidade das visitas de médicos e cirurgiões-dentistas; tudo isso para que não fosse necessária a saída dos menores daquele ambiente. A única possibilidade de saída era por meio de liberação do diretor ou por motivo de doença grave ou que trouxesse risco de contágio entre os internos. Uma das doenças que acometiam a todos que viviam no Patronato era o impaludismo, ou malária, como é conhecido atualmente.

A rotina de atividades do Patronato servia para disciplinar, moralizar e higienizar os corpos dos menores. Era uma forma de civilizá-los, passando-lhes bons hábitos que serviriam para que eles pudessem viver em sociedade. Horários fixos para o desenvolvimento das atividades serviam, também, para dar responsabilidade aos menores. Havia a hora de acordar, de estudar, de comer e de dormir. Somado ao controle do tempo,

havia o do uso dos espaços, estando os dois entrelaçados, pois enquanto um grupo de menores participava, por exemplo, de práticas agrícolas, outro grupo participava das aulas do ensino primário, vindo os dois a se encontrarem nos momentos destinados ao recreio. O controle do tempo e do espaço no Patronato tinha, dessa forma, um caráter pedagógico, formativo, respondendo aos anseios disciplinadores e moralizantes apregoados pela instituição.

Faziam parte do ambiente do Patronato vários personagens: professores, mestres de oficinas, almoxarife-escriturário, guardas-vigilantes, inspetor, diretor, além dos diaristas. Havia, também, nos primeiros anos do estabelecimento a presença dos colonos alemães que haviam sido assentados na área por Graccho Cardoso, e ainda os funcionários do Centro Agrícola Epitácio Pessoa e os presos correccionais que trabalhavam nas terras desse estabelecimento.

Muitas foram as mudanças no corpo funcional da instituição, algumas das quais estavam ligadas a contendas envolvendo os funcionários e o diretor da instituição. Todavia, a maioria das alterações ocorreu devido à mudança de diretor, e assim cada administrador formava o seu quadro funcional. A grande rotatividade nos cargos talvez tenha sido outro fator que contribuiu para que o Patronato não desse as respostas esperadas. Um dos cargos em que houve maior número de mudanças foi o de inspetor de alunos, o que permite concluir-se a dificuldade em encontrar um profissional capacitado para exercer essa função, visto que esse seria, dentre os funcionários, aquele que trabalharia mais próximo aos menores.

Com relação aos diretores, foram também grandes as alterações ao longo dos dez anos: nove foram aqueles que assumiram o posto máximo da instituição, dos quais quatro eram engenheiros agrônomos, sendo que nas gestões de Juvenal Canário e Bernardino Dantas a manifestação do poder foi mais presente. Isto se explica pelo fato de que foram as duas gestões mais duradouras. Tanto Juvenal Canário quanto Bernardino Dantas marcaram suas gestões por desavenças com funcionários e desligamentos de menores que traziam problemas ao convívio da instituição. No caso de Bernardino Dantas, este poder chegou ao ponto de negar a internação de um menor requerida pelo Juiz de Menores da capital. Os dois gozavam, também, da possibilidade de estarem presentes a eventos com autoridades locais.

Alguns professores também assumiram, por curta passagem, o cargo de diretor, a saber: Leôncio José dos Santos e Manuel de Oliveira. Este último foi um dos únicos integrantes do quadro de funcionários do Patronato que resistiram ao processo de federalização.

Alguns funcionários e alunos resistiam à aplicação do código disciplinar da instituição e ao poder emanado dos diretores. Quanto aos alunos, a forma de manifestação de sua insatisfação eram as fugas que até o ano de 1929 são relatadas com certa frequência pelos diretores. Ao fugir, os alunos roubavam alguns materiais pertencentes à instituição. O menor que reincidisse nas fugas era considerado uma ameaça ao convívio da instituição e, na maioria das vezes, era desligado do estabelecimento. Com relação aos funcionários, a maioria dos problemas gerados por eles estava em seguir o disposto no regulamento da instituição, quanto a avisar ao diretor das saídas da instituição. Em caso de reincidência, os funcionários recebiam seu salário descontado. Há relatos, também, de casos de insubordinação, isto é, de desrespeito às ordens de serviço expedidas pelo diretor. Neste caso, o funcionário chegava a ser afastado da função, sendo pedido ao Secretário Geral, superintendente da instituição, sua substituição.

A manifestação do poder sustentado por uma cadeia hierárquica foi uma das marcas do cotidiano do Patronato: do Secretário Geral em relação ao diretor, deste em relação a alunos e funcionários, destes últimos em relação aos alunos e mesmo entre os alunos, com os que eram designados para serem monitores de turma.

Contudo, o que de mais emblemático ocorreu no Patronato foram as suas práticas educativas sistematizadas, tais quais: as oficinas profissionalizantes, o ensino primário, as aulas de educação física e escotismo e o serviço de campo. Além destas atividades, os internos eram acompanhados no tocante ao seu desenvolvimento físico, ou seja, ganho de peso. Esta era mais uma das medidas respaldadas pelo pensamento médico-higienista adotado no estabelecimento. Outra medida era a não-aceitação de menores que tivessem alguma doença infecto-contagiosa ou deficiência física que os impedisse de desenvolver as atividades requeridas pela instituição.

No tocante às práticas que faziam parte do currículo do Patronato, chama a atenção o entrelaçamento entre a Educação Física e o Escotismo. Este último buscava passar para os alunos o respeito à ordem, à hierarquia; enfim, era uma atividade ancorada em padrões militares a qual tinha um forte direcionamento disciplinar. A sua junção com a Educação Física era possível, pois esta também se caracterizava pela disciplina, pelo ordenamento e pela modelação dos corpos, que eram passados através dos movimentos da ginástica sueca. Dito isto, tanto a Educação Física quanto o Escotismo buscavam formar corpos fortes, robustos, disciplinados e moralizados.

Uma outra atividade curricular eram as aulas de ensino primário que buscavam alfabetizar os menores, que em sua maioria chegavam analfabetos à instituição. Contudo, além das aulas de Português e Aritmética, faziam parte da grade curricular a Geografia e a

História. As aulas de Português estavam em sintonia com o que se debatia em nível nacional pelos intelectuais renovadores. Em virtude disso fazia parte do programa da disciplina o aprendizado da caligrafia vertical, a ênfase no ditado e na interpretação de texto. As aulas de Aritmética, que no início seguiam o mesmo programa das escolas da capital, tiveram um redirecionamento, passando a enfatizar elementos que tivessem uma aplicação prática no campo. A Geografia e a História debruçavam-se sobre aspectos locais e nacionais com o intuito de criar uma identidade no aluno de pertencimento à nação; ou seja, ambas, através de seus conteúdos, buscavam valorizar o país, seus grandes nomes, inculcando nos menores valores morais e cívicos.

As oficinas profissionais, que funcionavam como um instrumento de formação auxiliar na instituição, não tiveram regularidade em sua oferta, visto que muitos foram os problemas em relação à contratação de mestres capazes de ensinar aos menores os ofícios e também por sucessivas dificuldades com a estrutura dos prédios, que tiveram, por duas vezes, seus telhados derrubados por desgaste do madeiramento utilizado. Nos primeiros anos as oficinas que conseguiram funcionar foram a de marcenaria, ferraria e sapataria. Elas não tinham um perfil de formação do trabalhador e sim de resolução dos problemas mais prementes da instituição, ou seja, as oficinas guardaram um caráter meramente utilitário. A oficina de sapataria, por exemplo, limitou-se a produzir sapatos para o Batalhão Policial e para os menores; a oficina de ferraria consertava os equipamentos que quebravam devido ao uso no serviço de campo, e a oficina de marcenaria dedicava-se à resolução de diversos problemas para o bom desenvolvimento das atividades da instituição.

No entanto, o mote do Patronato foram as práticas agrícolas. Elas, apesar das dificuldades, tiveram funcionamento regular. Contudo, a produtividade da instituição caracterizou-se pela sua ineficácia, sendo raras as vezes em que a instituição produziu excedente, oportunizando a venda do produto e o conseqüente incremento orçamentário para ela. Apesar de o regulamento do Patronato prever uma auto-sustentabilidade, o que se notou ao longo dos anos foi o fato de ele manter-se através dos subsídios financeiros do governo do estado. Todavia, muitas foram as tentativas de dinamizar os serviços agrícolas daquela repartição através, por exemplo, da rotatividade de culturas, da compra de equipamentos; a implementação de novas culturas, como a tentativa de inserção do bicho da seda e, ainda, a de iniciar a criação de gado leiteiro.

Além das práticas curriculares, os menores do Patronato participavam de festas, solenidades e recebiam visitas no estabelecimento. Com relação às visitas, estas serviam para demonstrar as condições de asseio e higiene do estabelecimento, como também, os avanços disciplinares dos internos. As solenidades serviam para passar aos menores

valores éticos, cívicos e morais. No tocante às festas, estas tinham como objetivo, quando fora do estabelecimento, mostrar à sociedade o desenvolvimento dos menores ao tempo em que criavam uma identidade destes para com a sociedade na qual estavam inseridos.

Conforme se pôde ver, ao longo do texto, o Patronato Agrícola de Sergipe, apesar de proclamar que a formação profissional e a regeneração social caminhavam lado a lado, ressaltou justamente o segundo aspecto, a regeneração, pois a maioria das atividades e práticas da instituição pautavam-se em uma forte carga moralizadora, cívica, disciplinadora e higienizante, e mesmo as práticas profissionais (oficinas profissionais e serviços de campo) assumiam esse caráter regenerativo social.

Os ideais de regeneração não foram exclusividade dos Patronatos Agrícolas. Antes deles as *Escolas de Aprendizes de Marinheiros* já buscavam tal finalidade e mesmo durante a década de 1920, a regeneração, via processo educativo, foi a tônica dos discursos, pois se partia do pressuposto de que somente a instrução do povo propiciaria a conquista da cidadania, ou seja, o conhecimento como sinônimo da vitória e do progresso, que culminaria com a transformação do país em uma nação civilizada.

Nessa mesma época, os membros da Associação Brasileira de Educação (ABE), em seus discursos, enfatizavam que a educação moral e a disciplina para o trabalho eram pressupostos indispensáveis para alcançar a civilização. Portanto, a educação pretendida pelo Patronato de Sergipe estava em consonância com os discursos educacionais vinculados à ABE e, também, às políticas de assistência aos menores desvalidos.

A ênfase nos padrões regenerativos, não só do Patronato sergipano como também de todos os Patronatos Agrícolas, foi um dos pontos que levou à derrocada ao sistema, pois ele deixou de responder aos anseios sociais. O que se queria não era uma instituição que se destinasse somente a civilizar menores problemáticos, mas também uma instituição que proporcionasse uma formação agrícola elementar para os seus discentes. Na tentativa de suplantar o modelo dos Patronatos foram, então, criados os Aprendizados Agrícolas.

Nesse transcurso, o Patronato Agrícola de Sergipe foi federalizado e transformado em Aprendizado, buscando apagar a memória do que havia sido; no entanto os ecos dos menores do Patronato permaneceram; e não há como desconsiderar a importância dessa instituição na educação de muitos órfãos e desvalidos entre os anos vinte e trinta dos novecentos. Em abril de 1934, o Patronato de Sergipe deixou de existir.

Referencial Bibliográfico

ALMEIDA, Maria da Glória Santana. Estrutura de produção: a crise de alimentos na Província de Sergipe (1855-1860). In.: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 27 , Aracaju, 1978, p. 15-39.

ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE IMPRENSA. **ASI: 60 anos**. Aracaju: ASI, 1994.

AZEVEDO, Alberto Bragança de. **Forenses**. Aracaju: Ed. Casa Ávila, 1933.

AZEVEDO, Camerino Bragança de. **Doutor Bragança, esse varão laranjeirense**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Nos Majestosos Templos de Sabedoria: a implantação dos Grupos Escolares em Aracaju**. Sergipe, 2003. Monografia (Graduação em História), Depto. de História da Universidade Federal de Sergipe.

AZEVEDO, Fernando. **A Educação na Encruzilhada**. 2ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1960.

BARRETO, Luiz Antonio. **Graccho Cardoso: vida e política**. Aracaju: Instituto Tancredo Neves, 2003.

BARRETO, Luiz Antonio. O centenário de Urbano Neto, publicado em 18/10/2005 em www.infonet.com.br, acessado em 29 de outubro de 2005.

BETTI, Mauro. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva. 1998.

BRIAND, Jean-Pierre e CHAPOLIE, Jean-Michel. A instituição escolar e a escolarização: uma visão de conjunto. In.: **Revista Educação & Sociedade** n. 47. Campinas: Papirus, 1994, p. 05-53.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In.: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. São Paulo: Autêntica, 2003, p. 225-252.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes Pedagógicos. In: CATANI, Denice Bárbara e SOUSA, Cynthia Pereira de. **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998, p. 31-40.

_____. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 – 1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. v. 02. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1983.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta** 2.^a ed. Campinas: Papirus, 1988.

CHAMON, Carla Simone. **Festejos imperiais**: festa cívica em Minas Gerais. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

CUNHA, Marcus Vinicius da. A Escola contra a Família. In.: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. São Paulo: Autêntica, 2003, p. 447-468.

DE VARAZZE, Jacopo. **Legenda áurea**. Vida de santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**: uma história dos costumes v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA Filho, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. **República, Trabalho e educação**: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 28ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Microfísica do Poder**. 20 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FRAGO, Antonio Viñao e ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUARANÁ, Manuel Armindo Cordeiro. **Dicionário Bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & Cia, 1925.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004a.

_____. Filhos da sombra: os “engeitados” como problema da “Hygiene” no Brasil. In.: FARIA Filho, Luciano Mendes (org.). **A infância e sua educação** – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004b, p. 125-142.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio século XXI**. Cd-room, 2002.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930 – 1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

KUHLMANN Jr., Moysés e FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância.: In: FARIA Filho, Luciano Mendes (org.). **A infância e sua educação** – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-34.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. in.: Revista Brasileira de História da Educação: Autores Associados, 2001, p. 09-43.

LANDIM, Leilah. **Para além do Mercado e do Estado?** Filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa – ISER, 1993.

LEAL, Rita de Cássia Dias. **O primeiro jardim de infância de Sergipe**: contribuição ao estudo da educação infantil (1932-1942). São Cristóvão: NPGED/UFS, 2004 (Mestrado em Educação).

LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: **Enciclopédia Einaudi** Vol 1. Memória-História. Lisboa, Imprensa Nacional. Casa da Moeda. 1984, p. 95 – 106.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

_____. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses nos noventa. In: **Caderno CEDES** v. 23 nº 59. Campinas: Unicamp, 2003.

MARQUES, Sandra Machado Lunardi. **Escola Profissional Masculina da Capital (São Paulo)**: um Estudo sobre o “sloyd” educacional (1911 – 1934). São Paulo: PUC-SP, 2003 (Doutorado em Educação).

MELO, Cristiana Ferreira de. **Festa na escola**: as formaturas da Escola Normal como espaço da memória e da História da Educação (1912-1945). São Cristóvão. Monografia (licenciatura em História). DHI/UFS, 2004.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo Brasileiro (1888 – 1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. “A balança, a régua e o arado: sistemas de ensino e ‘habitus’ de classe na Primeira República”. **Cadernos do ICHF**. Nº 48, novembro. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. 1992.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho**: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873-1934). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MORENO, Andréa. “O Rio de Janeiro e o corpo do homem Fluminense: o ‘não-lugar’ da Ginástica Sueca”. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, nº 01, v. 25, Campinas, 2003, p. 55-68.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. **Pequenos Aprendizes**: assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003 (mestrado em História).

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NARODOWSKI, Mariano. **Infância e Poder**: conformação da Pedagogia Moderna. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do Aprendizado**: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe. Maceió: Edições Cataventos, 2004.

NERY, Ana Clara Bortoleto. “Práticas Escolares em Revista: o Escotismo”. In: XXII Simpósio Nacional de História - Anpuh, 2003, João Pessoa. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, Anpuh, 2003.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Milton Ramos Pires de. **Formar Cidadãos úteis**: os Patronatos Agrícolas e a infância pobre na Primeira República. Bragança Paulista: CDAPH, 2003.

PATRÍCIO, Solange. **Educando para o Trabalho**: a Escola de Aprendizes Artífices em Sergipe (1911 – 1930). São Cristóvão, 2003 (dissertação de mestrado).

PALMADE, Guy. **Os métodos pedagógicos**. São Paulo: EDIPEC, 1959.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas: Autores Associados/USP, 2002.

PINHEIRO, Luciana de Araújo. **A civilização do Brasil através da infância**: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1979-1889). Niterói: UFF/PPGHIS, 2003 (Dissertação de Mestrado).

RAMALHO, José Rodorval. **ANTIQUAE SED NOVAE** – Tradição e modernidade na Marçonaria brasileira. São Paulo: PUC, 2004 (Tese de Doutorado).

RESENDE, Fernanda Mendes. “O método intuitivo em Minas Gerais na primeira república”. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA Filho, Luciano Mendes de. e XAVIER, Maria do Carmo (org.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p. 440-449.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto**: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004 (Tese de Doutorado).

ROSA, Maria da Glória de. **História do ensino agrícola no Brasil República**. Marília: Unesp, 1980.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Além do silêncio**: espaço, arquitetura e educação no Grupo Escolar Barão de Maroim. São Cristóvão. Monografia (Licenciatura em História) DHI, CECH, UFS. 2005 – 112 f.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In.: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. 4ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, Maria Conceição dos. **Estado, menores, juristas e políticos**. Franca-SP: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2004 (Mestrado em História).

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. “A ‘infância desamparada’ no asilo agrícola de Santa Izabel: instrução rural e infantil (1880 -1886)”. In.: **Educação e Pesquisa**, jan/jun, v. 26, n. 1, São Paulo, 2000, p. 119-133.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe (1820-1920)**. Aracaju: Estado de Sergipe, 1920.

SOUSA, Clotildes Farias de. **Por uma pátria de luz, espírito e energia**: a campanha da Liga Sergipense contra o analfabetismo (1916-1950). São Cristóvão. Dissertação (Mestrado em Educação) NPGED/UFS, 2004 – 141f.

SOUZA, Rosa de Fátima. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **Reordenamento do trabalho**: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe 1850-1930. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL. Acesso: <http://www.escoteiros.org> em 17 de agosto de 2005.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Estudando as lições de coisas**: análise dos fundamentos filosóficos do Método de Ensino Intuitivo. Campinas: Autores Associados, 2004.

VEIGA, Cynthia Greive e FARIA Filho, Luciano Mendes. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VEIGA, Cynthia Greive e GOUVEA, Maria Cristina Soares. “Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas”. In.: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.26, nº 01, 2000, p. 135-160.

WARDE, Mirian Jorge. “Historiografia da Educação Brasileira: mapa conceitual metodológico (dos anos 70 aos anos 90)”. In: **Revista do Mestrado em Educação**. Fev./jun. São Cristóvão, NPGED/UFS, 2003, p. 45 – 49

Fontes Pesquisadas (Leis, Mensagens, Decretos, Jornais e etc.)

A INAUGURAÇÃO DO PATRONATO SÃO MAURÍCIO. **Gazeta do Povo**, Sergipe, p. 01, 08 de maio de 1925a.

ANDRADE, Helvécio de. A instrução em Sergipe. **Correio de Aracaju**, Sergipe, p. 01, 28 de maio de 1924.

ANDRADE, Helvécio de. A instrução em Sergipe. **Correio de Aracaju**, Sergipe, p. 01, 29 de maio de 1924.

ANDRADE, Helvécio de. Patronato Agrícola. **Gazeta do Povo**, Sergipe, p. 01, 27 de julho de 1925.

ATOS DO INTERVENTOR FEDERAL. **Sergipe Jornal**, Aracaju, p. 01, 10 de fevereiro de 1931.

AZEVEDO, Francisco Alberto Bragança de. *Discurso proferido quando da inauguração do Ginásio “Possidônia Bragança” em Laranjeiras*, no dia 09 de março de 1958.

BARRETO, Wanderley do Prado. *Relatório da Escola Agrotécnica Benjamin Constant*. São Cristóvão: EABC, 1957.

BRASIL. *Relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao Presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1918.

BRASIL. *Relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao Presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1923.

BRASIL. *Relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao Presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1924.

BRASIL. *Relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao Presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1929.

BRASIL. *Relatório do Ministro da Marinha enviado ao Presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1869.

BRASIL. *Relatório do Ministro da Marinha enviado ao Presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1906.

BRASIL. *Relatório do Ministro da Marinha enviado ao Presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1922.

BRASIL. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da 3ª sessão da 12ª Legislatura pelo Presidente da República, Arthur da Silva Bernardes*, 1926.

BRASIL. Decreto nº 23.722, de 9 de janeiro de 1934.

BRASIL. Decreto nº 23.979, de 8 de março de 1934.

CADASTRO COMERCIAL, INDUSTRIAL, AGRÍCOLA E INFORMATIVO DO ESTADO DE SERGIPE. Aracaju, 1933-1934.

DANTAS, Humberto Olegário. “Os meios de ação do escoteirismo”. In: *Gazeta do Povo*. Aracaju, 03 de junho de 1925. Ano I, n. 187. p. 04.

EM TORNO DO OFÍCIO DO JUIZ DE MENORES. **Sergipe Jornal**. Aracaju, p. 01, 04 de abril de 1932.

ESCOTISMO. **Correio de Aracaju**. Sergipe, p. 01, 06 de dezembro de 1927.

ESCOTISMO. **Correio de Aracaju**. Sergipe, p. 01, 03 de fevereiro de 1928.

JORNAL DA MANHÃ. Aracaju, p. 01, ano I, nº 06, 03 de maio de 1930.

O DIA DA ÁRVORE NO PATRONATO “FRANCISCO SÁ”. **Correio de Aracaju**, Sergipe, p. 04, ano XXII, nº 1184, 23 de setembro de 1929.

O PATRONATO AGRÍCOLA SÃO MAURÍCIO. **Sergipe Jornal**, Sergipe, p. 01, 07 de maio de 1925a.

O QUE HOVE NO PATRONATO DO SR. GRACCHO? **Sergipe Jornal**, Sergipe, p. 01, 10 de outubro de 1925b.

OS PATRONATOS AGRÍCOLAS. **Diário da Manhã**, Sergipe, p. 01, 04 de abril de 1925a.

PATRONATO AGRÍCOLA S. MAURÍCIO. **Diário da Manhã**, Sergipe, p. 01, 13 de dezembro de 1924a.

PATRONATO S. MAURÍCIO. **Diário da Manhã**, Sergipe, p. 01, 07 de maio de 1925b.

PATRONATO S. MAURÍCIO. **Diário da Manhã**, Sergipe, p. 01, 08 de maio de 1925c.

PATRONATO S. MAURÍCIO. **Gazeta do Povo**, Sergipe, p. 04, 05 de dezembro de 1924a.

SERGIPE. Decreto nº 566 de 29 de março de 1912.

SERGIPE. 1914. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 08 de julho de 1914, pelo General José Siqueira de Menezes*. Aracaju: Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1916. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 08 de julho de 1916, pelo Dr. Manuel Presciliano de Oliveira Valadão*. Aracaju: Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1923a. Secretaria de Viação e Obras Públicas. *Ofícios enviados a Secretaria Geral do Estado*, de janeiro a dezembro de 1923.

SERGIPE. 1923b. Presidente do Estado. Ofícios recebido nº 93 de 28 de setembro de 1923.

SERGIPE. 1924a. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos, de janeiro a dezembro de 1924.*

SERGIPE. 1924b. Lei nº 872 de 31 de outubro de 1924.

SERGIPE. 1924c. Diário Oficial do Estado. *Sessão Noticiário*, 19 de dezembro de 1924.

SERGIPE. 1924d. Diário Oficial do Estado. *Sessão Noticiário*, 04 de dezembro de 1924.

SERGIPE. 1924e. Diário Oficial do Estado. *Sessão Noticiário*, 12 de dezembro de 1924.

SERGIPE. 1924f. Diário Oficial do Estado. *Sessão Noticiário*, 02 de dezembro de 1924.

SERGIPE. 1924g. Diário Oficial do Estado. *Sessão Secretaria Geral do Estado*, 24 de dezembro de 1924.

SERGIPE. 1924h. Diário Oficial do Estado. *Sessão Presidente do Estado*, 16 de dezembro de 1924.

SERGIPE. 1924i. Diário Oficial do Estado. *Sessão Presidente do Estado*, 28 de dezembro de 1924.

SERGIPE. 1924j. Diário Oficial do Estado. *Sessão Presidente do Estado*, 30 de dezembro de 1924.

SERGIPE. 1924l. Diário Oficial do Estado. *Sessão Poder Legislativo*, 28 de outubro de 1924.

SERGIPE. 1924m. Decreto nº 890 de 14 de novembro de 1924.

SERGIPE. 1924n. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1924, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 15ª legislatura pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso Presidente do Estado.* Aracaju: Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1925a. Diário Oficial do Estado. *Sessão Diversos de 24 de março de 1925.*

SERGIPE. 1925b. *Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1925, na 3ª sessão ordinária da 15ª Legislatura pelo Presidente do Estado, Maurício Graccho Cardsoso.*

SERGIPE. 1925c. Decreto nº 890 de 06 de maio de 1925.

SERGIPE. 1925d. Diário Oficial do Estado. *Sessão Presidente do Estado de 14 de janeiro de 1925.*

SERGIPE. 1925e. Diário Oficial do Estado. *Sessão Presidente do Estado de 18 de fevereiro de 1925.*

SERGIPE. 1925f. Diário Oficial do Estado. *Sessão Presidente do Estado de 19 de fevereiro de 1925.*

SERGIPE. 1925g. Diário Oficial do Estado. *Sessão Presidente do Estado de 21 de abril de 1925.*

SERGIPE. 1925h. Diário Oficial do Estado. *Sessão Noticiário de 18 de abril de 1925.*

SERGIPE. 1925i. Diário Oficial do Estado. *Sessão Secretaria Geral do Estado de 03 de maio de 1925.*

SERGIPE. 1925j. Diário Oficial do Estado. *Sessão Noticiário de 06 de maio de 1925.*

SERGIPE. 1925l. Diário Oficial do Estado. *Sessão Noticiário de 07 de maio de 1925.*

SERGIPE. 1925m. *Secretaria Geral do Estado.* Ofícios recebido nº 17 de 09 de maio de 1925.

SERGIPE. 1925n. Diário Oficial do Estado. *Sessão Noticiário de 08 de maio de 1925.*

SERGIPE. 1925o. Decreto de 06 de maio. *Cria um Conselho de Assistência Privada junto ao patronato Agrícola São Maurício de 1925.*

SERGIPE. 1925p. Ato nº 210 de 02 de junho de 1925.

SERGIPE. 1925q. Diário Oficial do Estado. *Sessão Noticiário, 01 de março de 1925.*

SERGIPE. 1925r. Diário Oficial do Estado. *Sessão Noticiário, 22 de dezembro de 1925.*

SERGIPE. 1925s. *Secretaria Geral do Estado.* *Ofícios recebidos entre maio e outubro de 1925.*

SERGIPE. 1925t. *Secretaria Geral do Estado.* *Ofícios recebidos, 27 de fevereiro de 1925.*

SERGIPE. 1925u. *Diário Oficial do Estado de 16 de julho de 1925, sessão Noticiário.* Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1925v. *Diário Oficial do Estado de Sergipe de 10 de setembro de 1925, Sessão Noticiário.* Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1925x. *Diário Oficial do Estado de 15 de março de 1925, sessão noticiário.* Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1925z. *Diário Oficial do Estado de Sergipe de 22 de dezembro de 1925, sessão noticiário.* Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1925w. *Diário Oficial do Estado de Sergipe de 23 de setembro de 1925, sessão noticiário.* Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1925y. *Diário Oficial do Estado de Sergipe de 20 de novembro de 1925, sessão noticiário.* Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1926a. *Secretaria Geral do Estado, documentos recebidos em 26 de julho de 1926.*

SERGIPE. 1926b. *Decreto nº 978* de 10 de novembro de 1926.

SERGIPE. 1926c. Secretaria de Segurança Pública. *Ofícios enviados entre os anos de 1925 e 1926*.

SERGIPE. 1926d. *Ato nº 137* de 1926.

SERGIPE. 1926e. *Diário Oficial do Estado de Sergipe* de 04 de abril de 1926, sessão Poder Executivo. Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1926f. *Diário Oficial do Estado de Sergipe* de 10 de abril de 1926, sessão Poder Executivo. Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1926g. *Diário Oficial do Estado de Sergipe* de 21 de abril de 1926, sessão Poder Executivo. Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1926h. *Diário Oficial do Estado de Sergipe* de 18 de maio de 1926, sessão Poder Executivo. Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1926i. *Diário Oficial do Estado de Sergipe* de 08 de janeiro de 1926, sessão noticiário. Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1926j. *Diário Oficial do Estado de Sergipe* de 09 de abril de 1926, sessão noticiário. Imprensa Oficial.

SERGIPE. 1927a. *Relatório dos trabalhos executados no período de 13 de dezembro de 1926 a 30 de junho de 1927*. Aracaju.

SERGIPE. 1928a. Secretaria Geral do Estado. *Documentos recebidos em 21 de junho de 1928*.

SERGIPE. 1928b. Decreto de 1º de maio de 1928.

SERGIPE. 1928c. Lei nº 1.017 de 05 de outubro de 1928.

SERGIPE. 1928d. Secretaria Geral do Estado. *Documentos recebidos, maio de 1928*.

SERGIPE. 1928e. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos, 15 de junho de 1928*.

SERGIPE. 1928f. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos, 03 de agosto de 1928*.

SERGIPE. 1928g. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos nº 94, 28 de maio de 1928*.

SERGIPE. 1928h. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios enviados em 31 de maio de 1928*.

SERGIPE. 1928i. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos, nº 133 de 28 de julho de 1928*.

SERGIPE. 1928j. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos, nº 146 de 20 de agosto de 1928*.

SERGIPE. 1928l. Arquivo do Poder Judiciário do Estado. Processo da pasta do Juizado Privativo de Menores do ano de 1928.

SERGIPE. 1928m. *Secretaria Geral do Estado*, ofícios recebidos nº 150, em 28 de agosto de 1928.

SERGIPE. 1929a. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos*, 04 de fevereiro de 1929.

SERGIPE. 1929b. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos*, 10 de abril de 1929.

SERGIPE. 1929c. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos*, 21 de maio de 1929.

SERGIPE. 1929d. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos*, 14 de maio de 1929.

SERGIPE. 1929e. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos* nº 45, 20 de março de 1929.

SERGIPE. 1929f. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos* nº 185, 11 de dezembro de 1929.

SERGIPE. 1929g. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos* nº 135 de 20 de agosto de 1929.

SERGIPE. 1929h. Secretaria Geral do Estado. *Relatório de atividades mensais* ocorridas no Patronato no mês de maio de 1929.

SERGIPE. 1929i. Secretaria Geral do Estado. *Relatório de atividades* do Patronato mês de junho de 1929.

SERGIPE. 1929j. Secretaria Geral do Estado. *Relatório de atividades* do Patronato mês de julho de 1929.

SERGIPE. 1929l. Secretaria Geral do Estado. *Relatório de atividades* do Patronato mês de agosto de 1929.

SERGIPE. 1929m. Secretaria Geral do Estado. *Relatório de atividades* do Patronato mês de setembro de 1929.

SERGIPE. 1929n. Secretaria Geral do Estado. *Relatório de atividades* do Patronato mês de outubro de 1929.

SERGIPE. 1929o. Secretaria Geral do Estado. *Relatório de atividades* do Patronato mês de novembro de 1929.

SERGIPE. 1929p. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos* nº 70 de 24 de abril de 1929.

SERGIPE. 1929q. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos* nº 72, em 25 de abril de 1929.

SERGIPE. 1929r. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos* nº 154, em 14 de outubro de 1929.

SERGIPE. 1930a. Secretaria Geral do Estado. *Documentos recebidos em 18 de junho de 1930*.

SERGIPE. 1930b. Secretaria Geral do Estado. *Documentos recebidos em 25 de janeiro de 1930*.

SERGIPE. 1930c. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos nº 40, 06 de março de 1930*.

SERGIPE. 1930d. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos nº 143, 25 de outubro de 1930*.

SERGIPE. 1930e. Secretaria Geral do Estado. Diário Oficial do Estado. *Sessão Secretaria Geral do Estado*, de 21 de novembro de 1930.

SERGIPE. 1931a. *Decreto nº 22 de 14 de janeiro de 1931*.

SERGIPE. 1933a. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios enviados no mês de fevereiro de 1933*.

SERGIPE. 1933b. *Diário Oficial do Estado*, Sessão noticiário de 01 de outubro de 1933.

SERGIPE. 1934a. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos nº 34 de 16 de abril de 1934*.

SERGIPE. 1934b. Secretaria Geral do Estado. *Ofícios recebidos nº 42 de 06 de junho de 1934*.

SILVA, Clodomir. “Patronato “versus” Jardim da Infância”. In: **Sergipe Jornal**. Aracaju, 11 de abril de 1932. p. 01.

TÁVORA, Juarez. *O Ministério da Agricultura em 1933-1934*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, 1934.

VIVA SANTOS. Acesso <http://www.vivasantos.com.br> em 19 de janeiro de 2006.

Entrevista

CRUZ, Marita Santos da. Entrevista concedida a Joaquim Tavares da Conceição em 04 de janeiro de 2006.